

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROSANA KASUE KUNIYA

**CONDIÇÕES DE VIDA E MORADIA DE TRABALHADORES NOS
LIMITES URBANOS:
Bairro Shopping Park (Uberlândia-MG, 1988-2013)**

**Uberlândia
2016**

ROSANA KASUE KUNIYA

**CONDIÇÕES DE VIDA E MORADIA DE TRABALHADORES NOS
LIMITES URBANOS:
Bairro Shopping Park (Uberlândia-MG, 1988-2013)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Uberlândia
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

K96c Kuniya, Rosana Kasue, 1980-
2016 Condições de vida e moradia de trabalhadores nos limites urbanos :
bairro Shopping Park (Uberlândia-MG, 1988-2013) / Rosana Kasue
Kuniya. - 2016.
103 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalhadores -
Condições sociais -Uberlândia (MG) - Teses. 4. Bairros - Uberlândia -
História - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

ROSANA KASUE KUNIYA

**CONDIÇÕES DE VIDA E MORADIA DE TRABALHADORES NOS LIMITES
URBANOS:
Bairro Shopping Park (Uberlândia-MG, 1988-2013)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Uberlândia, 25 de fevereiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**

**Profa. Dra. Renata Rastrelo e Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**

**Profa. Dra. Sirley Cristina Oliveira
Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)**

Aos meus avós Tokuo Kuniya e Kimi Kuniya
(*in memoriam*), que contavam suas histórias de
quando moravam no Japão. Ao meu pai
Katsuo Kuniya (*in memoriam*), que sempre
esteve presente de algum modo, mesmo
distante geograficamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço também ao professor orientador Paulo Almeida e suas aulas durante o seminário de pesquisa foram fundamentais durante o mestrado.

Aos professores Sérgio Paulo e Renata Rastrelo por compor a banca de qualificação. Suas críticas foram importantes para o término deste trabalho. A Profa. Sirley Cristina Oliveira por ter aceito o convite para compor a banca de defesa.

Aos professores convidados para a disciplina seminário de pesquisa Antônio de Pádua Bosi e Rinaldo José Varussa suas críticas e sugestões também contribuíram para a conclusão desta dissertação.

Obrigada aos moradores Belmira, Devanir, Elza, Francisco, Janaiara, Jeferson, José, Leidy, Maria Aparecida, Milton e Oscar. Captar suas experiências foram primordiais para esta pesquisa. Tanto as conversas gravadas e não gravadas suas contribuições permeiam os caminhos aqui evidenciados neste trabalho.

Aos amigos de “ontem” e de “hoje” e sempre: Auricharme em especial por vários momentos de descontração e conversas a respeito de textos. Amanda, Artur, Janaina Jácome e Pâmela obrigada pelos cafés e materiais emprestados. Aos amigos (a) Cássia, Christian, Mario, Paulo César, Tadeu e Wagner agradeço nossos momentos de conversas. As minhas amigas Paula Caroline e Rosevane da História ou não sempre estiveram comigo.

Aos colegas da turma de mestrado da linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, Cinthia, Diacisio, Flaviano e Luciane – no primeiro ano do curso, estávamos todos “juntos” e, no segundo, cada um seguiu seu caminho...

À minha mãe Sugi e ao meu pai Katsuo (*in memoriam*) que, trabalharam distantes de nós, enquanto éramos crianças, a fim de garantir nossas sobrevivências e estudos.

Ao meu irmão Roberto e à sua esposa Juliana, além das minhas sobrinhas Sabrina e Evelyn, que tornaram meus fins de semana mais leves e divertidos quando a preocupação na escrita deste trabalho parecia tão “pesada”.

À prima Regina que, nestes dois anos, esteve sempre lembrando que “lá fora” também é o lugar de descanso... sabemos também como é difícil vir de outra cidade para trabalhar e morar de aluguel em Uberlândia.

E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi evidenciar o processo de constituição do bairro Shopping Park em Uberlândia, Minas Gerais, de 1988 a 2013. Dar visibilidade às trajetórias, experiências, vivências, lutas, limites e pressões de trabalhadores migrantes foi fundamental para compreender de que maneira esses sujeitos são excluídos para os bairros mais afastados do Centro da cidade. O diálogo constituiu o meio de captar as formas de sobrevivência e de criação dos laços de convivência na conjuntura de exclusões e contradições inseridas na referida cidade. Nos limites urbanos, tais trabalhadores lutam pela permanência em Uberlândia, em que as relações sociais são estabelecidas tanto entre os moradores quanto com o Poder Público, as instituições religiosas e os empresários. Esses laços são percebidos como estratégias de tais moradores que, por conseguinte, batalham por seus direitos. As experiências citadas expõem os aprendizados que os trabalhadores vivenciam no convívio das articulações, tanto no Shopping Park como em outros bairros onde moraram. Vale ressaltar que os conhecimentos da vida rural trazidos pelos migrantes mesclam com os processos burocráticos e pressões que sofrem para permanecer nos limites urbanos.

Palavras-chave: Shopping Park; moradores; limites urbanos.

ABSTRACT

The aim of this work was to demonstrate the formation process of Shopping Park neighborhood in Uberlândia, Minas Gerais, from 1988 to 2013. To give visibility to the trajectories, experiences, struggles, limits and pressures of migrant workers was essential to understand how these subjects are excluded to further districts from the city center. Dialogue constituted the way to capture forms of surviving and creation of coexistence bonds in the context of exclusions and contradictions embedded in that city. In urban limits, such workers fight for permanence in Uberlândia, where social relations are established both with locals as with government, religious institutions and entrepreneurs. These bonds are perceived as strategies of these residents who therefore battle for their rights. The cited experiments expose the learnings that workers experience in the conviviality of articulations in both Shopping Park as in other districts where they lived. It is noteworthy that the knowledge of rural life brought by the migrants blend with bureaucratic processes and pressures that are struggled to stay in the city limits.

Keywords: Shopping Park; residents; city limits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do bairro Shopping Park	11
Figura 2. Carnê de pagamento do lote 41, quadra 59, do bairro Shopping Park II	46
Figura 3. Aditivo contratual assinado em 1994.....	47
Figura 4. Reportagem anexada à ata de reunião dos moradores	66

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A DIFÍCIL BUSCA POR MORADIA NA CIDADE “DOS OUTROS”	21
CAPÍTULO 2 – “VAI DAR CERTO, VOU CONSTRUIR”: EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES NO SHOPPING PARK	39
CAPÍTULO 3 – TRABALHADORES EM AÇÃO E ARTICULAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO SHOPPING PARK	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
FONTES PESQUISADAS	95
BIBLIOGRAFIA	98

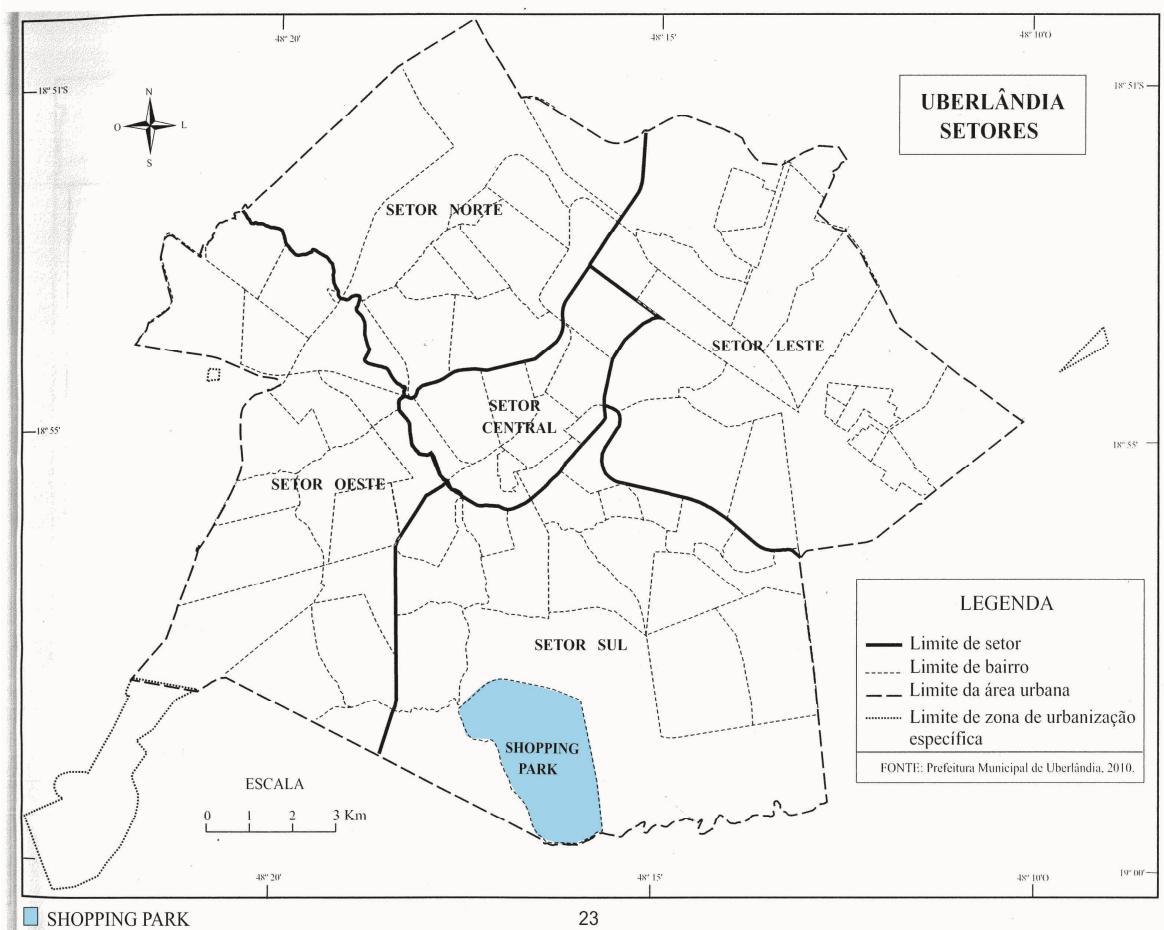
APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa investigou os modos de vida dos trabalhadores/moradores do bairro Shopping Park. A partir de narrativas, documentos escritos e imagens, buscamos interpretar o processo de constituição desse bairro nos anos 1990 e 2000, localizado no setor sul do limite do perímetro urbano de Uberlândia, Minas Gerais. O foco desta pesquisa foi o bairro Shopping Park II embora hoje exista o Shopping Park I, II, III, IV, V, VI e VII.

Em fins de 1980 uma gleba da fazenda Ibiporã foi loteada com as denominações de Shopping Park I e Shopping Park II. Muitos destes lotes foram adquiridos por trabalhadores que construíram suas próprias moradias. Nestes bairros ainda não havia as construções de infraestruturas como energia, água, asfalto, posto de saúde, posto policial, escolas, etc. E principalmente não tinha a circulação do transporte coletivo no Shopping Park II. Motivos de inúmeras idas destes moradores à prefeitura.

As ações e reações destes moradores são percebidas, principalmente no Shopping Park II, com a constituição da associação de moradores, o movimento de mutirão (de casas, escola, igreja, posto policial) e outros. Para isso, os diálogos estabelecidos por estes moradores tanto com o poder público, particulares e moradores de outros bairros constituem as articulações e experiências vividas nos anos de 1990 e 2000.

Figura 1. Localização do bairro Shopping Park.¹



Fonte: BRITO; LIMA, 2011.

As motivações para esta pesquisa advieram das salas de aula da educação básica quando, em 2012 e 2013, ao trabalhar na Escola Estadual Bueno Brandão, localizada no setor Central de Uberlândia, percebi que havia alunos que se deslocavam do bairro Shopping Park para concluir o ensino médio. Trabalhei também na Escola Municipal Professora Gláucia Santos Monteiro, no bairro Carajás, onde recebíamos muitas crianças também vindas do referido bairro.

Nesse contexto, a presença dessas crianças e adolescentes gerava certo comentário nas duas escolas, fato que chamou minha atenção em virtude, sobretudo, das zombarias e afirmativas discriminatórias com esses alunos, sendo que a pergunta imediata é: “Onde fica o Shopping Park?” – talvez fossem perguntas ingênuas. Como não sou daqui de Uberlândia

¹ Localizado na região sul de Uberlândia-MG, formada pelos seguintes bairros: Buritis, Carajás, Cidade Jardim, Granada, Jardim Inconfidência, Jardim Karaíba, Lagoinha, Laranjeiras, Morada da Colina, Nova Uberlândia, Pampulha, Patrimônio, Santa Luzia, São Jorge, Saraiva, Shopping Park, Tubalina e Vigilato Pereira.

havia pouco tempo que estava na cidade, não sabia ao certo onde ficava esse bairro e nem como ele foi historicamente constituído.

Minhas intenções se referiam a retornar aos estudos na História. Para isso, investigava inquietações que fossem pertinentes nas relações sociais, sendo que, em fevereiro de 2013, tive a oportunidade de conhecer o bairro durante a realização do projeto “Ação no Bairro², na Escola Municipal Presidente Itamar Franco. Tal projeto leva informações a respeito de saúde, educação, segurança, meio ambiente, dentre outros, além de divulgar serviços oferecidos pela prefeitura – nesse dia, tive a oportunidade de conhecer muitos moradores e anotar contatos para realizar as entrevistas *a posteriori*.

Ademais, deparei-me com informações de moradias entregues pelo programa de habitação do município vinculado ao Minha Casa Minha Vida³. Há no Shopping Park outra instituição de ensino que atende as crianças no ensino fundamental (Escola Municipal do Bairro Shopping Park) e, à época, uma escola estadual estava sendo construída para atender adolescentes da educação básica. Tais estabelecimentos de fato não atendiam o público-alvo do Shopping Park, visto que o número de crianças é superior à quantidade de vagas dessas escolas.

Diante dessas informações, o início da história do Shopping Park parecia estar imerso. Então, comecei a investigar a trajetória dos moradores para entender suas condições e, principalmente, identificar onde nasceram, trabalharam e moraram – essas inquietações são primordiais para compreendermos os significados das mudanças de lugar e trabalho, bem como o motivo de deixar a cidade natal e morar longe de familiares e amigos. Assim, questionamos: O que os entrevistados buscavam em Uberlândia? Como começaram a viver aqui?

De fato, as evidências de que esses moradores são de outras cidades já eram perceptíveis antes mesmo das entrevistas. Logo, nas falas iniciais, constatou-se que eram trabalhadores vindos de outras cidades e estados. Entender a trajetória também foi importante para verificar como eles construíram suas relações sociais aqui na cidade, além das evidências de como se inseriram nas relações de trabalho e moradia.

Tais trabalhadores possuem experiências de trabalho relacionadas a práticas nas fazendas na cidade de origem e, em Uberlândia, visaram atuar na zona urbana; a partir disso, estudar a trajetória também foi imprescindível para analisar esse *processo de reestruturação*

² Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=agencanoticias&id=3516>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

³ Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências.

de vidas. Antes no trabalho do campo, o ritmo, as relações sociais, os costumes, as culturas e os modos de vida do trabalhador rural foram “mesclados” aos ritmos e costumes da cidade (BATISTA, 2003).

Destacar os bairros (localizados nos limites urbanos) por onde moraram esses trabalhadores significou mais do que mapeá-los na cidade. A partir das análises acerca das circunstâncias que os trabalhadores viviam em tais bairros, outras questões fizeram pertinentes, o que nos direcionava para as experiências dos sujeitos, sobretudo nos bairros periféricos.

Nesses termos, o estudo e a leitura atenta de outras pesquisas relacionadas com trabalhadores e cidades da linha “Trabalho e Movimentos Sociais” foram essenciais para a fundamentação desta pesquisa. Destacam-se os bairros onde trabalhadores construíram suas relações sociais – neste caso, o Shopping Park –, sem perder de vista a dimensão desses sujeitos em seus campos de trabalho.

Por meio da metodologia da história oral, buscou-se entender o processo de constituição do Shopping Park por intermédio dos moradores com mais tempo de moradia no bairro, sendo que nem todos os moradores com os quais conversamos de maneira informal aceitaram gravar suas histórias. Nesse sentido, os entrevistados, além de terem suas origens no trabalho do campo, chegaram a Uberlândia nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e tiveram que morar e trabalhar em várias atividades até adquirirem uma moradia no Shopping Park. Os entrevistados desta pesquisa passaram a morar nesse local entre 1990 e 2000.

Durante a realização das entrevistas, os moradores apresentavam fotos, recortes de jornais, documentação de compra e venda, além da ata da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park. No decorrer das entrevistas, comecei a perceber o quanto é importante e significativa a participação desses sujeitos que fizeram parte da construção de um bairro onde hoje se nota a conjuntura de infraestruturas (água encanada, esgoto, asfalto, energia, segurança, educação etc.).

Pretende-se entender a trajetória desses moradores que, durante as entrevistas, percebia certas particularidades em seus modos, sobretudo palavras e sotaques de que não pertencem à região. As evidências de migração para Uberlândia foram tratadas com vistas a compreender como tais sujeitos começaram a trabalhar e morar aqui na cidade. Nesse viés, abordam-se os campos de trabalho encontrados por eles na referida cidade, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, períodos que marcaram os anos de suas mudanças para Uberlândia. Vale lembrar que o foco desta pesquisa diz respeito aos anos 1990 e 2000 do processo de constituição do Shopping Park.

As falas evidenciam suas moradias em locais conhecidos como periferia. Importante salientar que bairros que eram considerados nos limites urbanos dos anos 1970, 1980 e 1990 hoje já foram incorporados a uma dinâmica de urbanização, ao passo que, posteriormente, outros bairros se constituíram por trabalhadores, sobretudo nos limites urbanos.

Nessa dinâmica do crescimento urbano, salienta-se a prática da especulação imobiliária que começa a formar os ditos “vazios urbanos”, sobretudo a partir de meados do século XX, em que a relação política foi (e é) extremamente exercida pelos proprietários de imobiliária e de terras de Uberlândia. Estudar o processo de constituição do Shopping Park fez pensar sobre como tal dinâmica foi exercida nessa região, como descreve o entrevistado Francisco, vindo de Piauí: [...] se for por aqui na beira da rodovia, entre o bairro e a Unitri, ainda tem uma fazenda⁴. Assim, analisar a trajetória relacionada ao aumento no valor dos terrenos também foi uma questão pesquisada, em que a dinâmica da especulação imobiliária é percebida fora do âmbito acadêmico.

Nesse contexto, os limites urbanos são tratados como lugares onde as infraestruturas de saúde, água, esgoto, energia, segurança e educação ainda não são aspectos “básicos”. Como espaços próximos às propriedades rurais, as glebas são geralmente loteadas pelos proprietários que também exercem o papel de empresários, uma vez que comercializam por meio de suas imobiliárias.

Um exemplo disso é o Shopping Park, uma gleba loteada que se localiza nos limites urbanos: [...] olha, bem aqui atrás é uma fazenda. Logo aqui você vai à primeira avenida que desce e é para o lado do mato: lá é uma fazenda ainda⁵. O cerrado é caracterizado por Francisco como “mato”, para delimitar o limite da cidade – tal expressão é bastante recorrente entre os entrevistados desta pesquisa, para distinguir o urbano do rural, isso porque praticamente todos tiveram relações de trabalho voltadas para áreas agrícolas ou de criações de animais na zona rural.

Sendo assim, morar próximo do “mato” significava para eles a ausência de infraestrutura, sobretudo no que tange ao acesso à escola. Essa foi uma das reivindicações constantemente abordada tanto nas entrevistas como na ata da associação do Shopping Park; logo, buscou-se entender como os moradores “dialogaram” com o poder público, para haver a construção de uma escola no bairro.

⁴ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013.

⁵ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013.

O bairro não é percebido apenas como lugar onde se tem uma moradia do trabalhador, mas sim um espaço de trajetórias, experiências, convivência, sociabilidade, solidariedade e aprendizados. Nos anos 1990, sujeitos vindos de outras regiões adquiriram seus lotes no Shopping Park, sendo que muito havia a ser construído no que se diz respeito às obras de infraestrutura.

A entrada de materiais de construção das primeiras casas do Shopping Park foi difícil, algo comumente lembrado pelos entrevistados. O acesso ao bairro era precário, sendo necessário construir um “picadinho” (entrada improvisada) para que carroças ou automóveis pudessem transitar e entrar com os materiais de construção. Tal aspecto foi interessante neste texto, pois mostrar as formas como os moradores se organizaram traz uma particularidade daquele momento e nos possibilita entender a conjuntura sociopolítica do local.

Nessa perspectiva, tencionava-se analisar e compreender a trajetória da construção do bairro Shopping Park, por meio de experiências e vivências dos moradores do bairro; entender como o bairro foi transformado, no tocante ao espaço físico; e analisar como se deu o processo de valorização do local, haja vista que, na década de 1990, ele não era valorizado como hoje e não existiam campos de trabalho para os moradores.

Hoje, o bairro está localizado numa configuração urbana que proporciona campos de trabalho para seus moradores, como: o Uberlândia Shopping, o hipermercado, as universidades/faculdades (Unitri, Politécnica e Pitágoras), as escolas particulares, os residenciais fechados, o clube Caça e Pesca, o Hospital Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro, entre outros. Convém salientar que tais empreendimentos não foram planejados e construídos na época da “criação” do bairro.

A constituição da associação dos moradores do bairro, em 1997, foi o primeiro passo para a existência de um grupo que realizou inúmeras reivindicações com o poder público e, a partir disso, as pautas das reuniões foram descritas na ata da associação. Dentre as reivindicações permanentemente em destaque na ata encontramos: o asfaltamento, o roçagem de lotes e estradas, o caminhão-pipa para amenizar a poeira, a energia elétrica, o transporte coletivo, os postos de saúde e de policiamento, a construção de creche e escolas, o esgoto, o saneamento básico etc. Compreender como os moradores compartilharam a experiência de luta por direito às reivindicações descritas também foi objetivo desta pesquisa, além de interpretar como tais relações sociais se delinearam entre os moradores e com o poder público.

Diante das negativas por parte do poder público em atender às reivindicações, compreender como os moradores reagiram a isso também foi fundamental para constatar outras ações desses trabalhadores. As constantes negações da Prefeitura em construir uma escola fizeram com que tais indivíduos buscassem alternativas para solucionar esse problema por meio de um mutirão. As formas como tal movimento foi “organizado” são fundamentais para analisar as articulações com os setores privados e as Organizações Não Governamentais (ONGs) e perceber as contradições entre os próprios moradores.

A ideia de mutirão para construir a escola foi elaborada pelos próprios moradores que, na sequência, visaram estabelecer relações com as instituições religiosas e empresas para a doação de materiais como cimento, barras de ferro, telhados, tijolos, dentre outros. A partir disso, tencionou-se entender como foram feitos tais contatos para com os diversos setores da sociedade.

Nesse contexto, o posto policial, a igreja evangélica e aproximadamente 36 moradias também foram construídas em regime de mutirão. Para tanto, os moradores contaram com as doações do empresário Carlos Roberto Sabbag, proprietário da Construtora e Empreendimentos Americana Ltda., e com a Igreja Sal da Terra. Investigar as intenções desses sujeitos e compreender como se deram as relações sociais entre eles sujeitos também foi o percurso desta pesquisa.

Os caminhos ora informados advêm de uma perspectiva social de trabalho, moradia, vivência, relações, lutas e solidariedade na conjuntura do Shopping Park, para entender o processo de constituição do bairro. No artigo *O historiador e a cultura popular*, Fenelon (1992) discorre que “[...] o nosso objeto é a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e porque as coisas acontecem, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança”. Nesse sentido, pretende-se investigar tal movimento, a transformação dentro do campo histórico, social e cultural, além da aquisição de moradias na conjuntura dos anos 1990 a 2009 no Shopping Park; entender como e porque nos anos 1990 os trabalhadores tiveram de buscar, por meios próprios, as suas moradias; e salientar as singularidades das mudanças vivenciadas pelos trabalhadores. Cumpre destacar que nos embasamos teoricamente nos trabalhos de Fenelon e nas análises e discussões que levaram ao entendimento dessas transformações no passado, presente e futuro.

Essas transformações foram analisadas na categoria cultura, a fim de verificar os modos de vida dos trabalhadores do bairro Shopping Park. Recorre-se novamente a Fenelon (1992, p. 46), quando ela diz que é necessário questionar como e porque elas ocorreram, a fim de “[...] recuperar sentimentos, valores, sensações de perda e necessidade de reconstrução e

sobrevivência para entender o constante fazer-se e refazer-se das classes trabalhadoras". Essa afirmação nos remete diretamente ao processo de constituição do Shopping Park e ao movimento de mutirão vivenciado pelos moradores. Compreender a trajetória, melhor dizendo, a *reconstrução e sobrevivência* dos trabalhadores, foi fundamental para escrever outras histórias.

As discussões e ideias referentes à cultura e que estão presentes nos trabalhos de Déa Fenelon dialogam com os estudos de E. P. Thompson. Tais pesquisadores sugerem o estudo da cultura por meio das experiências de homens e mulheres:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1978, p. 182).

Desse modo, a interpretação das narrativas por meio das leituras de Thompson foi primordial para compreender como homens e mulheres estabeleceram suas relações sociais durante a constituição do bairro Shopping Park de 1990 a 2000) onde, enquanto trabalhadores assalariados ou temporários (formal ou informal), puderam adquirir suas moradias.

Nesse local não havia construções nem mesmo indícios de asfaltamento, saneamento básico, transporte coletivo etc., circunstâncias que muitos trabalhadores viveram no bairro. As práticas de solidariedade e principalmente as relações construídas por eles fortaleceram de algum modo a permanência dos trabalhadores, mas isso não significa que não vivenciaram as contradições de ideais entre eles.

A conjuntura das experiências desses moradores não se limitou apenas ao âmbito do bairro, dado que eles tiveram de buscar ajuda nos bairros vizinhos. Diante disso, a associação do bairro Patrimônio foi o lugar onde puderam dialogar e, por meio das experiências, visualizaram possibilidades para o bairro que estava sendo formado.

De fato, as trocas de informações foram primordiais para constituir a associação no Shopping Park e, com isso, o diálogo com o poder público passou a ser por meio de ofícios e contatos diretos nas reivindicações das infraestruturas. A construção da escola foi uma das principais lutas desses moradores, mas que não foi atendida *a priori*, mesmo sob pressão. Assim, percebe-se que a esfera pública limitava as ampliações do perímetro urbano.

Mediante as negativas desse âmbito social, outras possibilidades foram articuladas com o empresário proprietário dos lotes e com as igrejas. Apesar desses diálogos, permaneciam as circunstâncias em que viviam esses moradores – tais condições precárias eram percebidas não somente na vivência externa de suas moradias, como também no interior delas, a exemplo do improviso dos fazeres de suas alimentações e de sua higiene pessoal.

A par dessas situações, os moradores reagiram às negativas do poder público. Dentro de suas limitações, começaram a construir a escola em um movimento de mutirão, em conjunto com as doações de materiais por parte do proprietário dos lotes e a mão de obra dos próprios moradores.

Para compreender a participação dos moradores na construção tanto da escola e de suas moradias, a metodologia da história oral foi fundamental para trazer à pesquisa outras histórias não registradas em jornais, atas, fotografias e contrato de compra e venda. Na leitura de Portelli (1996, p. 71-72):

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas comprehensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com o mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos.

É instigante para a pesquisadora situar e materializar as possibilidades compartilhadas pelos sujeitos, posto que elas podem mudar a qualquer momento ou por outra evidência que aparecer na pesquisa. Nesse caso, a percepção e a organização da materialização dos fatos históricos são apreendidas de maneira peculiar conforme o pesquisador, e isso nos faz entender que, nas relações sociais, a uniformidade não existe; entretanto, o que fica na pesquisa são as fontes do estudioso, ou seja, os fatos trazidos para o texto, e é ali que a interpretação e o entendimento podem ser apreendidos também de diferentes maneiras, com a possibilidade de uma reorganização por outro pesquisador. Dessa forma, os fatos dão forma à pesquisa, independentemente das articulações de fontes.

Nessa perspectiva, ressaltam-se as fontes trazidas para a presente pesquisa. A percepção de como aconteceram as relações sociais experimentadas por entrevistados e demais fontes e o tempo para organizá-las influenciaram no resultado final deste trabalho. Em primeiro momento, parecia complexo articular várias fontes de pesquisa (narrativas, jornais, fotografias, atas, contrato de compra e venda etc.). Todavia, conforme Khoury (2006, p. 28), pode-se adotar determinados procedimentos:

Trabalhando-as de maneira articulada com outras fontes, temos buscado explorar as relações sociais, políticas e ideológicas impregnadas no processo mesmo de constituição e preservação dessas fontes em meio a todas as outras na trama social.

A partir dessas leituras, foi possível notar que a procura, na pesquisa, dos indícios de trajetórias de como as fontes fazem parte do processo de constituição do Shopping Park é uma questão que requer um olhar atento do historiador. Nesse sentido, tanto a análise dessas diversas fontes quanto a captação do *porquê* e de *como* determinados indícios continuam fazendo parte de seus convívios são aspectos pertinentes que podem trazer respostas inesperadas para a pesquisa.

Um exemplo disso se refere ao fato de haver, na ata da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park, apenas uma reportagem jornalística literalmente colada. Ressalta-se esse aspecto porque outras reportagens também foram veiculadas, nos anos 1990 e 2000, focalizando as reivindicações dos moradores. Diante disso, perguntamos: Por que apenas uma reportagem, dentre as outras, foi evidenciada na ata?

Para pensar e analisar a imprensa, a leitura do texto *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa* foi esclarecedor no sentido de que: “Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). Ao que parece, o jornal em destaque na ata, além de mostrar o diálogo entre os moradores e a Prefeitura (conteúdo do jornal), a matéria se impõe como meio de propagação dessa reunião. Mas, afinal, isso teria sido apenas um noticiário ou há um propósito subjetivo na veiculação dessa reunião?

Diante dessas inquietações, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, destacamos as condições com que os trabalhadores migrantes chegam a Uberlândia. Nossos entrevistados começaram a morar neste local nas décadas de 1970, 1980 e 1990, sobretudo em bairros localizados nos limites da cidade, onde as circunstâncias e a sobrevivência exigiram

momentos de improvisos nos âmbitos privado e externo de suas moradias. Captar como os entrevistados sobreviveram a essas condições em alguns bairros de Uberlândia foi um dos propósitos deste capítulo, pois vários deles moraram em outros bairros antes de chegarem ao Shopping Park, evidenciando as reações deles na ausência de infraestrutura.

No segundo capítulo focamos na interpretação da chegada dos trabalhadores migrantes ao Shopping Park, assim como das vivências e relações estabelecidas numa conjuntura onde construíram praticamente tudo a partir dos anos 1990, para destacarmos os primeiros impactos da chegada ao bairro. A análise do aumento do preço dos lotes também foi um de nossos objetivos, como também a interpretação das narrativas no sentido de indicar as primeiras construções de moradias.

No terceiro capítulo, as narrativas dos moradores do Shopping Park proporcionaram abordagens referentes a lutas e valores de trabalhadores migrantes de origem rural. Esses fatores são percebidos nos diálogos que eles buscaram estabelecer com o poder público e as instituições religiosas e privadas. A constituição da Associação de Moradores do Bairro Shopping foi fundamental para que eles fortalecessem suas reivindicações num movimento coletivo.

CAPÍTULO 1 – A DIFÍCIL BUSCA POR MORADIA NA CIDADE “DOS OUTROS”

As trajetórias dos trabalhadores em Uberlândia trazem significados percebidos em suas práticas sociais e nas experiências individuais, que se encontram nas relações dos viveres urbanos à medida que estabelecem contatos de trabalho e moradia na cidade. (cf. ALMEIDA, 2004, p. 139). Com base nisso, questionamos: Quem são esses trabalhadores? De onde são? Quais são os significados das suas trajetórias? Quais os motivos de seus percursos? Como viveram nas circunstâncias de moradia em que se encontravam? Como fizeram para sobreviver na cidade?

As questões acima são fundamentais para entendermos o perfil e como os trabalhadores moram, convivem, trabalham e deixam seus rastros na cidade. A cada entrevista, foi possível obter outras indicações de moradores para constituir as fontes orais desta pesquisa. Vale ressaltar que as narrativas são de moradores do Shopping Park com mais de 40 anos de idade, que começaram a morar no bairro nos anos 1990, onde os lotes foram vendidos a prazo pela imobiliária e construtora C. R. Sabbag Empreendimentos.

É importante destacar que todos os entrevistados trabalharam na zona rural de suas cidades natais, o que demonstra o processo migratório do campo para a cidade em busca de trabalho, alimentação, moradia, educação, saúde e segurança. As narrativas são de sujeitos vindos de Piauí, do norte de Minas e de Uberaba.

Leide, uma das moradoras entrevistadas, reforça a informação de que em Pirapora-MG não havia vagas de trabalho para ela ou o marido, motivo pelo qual se mudaram para Uberlândia.

Rosana: A senhora é de onde?

Leide: Pirapora.

Rosana: Por que veio para Uberlândia?

Leide: Acompanhar o marido, porque disse que lá não tinha serviço. Aí, teve que vir pra cá, e eu vim junto.

Rosana: Por que a senhora veio para o Shopping Park II?

Leide: Bom, primeiro a gente morou em vários bairros aqui, né? Depois, ele conseguiu esse terreno aqui e eu vim. Aquela coisa de acompanhar o marido: aonde ele vai, você vai. Assim, não foi porque eu escolhi, foi porque ele comprou aqui e eu vim. No começo, aqui não tinha nada, nada, nada [...]. A gente tinha que ir até o DMAE pegar o ônibus. Íamos a pé até o DMAE pegar ônibus com as crianças e tudo, corria de vaca com as crianças no meio do pasto – ali tinha vaca solta, né? – e assim foi difícil, mas eu pensava assim: um dia vai melhorar.⁶

⁶ Entrevista concedida por Leide Leonice Pereira da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 1.

A expectativa de começar a trabalhar aqui em Uberlândia fez com que toda a família de Leide viesse junto com o casal, dado que em Pirapora não havia grande oferta de emprego. Ao chegarem a Uberlândia, esses sujeitos vivem a experiência de morar em vários bairros, sobretudo os que são localizados nos limites urbanos, onde há moradias de dois ou três cômodos com infraestrutura mínima. A trajetória de moradia em vários bairros da cidade e o fragmento “[...] ele conseguiu esse terreno aqui e eu vim” mostram as condições dessa família enquanto trabalhadores que chegaram à cidade com vistas a permanecerem aqui.

Além do trabalho, tais sujeitos lutam para adquirir suas moradias. Leide reforça que, apesar de ter sido difícil sair do aluguel, no lugar para onde foram morar eles tiveram que praticamente construir tudo, pois moradia não indica apenas a casa, como também a infraestrutura. Não havia construções de asfaltos, posto policial ou de saúde, água, energia elétrica, realidade vivida por muitos trabalhadores que chegam a Uberlândia. Obviamente, há motivos que fazem com que se mudem de suas cidades natais; no entanto, atraídos por propagandas, parentes e amigos que vieram trabalhar e morar na cidade, além de famílias como a de Leide, experimentam uma realidade diferente das informações recebidas, em que há o desencantamento pela região (cf. ALMEIDA, 2004).

Por enquanto, é necessário entender como esse processo foi vivenciado para mapear a cidade, estabelecendo os locais por onde esses sujeitos, vindos de outras regiões do país, moram e trabalham quando chegam a Uberlândia. Isso ajuda a explicar como eles se articulam em conjunturas “desfavoráveis”, com o objetivo de “melhorá-las”.

Nesse ínterim, o motivo pelo qual essas pessoas se submetem à ausência de infraestrutura não é difícil de ser percebido: “fugir” do aluguel. Foi o que aconteceu com a família de Leide. Quando chegaram à cidade, depois de morarem em outros bairros, foram viver no Shopping Park sem nenhuma expectativa do lugar. Ter um imóvel próprio é o sonho de grande parte dos brasileiros, mas a condição de assalariado ou de trabalhos temporários diz respeito às únicas circunstâncias desses trabalhadores na década de 1990. No caso dessas pessoas, a única alternativa para alcançar tal objetivo foi morar em uma região nos limites urbanos de Uberlândia.

Há de se enfatizar que o transporte coletivo é um dos únicos meios de locomoção do trabalhador. Entretanto, nos anos 1990, ainda não circulavam ônibus no Shopping Park. Leide recorda o quanto foi difícil levar seus filhos a um ponto de ônibus mais próximo, tendo como referência o DMAE⁷, de onde ela e seus filhos tinham acesso a esse meio de transporte.

⁷ Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5763.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2015. O DMAE está localizado à Av. Nicomedes Alves dos Santos, n. 2.383, bairro Jardim Karaíba.

A distância do Shopping Park até o DMAE é de aproximadamente cinco quilômetros, que podem ser percorridos em aproximadamente 60 minutos numa caminhada. Nesse percurso, o que nos chama a atenção é a existência de um pasto à época, entre o Shopping Park e o DMAE.

A partir de 1992, o Shopping Park já era considerado perímetro urbano, com seus respectivos loteamentos e áreas públicas para construção de aparelhos comunitários, além de terem sido estabelecidos o local e a metragem da área, conforme desenhos de plantas e documentações da Prefeitura. Mesmo assim, o transporte coletivo ainda não adentrava ao bairro, sendo que os primeiros moradores precisavam ir constantemente à Prefeitura para reivindicar, além desse aspecto, a infraestrutura do local como um todo.

Quando retomamos ao ponto da narrativa de Leide, nota-se o fato de ela atravessar um pasto com vacas até o DMAE, uma “faixa” de terra que ainda era fazenda e demonstra a prática da especulação imobiliária denominada como “vazios urbanos”. Estes, por sua vez, são terrenos que ficam localizados antes de qualquer bairro que fique nos limites da cidade, sendo deixados ou praticamente esquecidos para que haja a valorização almejada pelo proprietário. A valorização acontece à medida que a infraestrutura dos setores público e privado é construída próximo a eles, sendo que prática de especulação imobiliária estabelecendo determinados locais urbanos para valorização se torna uma atividade aplicada por políticos da cidade, os quais detêm a maior parte de terras em Uberlândia.

Encontramos vários estudos na área da Geografia a respeito da especulação imobiliária envolvendo o poder público e os proprietários de terras da cidade. Tal prática gera consequências sociais invisíveis para quem mora e trabalha nos locais centrais de Uberlândia.

[...] a realidade da produção do espaço urbano de Uberlândia, cujo crescimento foi completamente difuso justamente em função da prática da especulação imobiliária, que promove o loteamento dos terrenos mais afastados do centro e reserva os terrenos mais centrais para sua futura valorização. Assim, a cidade vai crescendo repleta de espaços vazios alimentados pela lógica da especulação e reproduzindo os problemas sociais de exclusão e segregação da população de baixa renda, influenciada diretamente pela política econômica que desenvolve as relações capitalistas na cidade (SILVA, 2012, p. 67).

Como destacado anteriormente, essa é uma das realidades vivenciadas por trabalhadores que, quando chegaram a Uberlândia, atraídos por propagandas que anunciam a cidade como lugar de crescimento (principalmente que há vagas de emprego), se depararam

com problemas sociais relacionados à habitação, saúde, segurança, educação e vivenciam, na prática, o desencantamento e, ao mesmo tempo, a exclusão para os limites da cidade.

Tanto as pesquisas da História Social como as da Geografia são importantes para entendermos as transformações da dinâmica urbana de Uberlândia e como os trabalhadores se movimentam nesse lugar. As leituras de dissertações contribuíram de maneira a destacar a conjuntura pela qual os trabalhadores têm buscado moradias e campos de trabalho, seja em ocupações de terras, autoconstruções, mutirão de moradias, programas habitacionais, loteamento de terras. De fato, nesses lugares encontramos as várias relações sociais que são elaboradas e experimentadas pelos sujeitos com o objetivo de sobreviver.

Dentre o conjunto de dissertações aqui abordadas como fontes relacionadas à linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, a pesquisa intitulada *Pelo direito à cidade: experiências e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)* (PETUBA, 2001) aborda o processo de ocupação ocorrido nos anos 1990 onde hoje é o bairro Dom Almir, no setor leste da cidade. Esse período é marcado com certa estabilidade da inflação no país, mas os juros e as taxas cambiais atingiam números que influenciavam o desfavorecimento da economia.

À época, os trabalhos informais e/ou sem carteira assinada eram uma realidade para muitos brasileiros. É nessa conjuntura econômica que Petuba (2001) pondera sobre as atividades de trabalho exercidas pelas pessoas participantes do movimento da ocupação e que formam uma das características de trabalhadores que, sem alternativas, vão morar no limite da cidade. A condição de trabalhadores assalariados não possibilita outros campos de moradia, por se originarem de outras cidades (do Triângulo Mineiro, norte de Minas, cidades de Goiás e da Bahia) que não apresentam condições de infraestrutura adequadas.

Nas fichas de cadastramento, pode-se verificar, claramente, que quase todos os acampados do Bairro Dom Almir trabalhavam. Entre os homens, a ocupação mais comum era o de servente de pedreiro, e em seguida, o de carpinteiro, entre as mulheres, o de empregada doméstica e de ajudante de cozinha. No quadro geral das ocupações profissionais desses trabalhadores, podem-se encontrar serviços como: chapa, carvoeiro, dragas, freteiros, carroceiros, vigilantes noturnos, mecânicos, tratoristas, boia fria, vendedores ambulantes, costureiras, ajudantes de confecção e uma expressiva quantidade daqueles que trabalhavam em serviços gerais (PETUBA, 2001, p. 29).

O desencanto com a cidade de Uberlândia foi vivenciado em ocupações, conjuntos habitacionais, loteamentos urbanos e locais de trabalho. Os trabalhos executados por esses moradores não são características apenas das pessoas que experimentaram o processo de

ocupação no Dom Almir, como também de muitos sujeitos que, na necessidade de sobreviver na cidade, executam diversas atividades e trabalhos temporários. Há de se destacar que, para exercerem suas funções em determinados campos de trabalho, trabalhadores tiveram de se deslocar para lugares centrais ou condomínios fechados, e muitos entrevistados lembravam como foi difícil o acesso ao transporte coletivo, por ele ser limitado. As ocupações de trabalho elencadas por Petuba são também empregos experimentados por moradores de outros conjuntos habitacionais, por exemplo.

Outro estudo no qual é possível expor que o direito à cidade nem mesmo era praticado se refere a conjuntos habitacionais. Reis (2003), na pesquisa intitulada *Entre viver e morar: Experiências dos Moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia – anos 1980/1990)*, aborda os bairros Santa Luzia (localizado no setor sul da cidade) e Segismundo Pereira (no setor leste). Nesses trabalhos, há um questionamento persistente e que perpassa muitos estudos relacionados à linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”: Qual o motivo das construções de moradia em locais periféricos da cidade, onde o acesso aos serviços urbanos não é constituído em suas práticas diárias?

Isso é bem evidente na narrativa de Leide. Ela entende o que é começar a morar num local carente de infraestrutura, algo que persiste quando Reis (2003) arrazoa que extensas faixas de terras cobertas pelo cerrado se interpunham entre os conjuntos habitacionais e os bairros mais próximos”. Isso, como citado anteriormente, se remete à configuração atual de instituições públicas e construções particulares que estão localizadas nos vazios urbanos relatados pelo referido autor, sobretudo próximo aos lugares que faziam parte do bioma cerrado nos anos 1980 e 1990.

Ao escolher trabalhar com os Conjuntos Habitacionais – Santa Luzia e Segismundo Pereira – como “lócus” desta pesquisa, uma das preocupações foi entender o porquê de edificações de conjuntos habitacionais desmesuradamente distantes do centro da cidade. Vale dizer que a distância referida não se fazia sentir somente em relação ao centro urbano, porém esses conjuntos situavam-se visivelmente afastados até mesmo dos últimos vestígios considerados urbanizados (quer dizer: a existência de energia elétrica, avenidas e ruas pavimentadas, água, esgoto, redes de telefone, comércio ativo). Extensas faixas de terras cobertas pelo cerrado interpunham-se entre os conjuntos habitacionais e o(s) bairro(s) mais próximo(s) (REIS, 2003, p. 47).

Tais trabalhadores passaram a morar nos conjuntos habitacionais construídos nos limites urbanos, próximos às divisas com as propriedades rurais. Apesar de fazer parte do perímetro urbano, o fato de morar nos conjuntos habitacionais não significou um acesso

imediato aos serviços de infraestrutura (água, energia, asfalto e transporte coletivo), como salientado anteriormente. A realidade era de muitas lutas em que os moradores se viram na necessidade de se organizarem, seja por meio das associações de moradores ou das relações de solidariedade.

Conforme essas experiências, os moradores encontraram e vivenciaram vários aprendizados, tanto políticos como sociais, ampliando os espaços de lutas, seja no bairro, na Prefeitura, em instituições comunitárias e universidades. Isso porque os diálogos com o poder público – forma escrita, por meio de ofício, ou em reuniões verbalizando as demandas – constituíram momentos para que tais indivíduos buscassem maneiras de reivindicar os direitos à educação, saúde, água, energia, segurança etc.

Outra pesquisa que corrobora com os modos de vida dos trabalhadores em Uberlândia, intitulada *Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980*”, foi elaborada por Renato Jales Silva Junior que visou analisar os modos de vida dos moradores do bairro Presidente Roosevelt. Silva Junior nos informa que, assim como o Presidente Roosevelt (setor norte da cidade), outros bairros como Luizote de Freitas (setor oeste) e Jardim Brasília (setor norte) também eram constituídos de moradias de conjuntos habitacionais. Esse caso é semelhante ao que Reis (2003) também pesquisou nos conjuntos habitacionais do Santa Luzia e do Segismundo Pereira.

A intenção desta dissertação não é trazer à tona a particularidade de cada bairro em diferentes períodos, e sim demonstrar que, quando o bairro foi construído, ele se localizava longe do centro comercial da cidade e estava nos limites urbanos. Hoje, os bairros aqui mencionados já não estão longe do centro como antes, sendo que, *a posteriori*, outros foram construídos geograficamente.

Nessa conjuntura, muitos trabalhadores, sobretudo assalariados e/ou autônomos, elaboram suas estratégias de sobrevivências e articulações com o poder público na luta pela implementação de obras de asfaltamento, água, energia, escolas e outros. Silva Junior (2013, p. 69) traz um exemplo de como os moradores levaram demandas ao (e exigiram respostas do) poder público:

Luizote, Jardim Brasília e Roosevelt são bairros constituídos de conjuntos habitacionais. Nesses lugares os trabalhadores estão criando demandas para o poder público e exigindo respostas, estão se fazendo sujeitos nesta cidade e deixando suas marcas. Os temas vão surgindo no interior dos bairros e dali para as instituições de poder. A necessidade de um lugar para que as mulheres pudessem deixar seus filhos motivou os moradores do Luizote de Freitas a criar um espaço comunitário, porém, o aprendizado político

conseguido na experiência vivida levou as mulheres aos clubes de mães e deles para o poder público. É esse aprendizado que transforma demandas em reivindicações e estas em direitos.

Numa visão mais ampliada dos movimentos de reivindicações por parte dos moradores, outros sujeitos são percebidos no convívio com os trabalhadores, que visam participar dos movimentos sociais em proveito próprio. Geralmente, são políticos que visualizam tais lugares como uma chance de se reelegerem ou se candidatarem a algo, seja para prefeito, vereador ou deputado.

As ocupações que deram origem à constituição do bairro Dom Almir, em Uberlândia, puseram em movimento, direta ou indiretamente, outros setores da sociedade, que, por afinidade política-ideológica, no campo prático ou discursivo, solidariedade humana ou oportunismo eleitoreiro aproximaram-se do movimento, tecendo um campo de articulações e gerando relações dos mais diversos matizes, tornando-as elementos constituintes dessa experiência histórica vivenciada e construída pelos trabalhadores ocupantes de terra do bairro D. Almir, a partir de 1990 (PETUBA, 2001, p. 74).

As ocupações de terras, os conjuntos habitacionais e os loteamentos urbanos são lugares de interesse de políticos, empresários e proprietários de terras. Por sua vez, os trabalhadores estão nesses locais juntamente a suas famílias para construírem suas moradias e assim não pagar mais aluguel, mesmo que tenham de morar dentro das construções por um determinado período.

Sob esse viés, a pesquisa de mestrado de Sheille S. de F. Batista, com o título de *Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade*, destaca o bairro Vila Marielza (localizado no setor leste da cidade) que fica mais próximo de fazendas. No trabalho de campo, ela ressalta as plantações em meio ao cerrado e à estrada de chão, com a impressão de que ali é um caminho de acesso às fazendas do município.

Ao entrar na rodovia e percorrer cerca de dois quilômetros após o B. Morumbi, a distância se faz parecer muito maior do que realmente é. Ao avistar em meio ao cerrado as plantações e a estrada de chão, percebe-se que chegamos ao B. Vila Marielza. A principal via de acesso ao local sai da BR 365, que liga Uberlândia a Patrocínio, e a primeira impressão que se tem é que ela é um caminho de acesso às fazendas do município. Antes de chegar ao bairro encontramos uma área desabitada, que cria um hiato entre o Marielza e os bairros próximos – Morumbi e Alvorada (BATISTA, 2003, p. 58).

Esse “hiato” aqui evidenciado entre o Marielza e os bairros Morumbi (localizado no setor leste da cidade) e Alvorada (setor leste) “parece” ser o que se conhece por “vazios urbanos”, prática que faz parte da especulação imobiliária na cidade informada anteriormente. Diante disso, a dissertação intitulada *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2002*, de Sergio Paulo Morais, analisa o bairro Lagoinha, algo pertinente neste momento:

O bairro Lagoinha é, sem dúvida, um local peculiar. Vivendo nele muitos carroceiros assim, tem-se um número relativamente grande de carroças nas portas de residências e animais circulando pelos lotes vagos dessa região. Fato que significaria potenciais oportunidades de trabalho àqueles que moram nas proximidades desses locais. Tais casas de materiais de construção acabam por atender uma clientela “local” e necessitam, diariamente, ou vez por outra, de carroceiros que possam fazer entregas das mercadorias vendidas (MORAIS, 2002, p. 51).

Em bairros como Lagoinha, Santo Inácio e outros aqui já citados, há muitos trabalhadores em circunstâncias semelhantes. Na luta por construírem suas próprias moradias, adquiriram os lotes em bairros localizados distantes do Centro. Hoje, tais bairros não fazem parte dos limites urbanos, uma vez que outros começaram a ser constituídos próximos dos que antes eram considerados periféricos. Nesse caso, os moradores passaram a construir suas casas conforme suas condições financeiras, sendo que a compra a prazo é uma prática que ajudava na construção de mais um cômodo.

O bairro Santo Inácio, há 17 anos, estava em processo de constituição e, como muitas não tinham condições para comprar materiais de construção à vista, já que muitos foram para o bairro para se livrarem do aluguel, a compra a prazo facilitava muito a vida destas pessoas (STROTBEK, 2005, p. 46).

Nesses locais, encontramos muitos trabalhadores advindos de outras cidades e até mesmo de “roças” da cidade de Uberlândia. As dificuldades na adaptação em um lugar onde há pouca (ou nada de) infraestrutura são vivenciadas por esses moradores, de modo que as relações sociais formadas no bairro significam aprendizados de solidariedade e sociabilidade.

No convívio diário, há necessidades relacionadas, até mesmo, à alimentação ou ao fato de deixar os filhos com alguém para trabalhar. Esses momentos são compartilhados com vistas a serem solucionados pelos moradores e, quando a inserção no trabalho na cidade não é possível, o retorno (seja para a roça ou a cidade) é o caminho tomado.

Assim, o Vila Marielza também se coloca como um espaço de escolha dos egressos do campo. Um local ímpar de viveres, pois, mesmo sendo um loteamento urbano, adquirido como outro qualquer da cidade, famílias inteiras com trajetórias comuns se dirigiram para lá. Os laços de convivência, os valores e os hábitos ultrapassam as casas e vão imprimindo na vila um jeito próprio de ser, determinado pelo costume e sobreviver dos moradores, a maioria pobre, que viram o retorno ao trabalho nas fazendas próximas como saídas para o viver na cidade (BATISTA, 2003, p. 48).

O retorno ao trabalho nas fazendas próximas não indica a mudança absoluta para a zona rural. A moradia na cidade continuava, mas as condições para o sustento da família ficavam por conta do trabalho na roça, sendo que, muitas vezes, o “emprego” que havia na cidade (se houvesse) era temporário. Nesse sentido, a construção de mais cômodos nas moradias obviamente dependia de trabalho, e buscar a sobrevivência em suas “origens” foi a forma mais adequada que diversos trabalhadores que chegaram a Uberlândia encontraram. Há os que permaneceram na cidade trabalhando sem a carteira de trabalho assinada, o único jeito de sobrevivência na cidade.

Ainda há trabalhadores que vêm para a cidade de Uberlândia de vários lugares, seja de outras cidades vizinhas e/ou estados. Quando chegam aqui, vivem uma realidade diferente do que ouviram antes:

A luta pelo direito à cidade continua para homens e mulheres vindos, não importa de onde, e que continuam em movimento, questionando a lógica perversa da urbanização dessa cidade e a complacência dissimulada de muitos dos que se dizem progressistas. Esses trabalhadores recusam-se a serem esquecidos e ignorados pela cidade que eles ajudam a construir, muitos, porém, já não querem mais diálogo, palavras vazias... não esperaram pela posse do Prefeito e nem deveriam, a Vida não espera! (PETUBA, 2001, p. 106).

A realidade para esses trabalhadores, quando chegaram à cidade, não foi fácil. Deparam com valores de aluguéis altos, acesso restrito aos programas habitacionais e preconceito por serem de “fora”. Quando há vaga de trabalho, eles conseguem exercer suas funções de maneira formal; se não há, trabalham em vagas temporárias ou na informalidade.

Quando nos remetemos aos locais onde trabalhadores têm morado na cidade de Uberlândia, inúmeras pesquisas de áreas como História e Geografia relacionam a especulação imobiliária com os sujeitos advindos do poder público da cidade, como prefeitos e vereadores proprietários de terras e imobiliárias, que demarcam no mapa do município os lugares de diversos sujeitos de acordo com a sua condição, sobretudo a econômica. Essa dinâmica econômica tem segregado cada vez mais o trabalhador para os limites da cidade, lugares onde

a infraestrutura praticamente não existe. Isso nos remete às relações sociais estabelecidas na e que são determinadas por empresários e políticos. Cabe destacar que esses trabalhadores, dentro de suas condições sociais e econômicas, reivindicam seus direitos à saúde, educação, segurança, transporte e moradia.

No âmbito geográfico da segregação espacial da cidade, a malha viária central determinou a dimensão histórica da expansão urbana por meio da “[...] Avenida Cesário Alvim, Floriano Peixoto, Afonso Pena, João Pinheiro, Bernardo Guimarães, Goiás, Olegário Maciel, Duque de Caxias, Machado de Assis, Tenente Virmondes, Quintino Bocaiúva e Coronel Antônio Alves Pereira” (SILVA, 2012), além dos setores leste, oeste, norte e sul de Uberlândia.

No setor sul, área de pesquisa em questão, a segregação espacial separou os sujeitos conforme suas condições sociais e econômicas. Quando nos atemos ao Shopping Park, visualizamos onde estão localizadas as moradias construídas por meio de construções próprias, Minha Casa Minha Vida e condomínios fechados. Para isso, nas vias de acesso as pessoas precisam trafegar pelas avenidas e ruas rápidas onde não se permite a circulação de pedestres. A Avenida Nicomedes Alves dos Santos, passando pelo anel viário do setor sul, é um dos principais meios por onde chegamos ao Shopping Park; e outro acesso é a Avenida Argemiro Evangelista Ferreira, que adentra o referido bairro.

Os bairros onde moraram dizem muito sobre as condições dos trabalhadores. A trajetória deles é “[...] marcada por um processo de reestruturação de vidas” (BATISTA, 2003), uma realidade de quem vive no Shopping Park, onde há ruas e avenidas asfaltadas. Nesse contexto, José dos Reis, um dos nossos entrevistados, é uma das pessoas que mais tempo mora em Uberlândia. Vindo de Uberaba na década de 1970, trabalhou e morou em vários lugares da cidade.

Rosana: E como foi a história do senhor pra chegar aqui no bairro Shopping Park II?

José: Shopping Park [...]. Vim em 1970 pra Uberlândia e morei Presidente Roosevelt muito tempo.

Rosana: De aluguel ou casa própria?

José: De aluguel. Aí depois eu mudei pro Custódio Pereira, que também era aluguel; depois, voltei pro Presidente Roosevelt de novo, depois do Presidente Roosevelt mudei pro Santo Inácio. Quando mudei pra lá, também tava começando; comprei um terreno e mudei pra lá, sabe? Tava começando igualzinho ao Shopping Park. Aí depois, minha mulher não se deu bem lá no Santo Inácio, aí vendi o do Santo Inácio e vim pra cá.

Rosana: Quando o senhor veio pro Shopping Park II?

José: Shopping Park II eu vim em [...] 1994.

Rosana: 1994?

José: É.⁸

Conforme a trajetória de José, nota-se que outros bairros como o Shopping Park eram localizados nos limites urbanos quando trabalhadores como ele foram morar nesses lugares para pagar um aluguel mais barato ou adquirir um terreno para logo começar a construir suas moradias. Retomemos a história dos bairros Presidente Roosevelt, Santo Inácio e Custódio Pereira que, no início foram considerados próximos dos limites urbanos e com pouca ou nenhuma infraestrutura. Nesse caso, a presença de trabalhadores, principalmente dos sujeitos que migraram para Uberlândia, é fator característico em pesquisas já realizadas a respeito dessa cidade.

Além de sujeitos constituintes da cidade, os trabalhadores são agentes que participam da construção desta, à medida que se inserem como moradores em casas de aluguel, construindo suas moradias conforme a aquisição de terrenos (geralmente lotes localizados nos limites urbanos e ainda não regulamentados) e de materiais de construção (tijolos, areia e cimento), além dos campos de trabalho, seja de carteira assinada ou temporário.

Em 1970, quando diversos trabalhadores como José saíram⁹ do trabalho da zona rural e chegaram a Uberlândia, o Presidente Roosevelt (setor norte) ainda estava sendo constituído como bairro. Antes havia uma fazenda próxima à rodovia e, aos poucos, foi disponibilizada a infraestrutura necessária – água, esgoto, energia elétrica, transporte, segurança e asfaltamento – assim que outros trabalhadores foram morar no bairro.

Nesse entremeio, a história dos trabalhadores que foram morar no Santo Inácio nos anos 1980 (STROTBEK, 2005) também destaca sujeitos como José, que tem sua experiência de moradia no Santo Inácio: “[...] Quando mudei pra lá, também tava começando; aí comprei um terreno e mudei pra lá, sabe? Tava começando igualzinho ao Shopping Park”.

As trajetórias de Leide, José e Maria são semelhantes, pois eles se mudaram para Uberlândia em busca de uma condição de uma vida melhor. Natural de Buritizeiro, norte de Minas, e casada, Maria fala sobre o motivo pelo qual se mudou juntamente com sua mãe:

Rosana: De onde a senhora veio? A senhora é de Uberlândia?

Maria: Não, eu sou de Buritizeiro.

Rosana: Buritizeiro [...] onde é?

Maria: Norte de Minas.

Rosana: Por que a senhora veio para Uberlândia?

Maria: Porque lá era muito difícil, custo de vida.

⁸ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 1.

⁹ Dentre os motivos principais há a mecanização do trabalho no campo que “expulsou” trabalhadores e pequenos proprietários de terra. Isso foi enfaticamente ressaltado por Batista (2003).

Rosana: A senhora fazia o quê lá?

Maria: Lá eu não fazia nada, não tinha oportunidade. Não tenho estudo, dependia do marido.

Rosana: A senhora lembra o ano que veio para Uberlândia?

Maria: Lembro, vim pra cá em 8 de dezembro de 1995.

Rosana: E quando a senhora chegou pra cá, qual foi o primeiro bairro da senhora?

Maria: Lagoinha.

Rosana: E depois?

Maria: Granada.

Rosana: Sim, e depois?

Maria: Shopping Park.

Rosana: Por que a senhora veio para o Shopping Park?

Maria: Porque desde que eu casei, sempre morei com minha mãe; ela veio e eu vim junto com ela.¹⁰

Com base nos depoimentos de Leide, Maria e José, é possível perceber as condições de moradia dessas famílias e como a teia do mercado imobiliário überlandense é complexa. De fato, ela mais exclui o trabalhador, direcionando-o à periferia, do que lhe dá oportunidades de ter uma vida melhor, o que pode ser percebido nos bairros onde esses indivíduos moraram antes de se mudarem para o Shopping Park – Lagoinha, Santo Inácio e Granada –, que são pouco valorizados financeiramente em Uberlândia.

A partir das narrativas desses entrevistados, nota-se que eles não tiveram outras possibilidades, a não ser a de se mudarem com seus familiares. Seja como inquilinas ou proprietárias de suas moradias, Leide e Maria não tiveram acesso à infraestrutura necessárias, como asfalto, transporte coletivo, água, energia elétrica, saúde, educação, segurança etc., dado que tais aspectos são precários ou até mesmo não existem. Nesse sentido, pode-se afirmar, conforme a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que essas famílias não tiveram acesso aos direitos básicos como cidadãs.

Da mesma forma que Leide e Maria, a família de Belmira passou por outros bairros da periferia de Uberlândia antes de se mudar para o Shopping Park:

Rosana: Qual é a idade da senhora?

Belmira: 70.

Rosana: 70?

Belmira: Vou fazer 71.

Rosana: A profissão?

Belmira: Pensionista.

Rosana: E antes, a senhora tinha algum fazer?

Belmira: Antes trabalhava, trabalhei no reflorestamento, lavava roupa, passava, quando as crianças era tudo pequeno [sic]. Aí depois viemos

¹⁰ Entrevista concedida por Maria Aparecida Souza Lemos à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 1-2.

embora da nossa terra pra cá [Uberlândia]. Lavei muita roupa para os outros, trabalhava em reciclagem; aí de uns anos pra cá, não dei conta mais.

Rosana: Entendi. A senhora tem filhos?

Belmira: Tenho.

Rosana: Quantos?

Belmira: São sete.

Rosana: E quantos netos?

Belmira: Vixe, neto [risos].

Rosana: A senhora veio de onde?

Belmira: Eu vim de Pirapora.

Rosana: Em que ano?

Belmira: 1995.

Rosana: 1995?

Belmira: É.

Rosana: Quando a senhora chegou aqui ao bairro, antes de vir pra cá, a senhora morava em qual bairro de Uberlândia?

Belmira: Primeiro morei no Lagoinha, depois eu mudei lá pro Granada, aí do Granada que eu mudei pra cá [Shopping Park].¹¹

As origens desses trabalhadores estão relacionadas aos meios rurais da cidade natal, bem como à conjuntura da mecanização de diversos trabalhos no campo (BATISTA, 2003). Em Pirapora, Belmira trabalhou no reflorestamento e, quando não havia trabalho no campo, ela lavava e passava roupa – esse era o modo de sobreviver naquele local, uma vez que a possibilidade de um emprego “permanente” não foi uma realidade vivida por ela na referida cidade e por outros entrevistados nesta pesquisa.

Nos anos 1990, em Uberlândia, Belmira precisou continuar a lavar roupa para outras pessoas e teve que trabalhar na reciclagem, uma realidade de trabalho no meio urbano que mais excluía do que empregava. Mas foi o meio de sobrevivências dessas pessoas. Assim, tais sujeitos deixam suas marcas em avenidas, ruas e bairros, o que contribui sobremaneira com a dinâmica econômica da cidade.

A trajetória de José, que a partir de 1970 morou em bairros como Presidente Roosevelt, Custódio Pereira, Santo Inácio e Shopping Park, está diretamente relacionada com suas relações de trabalho, dado que visava morar próximos de seu emprego. Mas isso é uma realidade para poucos atualmente – à medida que mais sujeitos migrantes chegam em Uberlândia, os limites urbanos passam a ser expandidos e avançam cada vez mais às áreas rurais.

Nessas narrativas, percebemos como sujeitos migrantes se reelaboram no processo de reestruturação de vidas e, por conseguinte, ocupam espaços na cidade em moradias alugadas,

¹¹ Entrevista concedida por Belmira Pereira dos Reis à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 2.

próprias (antes de estarem completamente construídas) e próximos aos locais onde trabalham, seja de carteira assinada ou não.

Rosana: Qual é a profissão que o senhor exerce (ou exerceu) durante todo esse tempo?

José: Minha profissão era comerciante. Quando mudei, morei no Presidente Roosevelt, onde mexia com comércio. Antes de mudar para Uberlândia, eu trabalhava com fazenda.

Rosana: Ah, o senhor sempre trabalhou na fazenda, então? Seus pais também?

José: Meus pais também trabalhavam em fazenda.

Rosana: Em Uberaba, o senhor trabalhou em fazenda; e quando o senhor chegou aqui em Uberlândia, o senhor fez isso também?

José: Não, aí quando eu vim pra Uberlândia [...]. Tinha cursos de “vagas”, lembra? Hoje ABC.

Rosana: Ah, entendo.

José: Entrei lá naquela firma. Trabalhei muito tempo, depois entrei na rodoviária Caçula, trabalhei de entregador viajando entrega de mercadoria. Aí depois que saiu da rodoviária Caçula, comprei um bar lá em frente à rodoviária Caçula; comprei e fui mexer com bar, e depois [...].¹²

As habilidades e os conhecimentos relacionados ao trabalho da “fazenda” já não contribuíram para que migrantes como José tivessem emprego em Uberlândia. Fazer cursos para uma formação técnica e trabalhar na fábrica foi o caminho encontrado por ele. O trabalho de entregador numa empresa de transportes de cargas foi outro meio de sobreviver e, por fim, pretendia ter seu próprio negócio, sendo comerciante; hoje, já é aposentado. Isso nos remete, além da recomposição profissional, à maneira como os migrantes colaboraram na construção da cidade de Uberlândia.

Outra experiência de reestruturação de vida diz respeito a Francisco que, nos anos 1990, não se mudou com toda a família para Uberlândia. Natural de Parnaíba, Piauí, ele é pai de três filhos e, quando morava na zona rural de sua cidade natal, era lavrador. Suas habilidades relacionadas ao âmbito rural pouco o ajudaram na colocação no mercado, pois, ao se mudar para Uberlândia em busca de trabalho na zona urbana, não conseguiu um emprego. A trajetória de Francisco nos ajuda a entender como foi o processo de reestruturação de sua vivência, em que ele diz como se tornou mecânico industrial:

Rosana: Qual é a profissão do senhor?

Francisco: Sou mecânico industrial.

Rosana: O senhor sempre foi mecânico industrial?

¹² Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 1.

Francisco: Não, eu trabalhava algum tempo também na construção civil. Na verdade, fiquei trabalhando mais de 12 anos na construção civil.

Rosana: Certo.

Francisco: Só que nessa época eu trabalhava em São Paulo, né?

Rosana: Entendi.

Francisco: Eu morei 12 anos por lá.

Rosana: E antes de São Paulo, o senhor morava onde?

Francisco: Quando eu vim pra cá, pra morar aqui em Uberlândia, eu vim, fiquei um tempo aqui e não consegui trabalho. Foi muito tempo atrás, foi em 1996, né? Aí, eu saí daqui, fui para São Paulo, aí já comecei... [esposa interrompeu]. Eu não arrumei trabalho, fiquei três meses [em Uberlândia], na época era um pouco complicado. Fui pra São Paulo e lá comecei a trabalhar na construção civil.

Rosana: Certo.

Francisco: Só que um ano depois, em 1997, minha esposa veio pra cá pra Minas; eu morando em São Paulo e ela aqui em Minas com os meninos. Eu vinha pra cá uma vez por mês a cada 60 dias, fiquei aí mais de dez anos desse jeito.

Rosana: E o senhor é natural de onde?

Francisco: Sou natural de Parnaíba-PI.

Rosana: Lá em Piauí o senhor fazia o quê?

Francisco: Na verdade, lá não tinha uma profissão definida. Eu era lavrador, eu morava na roça, né?¹³

A vinda de sujeitos migrantes para Uberlândia está relacionada à presença de parentes que já moravam e trabalhavam na cidade, a exemplo da família de Francisco. Sua esposa e filhos ficaram morando em Uberlândia, enquanto ele trabalhou aproximadamente 12 anos em São Paulo, onde conseguiu de imediato um emprego nos anos 1990.

Nesses termos, a narrativa de Francisco explicita que a dificuldade em conseguir emprego quando chegou em Uberlândia, na década de 1990, não foi vivenciada somente por ele, mas sim por muitas pessoas:

Rosana: Por que o senhor escolheu Uberlândia?

Francisco: Quando eu cheguei aqui, há algum tempo atrás [em 1996], era mais diferente, porque naquela época era muito difícil pra todo mundo, não era só pra mim. Eu lembro de uma vez quando eu tava aqui. Assim que eu fui para a empresa chamada Braspel, fiquei numa fila de emprego lá e tinha [...] mais ou menos 80 pessoas na fila pra 30 vagas. Hoje, não se vê isso mais na empresa, você não vê 30 vagas de um trabalho comum pra 80 pessoas disputando. Hoje, você não vê mais, naquela época era bem mais difícil que hoje, e eu não conseguia vaga, na verdade. As meninas davam uma fichinha, aí faltava, sei lá [...] 30 pessoas antes de mim e a fichinha acabava; elas despachavam todo mundo, foi [sic] embora; não tem mais ficha. Então, umas

¹³ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 1-2.

coisas que era complicado [sic]. Naquela época era mais difícil trabalho e tudo. Então, as pessoas não podiam facilitar o lado de ninguém, né?¹⁴

Ao chegar à cidade, além de não conhecer alguém que poderia indicá-lo para uma vaga de trabalho, Francisco recorda que, mesmo que uma pessoa o ajudasse nessa situação, ainda assim seria bastante complicado, já que a taxa de desemprego era grande. Na conjuntura da política interna brasileira, na década de 1990, vivenciamos “[...] medidas de política econômica implementadas via programas de estabilização para deter o processo inflacionário e mantê-lo sob controle” (RIBEIRO; JUNIOR, 2005, p. 104); logo, foi um período em que os trabalhadores tiveram vagas de trabalho e remuneração com baixos índices.

Apesar das dificuldades, a família de Francisco permaneceu em Uberlândia. O sofrimento de viver separado dessas pessoas por 12 anos, em São Paulo, deu-se em virtude de não conseguir emprego na referida cidade que possibilitasse o pagamento do aluguel e da alimentação da família. Desse modo, pode-se afirmar que o sacrifício era uma mistura de necessidade com saudade, dado que ele não podia rever a família sempre, e sim somente a cada dois meses, por causa de sua situação financeira.

Quando nos remetemos às pesquisas da área da Economia, as porcentagens mostram índices preocupantes de desemprego na década de 1990. Essa piora está relacionada a três fatores: ampliação do setor informal, elevação do número de desemprego e aumento na duração do desemprego. Dentre outros aspectos, tanto a política interna como a externa influenciaram no aumento de trabalhos informais no país, sobretudo na área industrial. Por isso, muitos trabalhadores passaram a trabalhar onde havia vagas.

Até a família de Francisco se mudar para o Shopping Park, conseguindo a moradia própria, a trajetória de trabalho desse entrevistado perpassou pela construção civil da cidade paulistana. Isso quer dizer que precisava ir para onde houvesse a possibilidade de sustentar seus filhos e esposa.

Rosana: Quando o senhor veio para Uberlândia, qual foi o primeiro bairro que o senhor morou?

Francisco: Guarani.

Rosana: De aluguel?

Francisco: Aluguel.

Esposa de Francisco: Pagava R\$ 221,00.

Rosana: Depois do Guarani, o senhor foi pra onde, mudou pra onde em Uberlândia?

Francisco: Fomos para o Alvorada.

¹⁴ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 12.

Rosana: De aluguel?

Francisco: Morando de aluguel também numa casa de um irmão dela.

Rosana: E depois do Alvorada?

Francisco: Aí, depois viemos pra cá.

Rosana: Para o Shopping Park II ou I?

Francisco: Pra esse mesmo, o II.¹⁵

Francisco atualmente trabalha na BRF¹⁶, uma empresa do ramo alimentício. Isso é muito significativo, pois, recém-chegado na cidade (nos anos 1990) e com a experiência de lavrador no currículo, ele teve dificuldades em conseguir um emprego formal. Nesse ponto, é pertinente pensar de que maneira as relações sociais estabelecidas os ajudaram a melhorar a qualidade de vida de sua família e a fazer parte da cidade:

Rosana: Nessa época o senhor trabalhava na construção civil aqui em Uberlândia?

Francisco: Quando eu vim [retornou] para Uberlândia, eu não trabalhei na construção civil.

Rosana: Sim...

Francisco: Eu já comecei a trabalhar na fábrica.

Rosana: Ah, em fábrica?

Francisco: Em fábrica de alimentos, no caso. Estava na construção civil quando eu estava em São Paulo e, quando eu vim pra cá, um colega meu que morava aqui, aliás, ele mora aqui no bairro ainda (ele também não é muito novo aqui, não), eu falei com ele, que eu tinha vindo, precisava trabalhar. Ele falou que, se quisesse trabalhar [...] pegava muita gente.

Rosana: Qual é a empresa que o senhor trabalha?

Francisco: É a Sadia, hoje BRF, né? Aí levou o currículo, os caras me chamaram, fui trabalhar na produção, lá na Sadia mesmo, na época era Sadia. Aí, com o tempo de um ano e pouco depois, eu passei para manutenção, entrei lá e até hoje [...].¹⁷

Por meio das narrativas dos trabalhadores vindos de outras cidades e dos motivos de seus deslocamentos, podemos entender que, ao chegarem com expectativas de emprego, se depararam com uma realidade diferente: não havia nem trabalho, nem moradia. A escolha de permanência na cidade não ocorreu sem muitas dificuldades, posto que eles tiveram que morar em bairros como Lagoinha, Granada, Alvorada e Guarani em busca de aluguéis mais baratos. Ao invés de incluir essas pessoas em políticas de habitação do município, muitas vezes há a invisibilidade dos trabalhadores nos limites urbanos.

¹⁵ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 3.

¹⁶ BRF é uma empresa do ramo de alimentos. Disponível em: <<http://www.brf-global.com/brasil/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

¹⁷ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 7.

Com base nisso, pode-se constatar que muitos moradores do Shopping Park eram trabalhadores que moraram em vários bairros periféricos da cidade.

Rosana: Tinha muito carroceiro, então?

Belmira: Tinha, nós mesmo trabalhava [sic] com carroça.

Rosana: Ah, e a senhora trabalhou com carroça?

Belmira: É, com carroça. Nós juntava [sic] reciclagem, era com carroça.

Rosana: O que a senhora fazia com as carroças? Trabalhava como com as carroças?

Belmira: Catando reciclagem na rua. Livro, papelão... catava na rua.

Rosana: E a senhora ia de carroça pra catar os reciclados?

Belmira: É.

Rosana: E onde a senhora andava pra catar os reciclados?

Belmira: Nós andávamos a cidade quase toda; Karaíba, tudo lá, Parque São Jorge, todo lugar que você imagina.

Rosana: Isso era o sustento da casa da senhora?

Belmira: Era.

Rosana: Sempre foi o reciclado? Desde quando mudou aqui para o bairro, a senhora conviveu com isso?

Belmira: Foi, foi indo [...]. Não aguentando andar de carroça, aí fui e parei [...].

Rosana: A senhora e mais quem que fazia esse trabalho com a carroça?

Belmira: Era eu, ela [a filha], os meninos dela e o marido dela, quando ele não estava fazendo outro serviço.¹⁸

No que tange ao trabalho, essas pessoas tencionaram, de diversas maneiras, manter sua sobrevivência. Em conjunturas econômicas em que poucas vagas de emprego eram ofertadas, buscaram trabalho em outras cidades e, com o tempo de permanência na cidade, as relações sociais com outros moradores proporcionaram possibilidades de trabalho, a exemplo de Francisco. “Catar” o material reciclado nas ruas da cidade também foi para muitos um meio de sustento em que toda a família estava envolvida: mães, filhos, netos, maridos etc.

Por fim, convém salientar que, parecia ser o foco da Igreja Sal da Terra estreitar relacionamentos com trabalhadoras que apresentavam o perfil de dona Belmira. Muitos moradores do Shopping Park exerciam funções relacionadas ao recolhimento de materiais recicláveis pela cidade.

¹⁸ Entrevista concedida por Belmira Pereira dos Reis à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 5-6.

CAPÍTULO 2 – “VAI DAR CERTO, VOU CONSTRUIR”: EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES NO SHOPPING PARK

Os primeiros moradores do Shopping Park eram trabalhadores que apresentavam trajetórias de moradia em vários locais localizados, sobretudo, nos limites urbanos de Uberlândia denominados como periferia. As experiências vividas antes e depois da chegada ao bairro revelam aprendizados e significados nas relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores desse lugar.

Diante disso, mostramos como os trabalhadores chegaram ao bairro, mantêm relações de convivência com outros moradores nativos de Uberlândia e/ou que já estão estabelecidos na cidade e formam relações sociais, atentos a assuntos relacionados à moradia e aos campos de trabalho. Ademais, analisamos os impactos¹⁹ que esses trabalhadores viveram quando começaram a morar no bairro.

Nas próximas narrativas serão ressaltadas as maneiras que os trabalhadores percebiam o Shopping Park nos anos 1990, quando foram morar e construir suas moradias. A primeira a ser analisada faz parte do depoimento de Belmira:

Rosana: O que chamou a senhora pra morar aqui nesse bairro? O que fez a senhora vir pra cá?

Belmira: Porque aqui era um bairro mais humilde onde eu consegui achar o terreno mais em conta pra comprar.

Rosana: E como a senhora ficou sabendo desse bairro?

Belmira: Eu já tinha notícia, sempre o pessoal falava desse bairro aqui. Aí um dia chamei a menina pra ver esse bairro, porque nós tava [sic] procurando um lugar pra comprar. Aí eu gostei muito daqui.²⁰

A fala de Belmira é bem expressiva, sobretudo quando aborda suas condições enquanto trabalhadora. Ela foi morar no Shopping Park porque encontrou o lote que conseguia pagar conforme suas condições de trabalhadora e, assim, não depender de aluguel, sendo que o pagamento parcelado dos lotes facilitava a aquisição do terreno. Por outro lado, não podemos esquecer que o proprietário dos lotes também era beneficiado com a venda parcelada (no carnê). Nos anos 1990, vivemos períodos de recessão econômica; logo, é possível que inflação estava controlada em relação aos anos anteriores, ao passo que a

¹⁹ Quando nos referimos a esses aspectos, tomamos como referência Almeida (2004), que trata dos impactos na trajetória dos trabalhadores pobres no que concerne à conjuntura da cidade. Em nossa pesquisa, analisamos os impactos na vida desses trabalhadores na conjuntura do Shopping Park.

²⁰ Entrevista concedida por Belmira Pereira dos Reis à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 3.

conjuntura econômica do país não indicava maiores campos de trabalho, sobretudo para o trabalhador.

O trabalhador que paga aluguel se relaciona com outros sujeitos para saber onde há trabalho e moradia. Dona Belmira também era uma das que ficava atenta a qualquer informação sobre isso, sendo que via o lugar como uma possibilidade para morar. Ela, juntamente com a filha, foi ver como era o bairro, uma vez que já moravam juntas. Sua filha já era casada e tinha filhos, o que corrobora com o fato de a moradia desses trabalhadores ser composta por vários membros. Geralmente, os filhos casam e continuam morando com os pais, como ocorreu com Dona Belmira.

Na fala de Maria, filha de dona Belmira, verificamos as condições de sua moradia. A entrevistada resume as circunstâncias de onde foram morar:

Rosana: Por que a senhora veio para o Shopping Park?

Maria: Porque desde que eu casei sempre morei com minha mãe. Ela veio e eu vim junto com ela.

Rosana: Como era primeira moradia do Shopping Park de vocês?

Maria: Nós morava [sic] em um barracão de três cômodos – quarto, sala, cozinha e banheiro.

Rosana: E como era a cozinha de vocês?

Maria: Era bem pequenininha. A sala também era pequeninha, tudo miudinho.

Rosana: O que tinha na cozinha?

Maria: Na minha cozinha tinha um fogão, uma mesa e um armário.

Rosana: Vocês só usaram o fogão de gás?

Maria: Não, a gente usava fogão de lenha também.

Rosana: Vocês usavam fogão de lenha pra fazer o quê?

Maria: Quando acabava o gás e não tinha dinheiro, a gente cozinhava na lenha.

Rosana: E de onde vocês buscavam a lenha?

Maria: Do cerrado.²¹

O fato de se usar lenha do cerrado não era para proporcionar uma comida “da fazenda”, como é dito popularmente, e sim para economizar na compra do botijão de gás ou até mesmo não o adquirir, por não ter condições financeiras. Essas foram as nuances relacionadas a muitos trabalhadores quando foram morar no Shopping Park nos anos 1990: moradias pequenas, famílias compostas por diversos membros e improvisos para sobreviverem dentro e fora de suas casas.

Entender como as relações sociais foram estabelecidas por esses moradores é uma das inquietações a serem interpretadas, conforme o relato subsequente:

²¹ Entrevista concedida por Maria Aparecida Souza Lemos à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 2.

Rosana: Quando a senhora chegou aqui no bairro, o que a senhora viu?
Maria: Só mato [risos].

Rosana: O que tinha nesse mato? A senhora pode falar pra gente?

Maria: Tem uma casa aqui, outra ali, muito pouco [...]. A escola era um pavilhão bem pequeno, só; muito pouco morador tinha aqui.

Rosana: Que tipo de casa, que tipo de moradia a senhora viu quando chegou aqui?

Maria: Tinha algumas casas de alvenaria, mas tinha bastante casa de tábua, madeira, barraco de lona, tinha bastante.

Rosana: E a senhora sabe me dizer onde tinha mais concentração dessas moradias aqui?

Maria: Lá para o final do bairro.

Rosana: Para o final?

Maria: É lá no [...], próximo da construção nova dessas casas que fizeram agora de conjunto habitacional. Na região, tinha bastante.

Rosana: Como essas moradias “sumiram”?

Maria: Até onde eu sei, foi a [Igreja] Sal da Terra que construiu as casas de alvenaria para as pessoas.²²

Maria foi uma das que foi morar no Shopping Park no início dos anos 2000. Os entrevistados, inclusive Maria, remetem ao cenário de um bairro onde havia “só mato”, pois se esperava que, em meio aos loteamentos, houvesse infraestrutura básica e comunitária. Ademais, ela descreve “as construções” daquela época da seguinte forma: a escola já era um projeto concreto, mesmo com “[...] um pavilhão bem pequeno”, poucas casas de alvenaria espalhadas pelo bairro e muitas moradias construídas com tábua, madeira e lona – estas últimas ficavam concentradas num só local. Isso mostra que esses trabalhadores não tinham as mínimas condições de saúde, segurança, saneamento básico etc. Na fala de Maria, percebe-se que as ações de instituições religiosas contribuíram para melhorar tal realidade, em que as moradias foram substituídas por outras de alvenaria. Entretanto, há de se questionar as intenções dessa instituição e as relações estabelecidas entre os moradores e a igreja, algo que poderá ser abordado em pesquisas futuras.

Assim como outros entrevistados, Francisco lembra que não tinha esperanças de que o Shopping Park seria um bairro com a infraestrutura adequada; todavia, ele comprou o lote de sua atual moradia nessas circunstâncias. Ao contrário do momento em que chegaram a Uberlândia, repletos de expectativas, esses trabalhadores não tiveram nenhuma dessas esperanças realizadas quando foram morar no Shopping Park. Vale ressaltar que, a medida que percebiam que mais pessoas compravam e/ou construíam suas moradias, apareciam outras com a expectativa de que o bairro tivesse um caráter mais urbano do que rural:

²² Entrevista concedida por Maria Aparecida Souza Lemos à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 4.

Rosana: Quando o senhor chegou aqui no bairro, o primeiro dia que o senhor veio aqui, o que o senhor viu?

Francisco: Você sabe [...]. O dia em que vim olhar esse terreno primeiro, o que eu vi aqui na verdade foi só mato. Eu não achava que isso aqui ia ter possibilidade de ser um bairro um dia. Eu comprei porque eu estava empolgado pra comprar alguma coisa, porque eu pensava que um dia eu ia precisar, mas eu não achava que fosse dar certo eu morar aqui, porque só tinha mato. Que nem eu lhe falei, meu cunhado me falou – “Francisco, você vai criar filho, não é cabrito, não, aqui é roça” –, porque eu tinha dois pequenininhos, por isso falou isso, né? E eu falei: “tá, mas é o único lugar que eu tô podendo comprar no momento, eu preciso sair do aluguel um dia, eu não posso ficar pensando só em morar no que é dos outros, então eu preciso ter meu local um dia”. De repente, mais na frente, esse aqui um dia desenvolve. E realmente foi o que aconteceu, mas eu falei por falar, eu não achava que fosse dar certo. Mas aí, depois que começou a desenvolver um pouquinho, vinha mais gente, aí eu falei: “Vai dar certo, vou construir”. Aí resolvi construir, mas no começo não tinha esperança que isso ia dar certo, não.²³

De fato, a preocupação com a segurança e a educação escolar dos filhos aparece na narrativa de Francisco como uma questão primordial alertada pelo seu cunhado. Entretanto, comprar o terreno foi o começo de um plano que iria dar certo, uma vez que havia a expectativa de não morar “de favor” (na casa de parentes, por exemplo) ou de aluguel.

A narrativa de Leide também salienta o motivo de ter ido morar no Shopping Park:

Rosana: Quando a senhora veio para o bairro, qual era a visão, o visual do bairro, quando a senhora chegou em 1996?

Leide: Bom, a gente passava de caminhãozinho cheio de coisas naquela baixada, ali tinha um pessoal pescando. Eu me lembro disso como se fosse hoje, um pescando em um rizinho que tinha lá. Então, cheguei, olhei e falei bem assim: “Aqui que eu vou morar” e “Aqui que meu marido quer, né? Então vamos ficar”. Mas eu não fiquei muito satisfeita na época, não. Fiquei porque tinha conseguido o terreno da gente, mas eu olhei e falei assim: “Meu Deus, que lugar é esse?”. Igual eu falei, um dia melhora, né? Vou esperar, aí foi isso que aconteceu.²⁴

A passagem “Meu Deus, que lugar é esse?” é bastante significativa, já que revela a perplexidade diante de um espaço praticamente sem condições estruturais de moradia nos anos 1990.

Em vez de algo que causava espanto, hoje a situação está bem diferente, a exemplo das transformações de espaços como o rio, que deixou de ser visto. No lugar, asfalto, serviços

²³ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 9.

²⁴ Entrevista concedida por Leide Leonice Pereira da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 4.

de água e esgoto, instalação de energia elétrica demonstram a valorização do Shopping Park, o que é ressaltado pelas próximas narrativas dos sujeitos desta pesquisa, os quais compararam a realidade àquela época com a que vivenciam atualmente.

No que tange aos imóveis do Shopping Park, por exemplo, um terreno possui valor oneroso considerando a situação financeira da maior parte da população brasileira. Mas nem sempre foi dessa maneira: no início da formação do bairro, os lotes não eram valorizados como hoje, conforme os relatos dos entrevistados.

Há consequências da ação de empresários e proprietários de terras próximas ao bairro, que se interessaram em lotear e vender os terrenos, mesmo não havendo a infraestrutura necessária para a criação do Shopping Park. Tais sujeitos visavam especialmente vender os lotes para trabalhadores que se encontravam em condições como as de Francisco, Leide, Maria e outros, dado que os trabalhadores tinham condições financeiras de comprar terrenos com essas características, apenas.

Rosana: O senhor pagou caro ou barato pelo terreno?

José: Terreno aqui na época era Cr\$ 600,00, não tinha real naquele tempo. Esse terreno foi lançado em 1990, na época do cruzeiro. Terreno aqui encareceu foi de 2006 pra cá: até 2006 [...], se comprava terreno por R\$ 10.000,00, R\$ 15.000,00, era o preço do Shopping Park. Agora, um terreno aqui no Shopping Park, lá na entrada, se tá falando em R\$ 100.000,00, um terreno lá na entrada de lá, e aqui do lado de cá, é R\$ 80.000,00, R\$ 90.000,00.²⁵

O depoimento acima é de José dos Reis, natural de Uberaba e que buscava trabalho na cidade de Uberlândia nos anos 1970. Chegando aqui, morou em casas de aluguel. Era considerado um dos moradores mais antigos do bairro, mas neste ano, quando retornamos ao local, José, que é aposentado, não residia mais no Shopping Park, pois havia alugado sua casa e ido morar no São Jorge. A valorização dos terrenos parece ter sido, para os moradores, um acontecimento inesperado, pois, mesmo morando há cerca de 20 anos no lugar, tal entrevistado se viu surpreso com o aumento no valor dos terrenos.

E isso nos faz questionar: Como que, em tão pouco tempo (de 2006 a 2013), o valor dos terrenos aumentou? O que teria acontecido no bairro para que ele tivesse outra realidade no mercado imobiliário da cidade? E por que as empresas imobiliárias estão fortemente presentes no bairro? Essas são questões de capítulos posteriores, mas que neste momento aparecem pelo fato de a narrativa de José ser bem expressiva e imediatamente nos remeter à

²⁵ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 9.

especulação imobiliária, que pode ser entendida como a expectativa de que o valor do imóvel aumente conforme os investimentos relacionados à instalação de infraestruturas.

Nos âmbitos nacional e internacional, observamos que economia também teve importante influência para que o mercado imobiliário passasse pelo fenômeno chamado de bolha imobiliária. Antes do aumento do valor dos lotes, ou seja, quando o Shopping Park ainda não tinha a legalidade dos terrenos, aspectos como asfaltamento, energia elétrica, água encanada etc. eram escassos, como aponta Milton²⁶:

Milton: Eu mudei pra Uberlândia de aluguel, não tinha condições de comprar terreno [...]. Quem comprou aqui na época e foi enganado foi o povo mais rico, mas quando ele viu que não vinha benfeitoria, melhoria pra cá, que não tinha nada a ver com a Prefeitura, eles começaram a vender, abandonar os terrenos, né? O que não podia é escritura.

Rosana: Por quê?

Milton: Não, não era legalizado o Shopping Park II. O empresário fez o bairro, mas a Prefeitura não aprovou; aprovou o I.

Rosana: O loteamento?

Milton: [...] É, o loteamento do I, mas o II, não. Isso aqui ficou muitos anos aí [...]. As pessoas já tinham desenganado [...]. Teve pessoas que foi embora [sic] pra muito longe, venderam e não queriam nem saber. Vendia por R\$ 250,00, R\$ 300,00; em 1996, 1997, você encontrava terreno nesse preço, né? Eu ainda consegui comprar o meu por R\$ 600,00, mas foi um cara de imobiliária que me vendeu.

Rosana: Qual imobiliária?

Milton: São de uma imobiliária, essas pessoas que vende [sic], né?

Rosana: Corretor?

Milton: Corretor, né? Valia R\$ 300,00 e eu não sabia, e aí paguei R\$ 600,00, né?²⁷

Nesse sentido, a entrevista realizada com Milton trouxe muitos esclarecimentos, principalmente a respeito das relações dos moradores do Shopping Park com o poder público e o proprietário dos lotes. As pessoas com quem conversamos explicitavam o conhecimento da situação dos lotes, em que os “contratos de gaveta” relacionados à compra e venda foram uma forma burocrática de “oficializar” o lote para quem estava envolvido nesse processo.

A experiência de participar como presidente da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park trouxe para Milton relações com outros moradores que, como ele, eram de outras cidades. Não importava se a pessoa fazia parte da associação ou não, pois a compra dos lotes e a construção das moradias foram difíceis para todos.

²⁶ Milton foi o segundo presidente da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park. Antes, morou em outros bairros da cidade, quando veio do norte de Minas ao final da década de 1980. Ele viu no Shopping Park a única maneira de sair do aluguel na década de 1990, quando passou a morar com sua família no bairro.

²⁷ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 16 mar. 2013, p. 1-2.

A fala de Milton explicita também as condições burocráticas dos terrenos do bairro. Ele afirma que o loteamento do Shopping Park II não havia sido autorizado pela Prefeitura, o que demonstra a ausência de uma infraestrutura mínima para a constituição de um bairro. Mais do que isso, esse trecho evidencia que Milton e outros moradores enfrentaram a complexa especulação imobiliária, em que os donos das terras da cidade articulam a compra e venda de lotes para destiná-los àqueles que serão responsáveis por comercializar as propriedades.

Nesse ínterim, “o povo mais rico” é composto por pessoas que participam da conjuntura da especulação imobiliária que, além de possuírem suas residências/moradias, compram outros lotes para investimento. Este ocorre da seguinte maneira: após a aquisição dos lotes, espera-se que, no futuro, a imobiliária (responsável pela comercialização dos lotes) disponibilize a infraestrutura necessária, havendo a ampliação de comércios e residências particulares. Assim, o loteamento se valoriza, passando a valer bem mais em relação ao momento em que foi adquirido. Isso também está relacionado aos proprietários de terras que, por sua vez, possuem imobiliárias que comercializam os lotes localizados nos limites entre o rural e o urbano, que compreende o final do perímetro urbano e o começo de uma fazenda.

Logo após o Shopping Park, há uma fazenda. Entretanto, o que nos chama a atenção são as extensas faixas de terras ocupadas por pastos antes de chegarmos ao bairro. Essas faixas, por tempo indeterminado, não recebem nenhum tipo de construção até que o proprietário resolva vendê-lo ou construa um empreendimento para obter o lucro “esperado”. Enfatiza-se que, na cidade de Uberlândia, essa prática está diretamente relacionada com os políticos locais que possuem extensas faixas de terras.

Outros moradores também conversaram com a pesquisadora na intenção de contar sobre como adquiriram seus lotes. Durante a realização desta pesquisa, encontramos uma proprietária que disponibilizou os carnês de pagamento e os contratos de compra e venda do terreno. É plausível destacar que o fato de ela ter guardado e se oferecido para mostrar esses documentos demonstra o significado que eles têm em sua história de vida. Procuramos, além dos números de parcelas e valores, direcionar nosso olhar para as experiências dos trabalhadores que, com dificuldade, pagaram as parcelas de seus terrenos – alguns, inclusive, construíram suas casas ao mesmo tempo, com o objetivo de sair do aluguel.

Cabe destacar que os empresários que vendem os lotes nos limites urbanos usam de diversas estratégias para que trabalhadores assalariados tenham suas moradias garantidas na periferia. A venda à prestação no carnê garante o recebimento do valor mensal e, principalmente, limita o trabalhador a ocupar determinadas áreas da cidade, devido à sua

condição de assalariado. Não se permite, outrossim, a aquisição de um terreno em outro lugar da cidade a não ser nos locais já estabelecidos pelos proprietários de terra.

Nesses termos, a motivação para se ter uma moradia no Shopping Park nos anos 1990, além de sair do aluguel, concerne às condições em que homens e mulheres puderam pagar por seus lotes. Há trabalhadores assalariados ou que exerciam suas funções de maneira informal, na tentativa de garantir uma renda para suprir as necessidades básicas, como alimentação.

Figura 2. Carnê de pagamento do lote 41, quadra 59, do bairro Shopping Park II

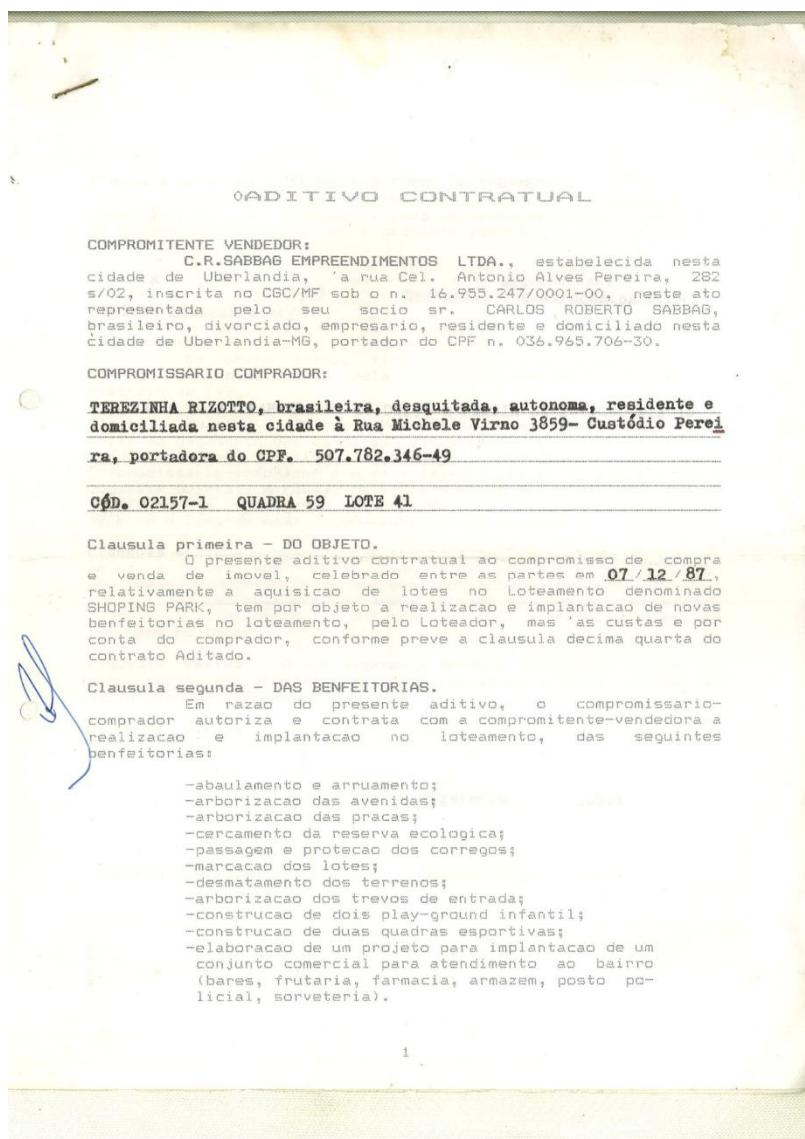


Fonte: Acervo pessoal de Janaína Jácome dos Santos, proprietária de um terreno no Shopping Park.

Na Figura 2, há o carnê de pagamento utilizado pelos moradores para pagar as prestações dos terrenos adquiridos. Isso é bem conveniente para o empresário que vende tais propriedades e que, além de atrair muitos trabalhadores para a aquisição dos lotes, assegura o pagamento a médio e/ou longo prazo e com valores possíveis de serem quitados por parte do trabalhador.

Empresários ainda discorrem que a infraestrutura “dependia” do pagamento feito pontualmente por seus compradores. Coloca-se, assim, a “responsabilidade” para quem paga, pois, sem o recebimento das parcelas, as construções “prometidas”, isto é, as infraestruturas, não iriam ser executadas.

Figura 3. Aditivo contratual assinado em 1994



Fonte: Acervo pessoal de Janaína Jácome dos Santos, proprietária de um terreno no Shopping Park.

Enquanto isso, a Figura 3 mostra uma das páginas do aditivo contratual. No contrato de compra e venda assinado em 1987, especificamente na primeira cláusula, o responsável pela venda dos lotes se compromete com a instalação de água, luz e esgoto, sendo que as demais instalações ficavam sob responsabilidade do comprador. Em 1994 foi assinado o “aditivo contratual”, em que a compradora Terezinha Rizotto autoriza e contrata o compromitente vendedor (C. R. Sabbag Empreendimentos Ltda.) a realizar o que foi chamado de “benfeitorias” às suas custas, ou seja, a compradora do lote é quem pagaria pela implementação das obras descritas no aditivo contratual.

Os compradores dos lotes no Shopping Park eram trabalhadores que, assim como Terezinha Rizotto, exerciam funções autônomas, isto é, não tinham uma renda determinada por mês. Outros eram trabalhadores assalariados que já tinham a renda comprometida com as despesas familiares e que ampliavam suas casas quando era possível. Tal aditivo contratual foi uma maneira de o empresário retirar parte de suas responsabilidades a construção das benfeitorias enumeradas no contrato assinado em 1994 que, antes de visarem ao bem-estar dos moradores, proporcionariam uma divulgação para a venda de mais lotes.

Em 1999, quando Francisco chegou ao Shopping Park II, não havia a estrutura “prometida” no que concerne às benfeitorias explicitadas no aditivo contratual, e sim as moradias construídas pelos próprios moradores. De fato, o valor do terreno determina o lugar onde mora o trabalhador que, nesse caso, age conforme suas condições financeiras, como dito anteriormente.

Para efeito de comparação, em 1996 Milton adquiriu seu terreno por R\$ 600,00, ao passo que Francisco, em 1999, pagou R\$ 1.700,00. Num espaço de tempo de apenas três anos, houve aumento significativo no valor dos lotes, lembrando que Milton e Francisco são vizinhos; então, a diferença no valor não se dá devido à localização do lote no Shopping Park. Francisco explicita as circunstâncias em que os lotes foram comprados pelos trabalhadores:

Rosana: E como o senhor ficou sabendo das terras aqui no Shopping Park?
Francisco: Na verdade, quando a gente morava no Alvorada, a gente já pensava em comprar um terreno pra morar, aí [...] uma pessoa, não lembro quem é [...]. Uma colega da irmã dela [da esposa] ofereceu esse terreno, que tinha terreno aqui pra vender e tal [...]. Aí a gente veio lá do Alvorada pra cá [...] ver o terreno. Aqui era só mato, não tinha nada, não tinha asfalto, tinha ruas cortadas, né? Mas, quando eu cheguei aqui, tinha essa casa do Milton, era uma casinha pequeninha na época, e tinha umas duas, três casas em volta que eu não lembro qual [...], mas bem espalhadas, né? Aí na época, se não engano, pagamos R\$ 1.700,00 no terreno [em 1999], eu não tinha condições de comprar o terreno, na verdade. Eu comprei junto com esse

cunhado que mora no Guarani, a gente comprou em sociedade, eu paguei metade, ele pagou metade. Na época eu trabalhava com construção civil [em São Paulo], ganhava pouco, tinha três filhos pequenos e pagava aluguel; então, quer dizer, era complicado.²⁸

Francisco e sua esposa são pessoas que vieram do Piauí em meados de 1990 para Uberlândia com o intuito de morar e trabalhar, pois os parentes diziam que aqui sempre tinha emprego. A realidade de Francisco, quando chegou à cidade, foi de deixar sua família em Uberlândia para trabalhar na construção civil em São Paulo. Entretanto, para melhorar as condições de sua família, a saída foi comprar um terreno.

Vale destacar como as informações de trabalho e moradia têm sido abordadas pelos trabalhadores (nesse caso, imigrantes), visto que as relações são estabelecidas com os vizinhos, por exemplo, quando Francisco diz que uma conhecida de sua esposa ofereceu o lote no Shopping Park; como ele trabalhava em São Paulo, sua esposa sempre estava atenta às possibilidades de adquirir um terreno. Conforme as condições enquanto trabalhador da construção civil, Francisco não tinha situação financeira para a aquisição do lote. Ele contou com a ajuda e solidariedade de seu cunhado, que pagou metade no valor do terreno – depois, Francisco pagou essa parte a ele.

Com base nessa narrativa, pode-se perceber que, para o trabalhador, a questão burocrática e de infraestrutura era importante; entretanto, as necessidades básicas familiares sobreponham esses aspectos. Outros fatores que dizem respeito à burocacia podem ser visualizados na continuação dessa narrativa:

Rosana: E o terreno já saiu no nome do senhor na época?

Francisco: Não, na verdade esse terreno eu comprei de uma segunda pessoa, né? Esse terreno é um contrato de compra e venda até hoje, não tirei escritura. Eu estou pensando em tirar escritura esse ano, porque, como tive dificuldade, fui deixando de mexer com a escritura, tem o contrato de compra e venda e tal [...]. Pago os impostos e tudo, mas a gente não passou a escritura. Isso já era pra ter feito muito tempo, mas você vai fazendo uma coisa e outra, acaba deixando umas coisas importantes, porque isso aí é importante. Até preciso olhar esse ano pra resolver isso [...]. Mas eu acho que não existe nenhum risco; de qualquer forma a gente tem que fazer, documento é documento, né? Tem que correr atrás do governo, não pode deixar pra trás, mas no nosso nome saiu o contrato, não é escriturado.

Rosana: É só um contrato de compra e venda, mas não é uma escritura com nome do senhor?

Francisco: Isso.²⁹

²⁸ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 3.

²⁹ *Idem*, p. 6.

É interessante ressaltar que Francisco parece ter concentrado suas economias na construção, manutenção e reforma da casa, e, apesar de a escritura ser um documento essencial, ele ainda não o adquiriu: logo, a garantia de seu lote é dada pelo “contrato de gaveta” e pagamento de impostos como o IPTU. Parece que a compra dos lotes do Shopping Park II, apesar das limitações, parece se constituir, para esses moradores, como uma oportunidade de melhoria de vida.

Isso fica evidente no próximo trecho referente à narrativa de Milton, o qual afirma que a compra desses terrenos da imobiliária foi uma oportunidade que os trabalhadores pobres tiveram para sair do aluguel. Ele explica como essa oportunidade “surgiu”:

Milton: Passava mais pelo São Jorge, que tinha mais vizinho, né? [...] nós temos esse terreno aqui, porque a imobiliária fez esse bairro clandestino. Então, deu a oportunidade para as pessoas mais pobres, de ter a possibilidade de comprar esse terreno mais barato, né? E também eles venderam a prazo, desacreditando do bairro que a Prefeitura não queria aprovar. O empresário passou a dever o município demais, então à Prefeitura jamais iria. Virgílio falava que não queria pobre aqui, ele falou que queria condomínio, igual tá fazendo ali, era aquilo ali que era pra cá. Aí com muita luta eu consegui juntar essas pessoas.

Rosana: Ah, e quem são essas pessoas?

Milton: [...] Os moradores daqui na época. A maioria foi embora, tem poucos aqui ainda, sabe? [...] Porque o bairro ficou desacreditado, não tinha educação, saúde, segurança, nada.³⁰

Cumpre destacar os interesses de proprietários de terras próximas ao Shopping Park. Os conflitos entre construir um condomínio fechado ou ter moradias para os trabalhadores no bairro parecem ser questões aparentemente resolvidas quando fizemos as entrevistas. Nota-se que passaram a concentrar a maior parte da mão de obra utilizada nos condôminos justamente no Shopping Park.

Ao que parece, os motivos pelos quais “[...] o bairro ficou desacreditado, não tinha educação, saúde, segurança, nada” se tornaram a oportunidade de aquisição dos lotes. Não havia nem mesmo uma entrada ao Shopping Park passando pela Unitri, sendo necessário passar pelo São Jorge. Por outro lado, essas motivações fizeram com que muitos moradores mudassem para outros bairros, pois perceberam que a Prefeitura e/ou a iniciativa privada não tinha interesses relacionados a investimento e ampliação da infraestrutura.

Nesse contexto, os indivíduos que permaneceram no Shopping Park experimentaram as dificuldades de começar a morar em um lugar onde foi necessário construir praticamente

³⁰ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 16 mar. 2013, p. 6.

toda a infraestrutura. Antes disso, as primeiras moradias foram construídas da areia que estava disponível no local, para não haver outros gastos:

Rosana: Quais foram as dificuldades que o senhor encontrou para construir a sua casa?

Milton: Em primeiro lugar, não tinha como o material entrar no bairro, não tinha como entrar, né? [...] E areia também não, então a gente pegava aqui, aqui no São Jorge, a gente fez um picadinho aqui [...]. Aí começamos a fazer o movimento: entrava carroça, aí começava a trazer tijolo, trazia brita, trazia areia, né? Areia não, areia tinha demais [...]. Aqui as ruas do Shopping Park têm muita areia branquinha, sabe? Essa casa minha, na parte de baixo, essa foi feita de areia da rua [...]. O meu barraco também foi feito da rua, certo? Então você não comprava areia, né?³¹

O transporte dos materiais de construção foi uma das dificuldades vivenciadas para a construção das primeiras moradias no Shopping Park, haja vista que não havia infraestrutura de estradas e ruas. As narrativas mostram como foi viver nas circunstâncias em que não havia estradas para a circulação de veículos. O transporte do material de construção à época foi realizado por meio de carroças que começaram a entrar e sair pelo “picadinho”, isto é, por um improviso de passagem do bairro que foi feito pelos próprios moradores. Isso também é corroborado pela fala abaixo:

Rosana: O senhor lembra como eram as estradas aqui, né? Tinha estrada ou um caminho?

José: Não, isso aqui era só um trilheiro, não tinha estrada, não tinha nada [...]. Não tinha rua limpa, não tinha nada. Em 1999, quando fundou a primeira associação que nós fomos à Prefeitura e pedimos pra pôr o cano, na época o prefeito era o Virgílio. Pra limpar, não tinha estrada, não tinha rua, não tinha nada, uns trilheiros só. Tinha passado a patrola quando fez o loteamento e pronto. E ninguém mais se incomodou e largou pra lá, e o mato foi crescendo, né? Tinha só aqueles trilheiros, só.³²

Contata-se que o fragmento acima evidencia a realidade dos moradores que permaneceram no bairro e começaram a fazer suas reivindicações por seus direitos. Diferentemente disso, hoje a realidade do Shopping Park é diferente: há asfalto em praticamente todo o bairro, dado que a mobilização desses sujeitos, por meio da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park, fez com que o diálogo entre eles e a Prefeitura fosse iniciado para que pudessem reivindicar por seus direitos.

³¹ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 16 mar. 2013, p. 7.

³² Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 9-10.

Como dissemos anteriormente, a ausência de infraestrutura não impediu que outros trabalhadores começassem a construir suas casas no Shopping Park. Isso significava sair do aluguel e construir as moradias onde suas condições financeiras os permitissem.

A conjuntura analisada até o momento, a respeito da ausência de infraestrutura vivenciada pelos trabalhadores no Shopping Park, parece não fazer parte da história da cidade, visto que são ressaltados em propagandas televisivas, escritas e pesquisas, especialmente da Geografia, aspectos de exclusão e segregação do espaço na cidade: “[...] os condomínios horizontais e verticais representam uma nova configuração de moradia considerada pelos idealizadores como sendo repletos de modernidade e conforto, se constituindo como progresso da cidade” (SILVA, 2012, p. 68).

Na fala abaixo, pertencente a Francisco, verifica-se como ele, um trabalhador, conseguiu construir sua casa própria:

Rosana: O senhor comprou terreno aqui e logo construiu uma moradia no terreno?

Francisco: Não, tipo, foram uns dois anos ou mais pra poder construir, porque na época era muito mal desenvolvida aqui e eu trabalhando lá. A gente pensou em construir, aí eu fazia o seguinte: trabalhava em São Paulo, por exemplo, eu trabalhava dois anos, aí eu acertava com a empresa, pegava o acerto, trazia pra cá e construía um pouquinho. Foi aí que a gente começou a construir. A gente começou a fazer uma meia água aqui atrás, aí, a cada dois anos, construía um pouquinho. Depois que a gente construiu a meia água, acho que uns dois anos depois, foi que a gente veio pra cá [...]. As pessoas que moravam aqui, quando nós viemos morar também, se tivessem 20 morando, era o máximo no bairro, esse bairro II aqui.³³

Para começar a construir sua moradia, Francisco teve que esperar um pouco em razão de dois motivos: ele não tinha dinheiro suficiente para começar a construção, tendo que poupar recursos; e a localidade era “mal desenvolvida”. As construções também começaram a ser feitas à medida que os trabalhadores dispunham de seus salários, de modo que não houvesse comprometimento de suas necessidades básicas. No caso de Francisco, em 1999, quando comprou o lote, ele trabalhava em São Paulo, tinha suas despesas e era responsável pelos gastos de sua família (esposa e filhos) em Uberlândia. À época, sua esposa não podia trabalhar, pois ficava responsável pela educação/criação das crianças.

Para que a construção da moradia de Francisco fosse iniciada, o plano não foi poupar o recurso mensal, já que ele estava comprometido com outras despesas. O trabalhador só conseguia economizar quando recebia décimo terceiro salário, férias ou “acerto”, ao ser

³³ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 4.

demitido da empresa onde trabalhava. Verificamos nessas narrativas que os moradores buscaram construir suas casas por meio de tais recursos.

As construções das primeiras moradias também se deram por meio das instituições religiosas, neste caso pela Igreja Sal da Terra, cuja presença no Shopping Park contribuiu diretamente com a constituição do bairro. Devido a isso, no início dos anos 2000, a construção de casas de alvenaria substituiu as moradias precárias que não tinham as mínimas condições de higiene. Trabalhadoras como dona Belmira faziam parte do perfil de pessoas a serem beneficiadas pela Igreja:

Rosana: E por que a senhora veio para o Shopping Park II?

Belmira: Eu vim porque eu comprei um terreno e depois foi encarecendo muito a prestação, não teve como eu continuar pagando correto. Fui obrigada a vender lá e vir pra cá.

Rosana: Aqui a senhora comprou o terreno. Como foi?

Belmira: Aqui a gente comprou, o pessoal do Sal da Terra arrumou o terreno, comprou. A gente foi pagando até [...]. Pagamos umas prestações, aí eles mesmos quitaram para nós o terreno, deram a escritura. Meu barraco daqui foi eles que construiu e deu [sic] a chave. Não tinha condição de fazer, porque o dinheiro que eu vendi lá [no Granada], fui roubada, fiquei sem um centavo.³⁴

Como a compra imediata de uma moradia pode levar anos, ela nos explicou o imprevisto do mercado imobiliário em relação aos juros e o fato de ter todas as suas economias roubadas após a venda do ágio do terreno. Em vários momentos das narrativas, a solidariedade parece ser um aspecto bastante significativo no Shopping Park. A Igreja Sal da Terra é apresentada como uma instituição que realizou doações de lotes, organizando mutirões para a construção dessas moradias.

Diante desses fatores, há perguntas a serem feitas: Quais os motivos da presença da Igreja do Sal da Terra no Shopping Park? Como o relacionamento entre os moradores e essa Igreja foi estabelecido? De imediato, a resposta à primeira questão parece ser bem objetiva: marcar a presença de uma religião específica no bairro e garantir a quantidade máxima de fiéis. Entretanto, é necessário que nos atenhamos aos relatos desses trabalhadores para discorrer sobre a relação estabelecida entre eles e essa Igreja.

Ademais, as dificuldades vividas pelos trabalhadores foram além das condições materiais. A convivência familiar também ficava comprometida em circunstâncias nas quais não há a presença do companheiro, em que a função social é vivida entre o marido e a esposa:

³⁴ Entrevista concedida por Belmira Pereira dos Reis à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 2.

Rosana: O senhor fala que foi difícil essa época por qual motivo?

Francisco: Primeiro, eu não me sentia bem em morar longe da minha família. Eu sou uma pessoa que gosto muito, eu dou muito valor à família. Quando eu me casei, achava que a gente, quem casa, quer viver junto, aí eu largava minha esposa aqui, ia pra São Paulo, deixava aqui com três filhos pequenos, com o risco de adoecer à noite, e ela tá sozinha, porque eu não tava por perto pra cuidar. Às vezes a gente passa por isso e não lembra, daí não existe. E a dificuldade era grande demais e triste, porque ela sabia que tava aqui sem eu estar por perto e, se acontecesse, não tinha como ajudar. Mas eu era obrigado a ficar lá, eu era obrigado, porque era a única forma de manter eles, de eu conseguir as coisas que eu tava querendo pra eles, que era fazer uma estadia melhor, ter como pagar aluguel, ter como comer. Na verdade, quando chegamos aqui, essa Maria [esposa] chegou a ganhar leite para os meninos, porque a gente [...]. Na época, o governo não tinha um prefeito, não lembro quem que era [...]. Acho que era o Virgílio Galassi, ele dava o leite. A dificuldade era grande mesmo, com relação a isso, com relação ao bem-estar. Aí, por isso que eu lhe falo que a dificuldade era grande porque era complicado demais. A Maria não tinha como trabalhar por causa dos meninos, não tinha como me ajudar financeiramente. Ela criou nossos filhos praticamente sozinha, ela é que cuidava deles, não era eu, então por isso que falo pra vocês que a dificuldade era grande nesse sentido, né? ³⁵

Não lembrar das condições difíceis e triste seria como se não tivesse vivido. Entretanto, Francisco nos narra em detalhes suas condições em que era praticamente obrigado a trabalhar em São Paulo ao final dos anos 1990, porque em Uberlândia não havia trabalho e sua família ficava com outros parentes. Mesmo assim, a preocupação de Francisco era constante, sabendo que a esposa poderia precisar dele para auxiliá-la com um filho doente, por exemplo.

Somada a isso, a palavra “dificuldade” é bem enfatizada por Francisco. Isso nos leva a inferir que sua família deva ter passado por problemas no que concerne à falta de alimentação, visto que ele enfatiza que, quando chegaram em meados de 1990 a Uberlândia desempregados, tiveram que buscar “ajuda” na Prefeitura e conseguiram leite para seus filhos. E para melhorar tal situação, o único meio de ele conseguir uma moradia e manter a sobrevivência (esposa e três filhos) foi por meio do trabalho em São Paulo.

Como a esposa ficava em casa cuidando dos filhos sozinha, outra dificuldade foi justamente não saber o que poderia acontecer. Esse receio de viver no Shopping Park é citado no excerto a seguir:

Leide: Já passei um “bom pedaço” aqui, mas...

Rosana: Eu queria que a senhora falasse desse “bom pedaço” aqui, que a senhora tá dizendo. O que são os “bons pedaços” que a senhora passou?

³⁵ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 5-6.

Leide: Bom, “bom pedaço” é a falta das coisas, né? Falta do banheiro, eu tendo que ficar sozinha enquanto ele [esposo] saía, porque eu tomava conta dos meninos nesse mato que eu não sabia o que tinha e não tinha, né? Era bicho solto por aí, até tamanduá a gente achava, ele me contava de história que tinha “meia leite”, que nem sei o que é isso, que eles falava [*sic*] que era perigoso também. Olhava aqui pra frente e só tinha essa mata, ficava com medo aqui de ficar sozinha. Eu só tinha na época dois, né? Um tinha dois e a menina quase um aninho, então a dificuldade [...]. A dificuldade era essa, de não ter as coisas.³⁶

Outro aspecto que deve ser evidenciado diz respeito às circunstâncias nas quais esses moradores viviam no interior de suas moradias:

Rosana: Quando a senhora veio, o que tinha dentro da sua moradia?

Leide: Uai, a gente tinha um fogãozinho de duas bocas, a gente não tinha cama, só colchão, uma televisãozinha preta e branca que a gente trouxe lá de Pirapora, e a gente forrava o colchão no chão pra todo mundo deitar junto – eu, ele e os dois meninos...

Rosana: A senhora tinha guarda-roupa?

Leide: Não tinha guarda-roupa, era caixa.

Rosana: A senhora colocava as roupas na caixa?

Leide: Isso, colocava as roupas nas caixas de papelão.

Rosana: E na cozinha tinha só esse fogão de duas bocas?

Leide: Não, tinha geladeira, tinha prateleiras de tabinha que a gente pregava. Feijão, essas coisas, fazia na lenha, tinha muito pau, mato aqui, né? Fazia fogãozinho, colocava tijolo e fazia.

Rosana: Quanto tempo a senhora ficou usando as lenhas do bairro?

Leide: Não lembro também o tempo.

Rosana: A senhora acha que a comida fica mais gostosa na lenha?

Leide: Não, mas era o que tinha pra fazer, eu fazia não porque ficava mais gostosa, nem nada, não; porque era naquilo, eu tinha que fazer naquilo.³⁷

O improviso é uma característica que permeia o âmbito externo e interno da moradia. O colchão sob o chão, local onde todos da casa dormiam, uma pequena televisão branca e preta, além da caixa em que se guardavam as roupas demonstram a incerteza e a improvisação como características da vivência desses moradores. Na cozinha, a mesma situação também está presente no uso de prateleiras na parede para organizar panelas, pratos, garfos etc.

O que não passa por improviso é a utilização da lenha para o cozimento do feijão, colocando os tijolos no chão – a intenção não era economizar no uso do gás e que a comida ficasse mais gostosa, como se diz popularmente. Isso mostra as condições em que se encontravam tais moradores, posto que, naquele momento, a lenha foi o único meio para se fazer comida para a família.

³⁶ Entrevista concedida por Leide Leonice Pereira da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 10.

³⁷ *Idem*, p. 10.

Na narrativa de José, há a explicitação de outros aspectos da vivência dos moradores no período em que não havia a infraestrutura adequada:

Rosana: O senhor veio morar de aluguel aqui?

José: Não, não, já comprei um terreno aqui e construí uma casinha aqui. Aqui, quando mudei pro Shopping Park II, não tinha água, não tinha [...]. Tinha rede de esgoto, mas não tinha água, não tinha energia, aqui era uma dificuldade danada. Quando mudei pra cá, mais ou menos dois mês [sic], aí tinha ligado energia, dois, oito mês [sic] esperando esse aí ligar um, ligar amanhã [...]. Aí depois de mais ou menos 1995 foi melhorando, aí foi mudando mais gente, né? No começo, quando mudei pra cá, o ônibus só vinha lá do outro lado, assim mesmo tinha que pegar o ônibus seis horas lá na estrada, seis da manhã, meio-dia e seis da tarde e acabou, não tinha mais ônibus, o resto era aquela escuridão.³⁸

O cumprimento da instalação de água e energia elétrica não foi uma realidade imediata, pois, nas palavras de José, era “uma dificuldade danada”. Os ônibus nem entravam no Shopping Park, provavelmente em virtude do não reconhecimento desse local como um bairro e pela ausência de ruas. Assim, o ponto mais próximo localizava-se praticamente em outro bairro.

Nesse sentido, é conveniente afirmar que a incerteza de instalação da infraestrutura necessária era algo presente na vida dos moradores. Enquanto isso não era concretizado, os trabalhadores buscavam obter a água para alimentação e higiene pessoal. À época, a fonte de água era no rio, e o transporte desse recurso acontecia a pé ou por meio de carroças, quando se exigiam grandes quantidades. A solidariedade entre os moradores é perceptível, pois nem todos tinham carroça ou algum meio de transportar a água.

Rosana: Mas já tinha água aqui e energia?

Milton: Existiam os canos, mas não tinha água, não podia porque era tudo estourado.

Rosana: E como que vocês faziam com a água?

Milton: Pegava no córrego Uberabinha.

Rosana: Pra tomar banho, pra alimentação, pra lavar roupa, pra tudo?

Milton: Pra tudo, aqui a mina era espetacular.

Rosana: E como vocês traziam essa água pra suas casas?

Milton: Na cabeça, na carroça, no tambor de 200 litros e trazia na carroça pra construção, né? E quando era pra beber, no tambor que trazia na cabeça na época, né? Nós passamos essa dificuldade.

Rosana: É isso que eu quero ouvir. Essa dificuldade que o senhor e as famílias passaram também com a energia elétrica. Como que vocês fizeram? Já tinha aqui?

³⁸ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 2.

Milton: Olha, aqui tinha sim, mas [...]. A maioria das pessoas jogou coisa na fiação e roubou, roubava o fio, né? Os fios daqui foram roubados demais pelos vândalos, então nós ficávamos na maioria das vezes sem energia aqui também. Aqui não podia roçar, era mato, mesmo, a gente fazia um barracozinho dentro do mato, sabe?³⁹

O fato de terem havido canos estourados e roubo de fiações da energia elétrica, que foram instaladas no momento em que os lotes começaram a serem comercializados, no início dos anos 1990, mostra que já não estavam em condições de uso. O abandono e descaso em relação aos lotes era a dura realidade com que esses moradores conviviam.

Na falta de energia elétrica, utilizavam-se velas e lampião de gás.

Rosana: E o senhor lembra o que fez quando não tinha energia? O que o senhor usava?

José: Ah, antigamente, quando mudei pra cá, nós usava [sic] era coisa, era vela, né?

Rosana: Vela?

José: É, já comprava uma caixa de vela que ia quase o mês inteiro. No outro dia você levantava com o nariz cheio de carvão.

Rosana: Entendi.

José: Água ali nós tinha [sic] que buscar numa cabeceirinha que hoje não tem mais, acabou. A Global acabou, rebentou com aquilo. Nós buscava [sic] água na cabeceirinha pra nós beber, lavar [sic] roupa, essas coisas. Era ali até que o DMAE ligou a água.⁴⁰

Hoje a realidade do lugar onde os moradores como José buscavam água praticamente não existe, devido à interferência de empresas que mudaram o cenário do rio implementando encanamentos e divisão de lotes. A Global⁴¹ é uma das empresas do ramo imobiliário presente no Shopping Park que, ao perceber as potencialidades econômicas do bairro, começou a interferir no local de modo que recursos naturais como a água começassem a ser proporcionados pelo DMAE. Com a divisão e estruturação de lotes para comercialização, a Global interveio na transformação no espaço, mas, para que isso ocorresse, não houve respeito à questão ambiental, uma vez que o rio não pode ser mais visto no bairro atualmente.

Até o final de 1995, quando a água foi canalizada e estruturada pelo DMAE, os moradores buscavam água no córrego, o que é enfatizado por José:

Rosana:

³⁹ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 16 mar. 2013, p. 5.

⁴⁰ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 3.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.globalimoveisudi.com.br/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

O que o senhor pode falar sobre a água? Vocês pegavam água ali no córrego?

José: É, pegava a água [...]. Passando os tempos, a DMAE ligou, abriu o registro, aí a água começou a funcionar aqui.

Rosana: O senhor lembra quando foi isso?

José: Foi mais ou menos no final de 1995.

Rosana: Que o DMAE ligou a água pra vocês?

José: É.

Rosana: Antes disso, como vocês faziam com a água?

José: A água nós buscava [sic] ali na cabeceira de um córrego e pegava [sic] lá no tambor. Tinha um camarada que tinha um trator que tinha uma pipa, né? Aí, ia lá e enchia ali embaixo, que tinha um outro córrego também. Aí, ia lá com a mangueira, enchia com a caixa d'água e vinha cá partir nas casas dos outros, aí enchia os tambores de 200 litros de água, né?

Rosana: Pra tomar banho, é?

José: Pra tomar banho.

Rosana: Fazer comida?

José: É, pra fazer comida.

Rosana: Era o trator ou as pessoas traziam também?

José: Várias pessoas buscavam [água em latas], várias latas de groselha [...].⁴²

Mais do que entender como os moradores se movimentaram para viverem em um lugar onde não havia energia elétrica e nem água potável, é necessário constatar que eles usavam os recursos disponibilizados pelo meio em que viviam: a fartura de água do rio, o trator e a carroça para transportar.

O cultivo de hortaliças também foi uma atividade praticada enquanto meio de sobrevivência e cultura, o que lembrava a origem de muitos desses moradores advindos de outras cidades onde trabalhavam na zona rural.

Rosana: O senhor falou que o pessoal daqui, além de ter a criação de vacas, cavalos, tinha plantação, né? O que as pessoas plantavam?

José: [...] Cada um tinha sua hortinha, milho; outro plantava uma mandioca, uma alface, uma couve, um cheiro verde [...], todo mundo plantava. Ninguém saía para comprar nada, comprava semente e fazia, eu mesmo mexia com horta perto de casa muito tempo ali. Tive uma horta do tamanho desse terreno.

Rosana: O senhor plantava, então?

José: Plantei.

José: Plantava lá alface, couve, plantava rúcula, plantava de tudo [...]. Tinha trator e um arado, pedi pra passar um arado, e a terra ficou bem fofinha. Plantei mandioca, essas coisas. Aí, uns canteiros pra plantar alface, couve, cebola, essas coisas. Mexi muito tempo, mais ou menos uns dois anos com horta.⁴³

⁴² Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 11.

⁴³ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 12-13.

Nesse ponto, é necessário explicitar que o trabalho com a horta não foi somente para o consumo. Algumas pessoas que não possuíam sua própria plantação compravam daqueles que produziam as hortaliças que, por sua vez, conseguiam uma renda extra:

Rosana: O senhor vendia também ou era só pra consumo?

José: Não, vendia também. Aparecia gente lá e eu vendia, porque tem gente que mora no lugar, mas parece que não tem um dom de plantar, de cuidar, nem planta um pé de mandioca, não planta no terreno dele, e eu toda vida que moro no lugar eu gosto de planta, e eles ia, comprava [sic] alface, até mandioca. Tinha vizinho que ia lá comprar, porque não plantava no terreno dele, largava o terreno dele e não plantava nada.

Rosana: Então, era bom para o senhor vender?

José: Era.⁴⁴

No trecho acima, verifica-se que a experiência de José em plantar hortaliças fez parte de sua vivência trazida do meio rural, quando morava em Uberaba. Percebem-se outras evidências nesse sentido, como a criação de vacas e cavalos no bairro. Além dessa atividade, tais animais eram utilizados em carroças para trabalho, passeio e até mesmo para ir à Unidade de Atendimento Integrado (UAI) do São Jorge.

Maria, da mesma forma que José, plantava hortaliças e tinha uma criação. Sua vivência na fazenda ainda era muito presente:

Rosana: Tinha muito cavalo por aqui? Como que era essa parte?

Maria: É porque a maioria dos moradores tinha cavalo, vaca, então [...].

Rosana: A maioria dos moradores tinha?

Maria: É, quase todo mundo tinha cavalo, porque era um único, só; então, a maioria dos moradores fazia daqui para o São Jorge de carroça.

Rosana: Era mais cavalo, égua, o que mais se via?

Maria: Cavalo, égua.

Rosana: E tinha galinha também? Como que era?

Maria: Aqui em casa eu sei que tinha muito, inclusive ainda hoje ainda tem, mas a maioria das pessoas aqui criava galinha, cachorro.

Rosana: E tem alguma planta também, alguma coisa como alface, cebolinha, couve?

Maria: Aqui em casa?

Rosana: É, ou quando a senhora mudou pra cá.

Maria: Quando nós mudamos pra cá, na rua debaixo tinha uma horta muito grande [...]. O pessoal plantava uma horta muito grande, tinha de tudo que você procurasse, mas aí a Prefeitura mandou desocupar [...] só mesmo nas casas o pessoal planta um pé aqui, um pé ali, igual aqui: quando é época, eu plantei couve, alguma cebolinha [...]. Tinha uma horta comunitária que acabou, tinha bastante.⁴⁵

⁴⁴ *Idem*, p. 13.

⁴⁵ Entrevista concedida por Maria Aparecida Souza Lemos à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 4-5.

Os trabalhadores utilizavam ao máximo os recursos naturais que o local proporcionava, seja a terra e/ou a água que havia no bairro. Praticamente todos os entrevistados têm origem na zona rural. Diante das experiências vividas no campo, os moradores plantavam hortaliças e tinham criações para consumo. Além de economizarem (ou para não terem outra despesa) com compras de verduras, não havia comércio, como supermercados e sacolão no Shopping Park. A presença de criações de animais se deve ao fato de, em meados de 1990 até o início dos anos 2000, poucos trabalhadores terem moradias construídas no bairro.

Trabalhadoras como Maria tinham uma criação porque esse foi o meio de transporte e um recurso de trabalho:

Rosana: A senhora pegava mais ônibus ou usava mais a carroça?

Maria: Eu usava mais a carroça.

Rosana: Por quê?

Maria: Era um ônibus só, muito demorado, e como a gente vivia de aluguel, já não tava numa situação muito boa, era muito difícil ter dinheiro. Então, trabalhava, num arrumava serviço, ia de carroça [...]. Qualquer coisa que ia fazer no médico, ia de carroça, precisava levar o menino no médico, ia de carroça [...]. Fazia o trajeto todo de carroça.

Rosana: Foi só de carroça até quando?

Maria: Até 2011, na época que a eguinha morreu. Depois que ela morreu, que a gente parou.

Rosana: Não quis comprar mais uma eguinha?

Maria: Não teve condição de comprar, aí a gente é obrigado a andar de ônibus ou de bicicleta. Se não for de ônibus ou bicicleta, tem que ir a pé.⁴⁶

Com a carroça, Maria podia sair e vir a hora que quisesse, pois, com a escassa circulação de ônibus no bairro, era mais complicado para quem trabalhava ou se houvesse alguma emergência para se deslocar. Ela usou por muito tempo a carroça como meio de transporte, mesmo depois de haver mais horários de ônibus dentro do Shopping Park. Nesse contexto, a Prefeitura, no início de 2001, apresentava na legislação municipal a oficialização do uso de carroças, sendo que o emplacamento foi uma exigência para quem trabalhava com esse tipo de veículo (cf. MORAIS, 2002). Percebe-se, hoje, que no centro da cidade praticamente não há a circulação de carroças.

Em meados dos anos 1990, a criação de vacas no Shopping Park era voltada à produção com quantidades adequadas para serem comercializadas:

Rosana: Tinha alguém que tinha cavalo, vaca?

⁴⁶ *Idem*, p. 5-6.

José: Não, vaca aqui no Shopping Park tinha de 1995 até 2000 [...] estava pior que uma fazenda.

Rosana: É, como que era?

José: [Risos] Nossa, aqui tinha tanta gente que tinha vaca [...]. Tinha umas 200, 300 cabeças de vaca andando aqui no Shopping Park, o que era um problema sério. Se punha uma roupa no arame e não tivesse cercado ao redor, a vaca entrava e comia; se a cerca fosse fraca, as vacas entrava e comia [sic] tudo; se falava para o dono, virava um problema sério. Um tal de Carlinhos tinha umas 150 vacas andando aí no meio do Shopping Park, cavalo tinha mais ou menos uns 50, 60 andando pra cima pra baixo, porque isso aqui era uma fazenda, isso aqui era triste. Aí o povo foi mudando, foi apertando eles e eles sumiu [sic]. Nós cuidava [sic] de cima, também ia [sic] na Prefeitura e denunciava [sic] também, aí eles sumiu [sic] com essas vacas [...]. Carlinhos mudou pra cá em 1996, trouxe mais ou menos 150 cabeças de vaca e soltou no Shopping Park; aí fez um barraco de lona lá, perto do terminal do 140 hoje; ali ele trouxe um coitado, tal de Varcinho, um cara que tomava conta dessas vacas. Trouxe ele a mulher, fez um barraco de lona pra eles ficar [sic] lá dentro, largou eles e sumiu, e o coitado passando frio, sem luz, sem água, sem nada, aquele trem esquisito e aquela vacaiada andando. Aí vaca, cavalo, aquela bagunça danada, o povo brigando e reclamando. Tinha muita gente que fazia só cerca, cerquinha fraca porque não precisava de cerca forte, porque não tinha animal na época. Aí chegou com um monte de vaca, enchia o Shopping Park de vaca e depois apareceu outro cara que morava aqui embaixo também.

Rosana: Como que ele chama?

José: [...] depois veio um tal de Dalio, um doido pra baixo que trouxe mais ou menos umas 50 vacas também e soltou; foi virando aquele trem esquisito. Aí veio o senhor Antônio também, veio mais um punhado de vacas, foi morar numa cabeceira lá com essas vacas – ainda bem que os ciganos ajudou [sic] a sumir. Aí os ciganos fizeram umas barracas lá em cima, as vacas ficou [sic] lá, comeu [sic] os trens do cigano, e o cigano pegou, matou uma vaca e comeu. Aí eles ia [sic] falar o quê? [...] Porque cigano é tipo de gente que não adianta discutir, aí o cigano mandou o recado que matou, comeu e que, se achasse ruim, matava o dono também [...] aí foi mudando e tirando [...]. Esse Carlinhos resolveu, mudou daqui e foi lá para alguma coisa perto do Canaã. Aí alugou uma chácara no Canaã, levou as vacas dele pra lá, mas a comunidade foi crescendo, foi aumentando; isso aqui de 2000 pra cá cresceu, cresceu mesmo.⁴⁷

Se era ótimo para quem tinha um espaço para criar gado no Shopping Park, para os moradores, foi uma convivência com certos problemas ressaltados por José. Dentre eles, há o fato de não se ter uma tranquilidade em torno da casa, o perigo de os animais comerem suas roupas e até mesmo as fezes que deixavam no local. Para esse morador, que cultivava hortaliças, a presença das vacas atrapalhava e ajudava: elas poderiam comer e/ou pisar nos produtos; e forneciam esterco para adubar as plantações.

⁴⁷ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 12.

Buscava-se resolver tais problemas por meio de denúncias na Prefeitura ou até conversas com os proprietários dos animais. Entretanto, como mais trabalhadores passaram a morar no bairro, houve a necessidade de buscar outras áreas para a criação de gado.

Com a criação da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park, em 1997, os moradores começaram a se reunir e elaborar planos de ação para reivindicações e pressionar a Prefeitura. Antes disso, o bairro tinha praticamente o cenário de uma fazenda (não havia infraestrutura como saneamento básico, asfaltamento, energia elétrica, água, escola), com diversos animais de criação e hortaliças.

Além das criações de gado, outra atividade presente foi a de carvoaria. Essa atividade contribuía para o acelerado desmatamento a ampliação de áreas voltadas à criação de animais. Isso é salientado na narrativa de Leide:

Rosana: De onde vinham essas vacas e cavalos?

Leide: O pessoal deixava aqui, eles colocavam assim como uma fazenda, um local deles. Deixa, né? Porque, não sei, nessa época, você passando no anel viário, tem um lugar pra lá que tem tipo uma fazendinha, ali já tinham uns gados, não sei se eram uns, se esse daí era o mesmo na época que eu cheguei [...]. Eu lembro que tem muito tempo que estão ali, e lá para o final do bairro também tinha uma carvoeira, eu não sei muito bem se foi antes de eu vim [sic], se foi um pouco depois, mas tinha um pessoal que tinha gado também, né? Então soltava na rua, e tinha gente que não morava aqui e trazia porque fazia aqui de fazenda.

Rosana: Esse carvoeiro fica no Shopping Park II?

Leide: Ficavam, eles agora não moram mais aqui, não, lá na última rua do bairro, porque era a última rua. Agora que eles abriram pra lá, construíram as casinhas; então, não é mais a última rua.⁴⁸

As atividades relacionadas à criação de gado e ao carvoeiro foram deslocadas para outro local em função do crescimento urbano dessa área. As “casinhas” citadas por Leide são as moradias do Programa de Habitação Minha Casa Minha Vida (MCMV) situadas em loteamentos próximos ao Shopping Park II que foram ocupados pelos trabalhadores beneficiados. As moradias do MCMV foram construídas nos loteamentos do Shopping Park III, IV, V, VI e VII.

Em 2012 foram entregues 3.632 moradias pelo MCMV no Shopping Park com energia elétrica, rede de água, asfalto, transporte coletivo e outros. O atual programa de habitação realiza o projeto social denominado “trabalhos técnicos sociais”, sendo executado com a participação dos moradores nas seguintes temáticas: Mobilização e Organização Comunitária;

⁴⁸ Entrevista concedida por Leide Leonice Pereira da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 9.

Empreendedorismo; Educação Ambiental; Educação para a Saúde; Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar.

Além da criação “livre” de animais, Francisco se refere a uma granja:

Rosana: Tinha criação de vaca, cavalo, galinha [...]?

Francisco: Aqui tinha criação de vaca, de cavalo. Olha bem, aqui atrás é uma fazenda, logo aqui você vê, na primeira rua, uma avenida que desce para o lado do mato lá, é uma fazenda ainda. É uma granja de galinha; hoje fechou a granja, acho que no ano passado, mas era uma granja que tinha um mal cheiro de sei lá [...]. De tardezinha o vento vinha pra cá, o cheiro das fezes, era uma granja pertinho, aqui pra lá deve dar um quilômetro, e ainda tinha criação de gado. O pessoal criava muito gado aqui em volta, e isso aqui era cheio de vaca; com o tempo, acho que eles foram tirando, foram indo mais pra longe [...]. Se for por aqui na beira da rodovia, entre o bairro e a Unitri, ainda tem uma fazenda.⁴⁹

Desse modo, com o aumento de moradores no Shopping Park, da mesma maneira que a criação de vacas e cavalos, a granja que também funcionava próxima ao bairro foi transferida para outro lugar. Percebe-se que os aspectos de uma vida rural estavam sendo “expulsos” tanto do Shopping Park como das práticas sociais de quem morava no lugar. De fato, o modo de vida urbano começava a tomar um caráter reivindicativo e de mudanças na infraestrutura do local.

Por outro lado, Francisco diz que ainda há uma fazenda entre o bairro e o Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) onde, além da criação de gado, há um vazio urbano. Importante destacar que os entrevistados alertavam sobre os espaços existentes na cidade com essa denominação; isso indica que eles estão atentos aos lugares onde poderão ter suas moradias. Pela convivência que criam em Uberlândia por meio das relações sociais com os companheiros de trabalho, a vizinhança e/ou os parentes, os lotes comercializados, as ocupações de terras e os empregos são assuntos que permeiam o dia a dia dessas pessoas.

As narrativas apontam a cidade de Uberlândia como uma possibilidade para os trabalhadores que vêm de suas cidades na expectativa de obter melhores condições de vida (trabalho e moradia). Entretanto, essas “condições” são percebidas de imediato quando chegam à cidade, como situações de improviso e instabilidade no emprego, pois, na maioria das vezes, o trabalho ocupado por eles é temporário e de baixa remuneração.

Notamos também que, após o trabalhador perceber que as “melhores condições” buscadas por ele no que tange à casa própria se referem a morar de aluguel nos limites urbanos da cidade, a periferia passa a ser uma situação que poderia ser sustentada. Diante das

⁴⁹ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 10.

dificuldades em pagar o aluguel, o trabalhador se encontrava em duas situações: o retorno à cidade de origem ou a compra de lotes pouco valorizados. Nesse contexto, o programa de habitação da cidade exclui esses sujeitos e prioriza os que comprovam, no mínimo, três anos de moradia em Uberlândia.

Destarte, as mudanças que os moradores do Shopping Park vivenciaram (e vivenciam) são bastante significativas. Além das trajetórias de moradia em outros bairros, pagando aluguel, eles começaram a morar em terrenos onde não havia infraestrutura mínima. Esses trabalhadores tiveram que, de certo modo, se “adequar” a uma área praticamente rural e começaram a construir “sozinhos” um bairro, uma vez que o poder público não atendia às reivindicações no início da década de 1990. Porém, as narrativas e outras documentações indicam que esses sujeitos buscaram um diálogo tanto com o poder público como com a iniciativa privada para que as condições de moradia no bairro se tornassem urbanas.

CAPÍTULO 3 – TRABALHADORES EM AÇÃO E ARTICULAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO SHOPPING PARK

As convivências destes moradores em situações de solidariedades e também de divergências de ideias são percebidos aqui como questões fundamentais para entender de que maneira estes moradores viveram suas relações tanto com o poder público e particulares.

O vínculo social é percebido na organização dos moradores que, nesse contexto, construíram suas relações, ou seja, havia laços de convivência ao mesmo tempo em que participavam de reuniões para fazer as reivindicações frente às pressões com o poder público e nos momentos de solidariedade. Isso aconteceu porque a luta pelos direitos foi articulada de várias maneiras e com inúmeros setores da sociedade relacionados ao poder público, às igrejas, à associação de moradores ou à iniciativa privada, com o propósito de estabelecer relações políticas e sociais.

Com base nas evidências recolhidas em narrativas e documentações escritas e imagéticas, pretendemos entender como esses sujeitos dialogaram com os diversos setores da sociedade, a fim de reivindicar direitos e, consequentemente, condições dignas de moradia (asfalto, água, energia, saneamento básico, saúde, escola). Dessa forma, propusemos as seguintes questões: Como se vivenciou o processo de elaboração e “organização” com os diversos sujeitos vindos de várias regiões do país (norte de Minas Gerais, Nordeste e cidades próximas) que se encontraram no Shopping Park? O que significou, para esses moradores, construir o bairro? Como esses trabalhadores viveram as mudanças ocorridas?

Iniciamos as investigações pelas narrativas realizadas com moradores do Shopping Park, em conjunto com o jornal da época e a ata da Associação de Moradores, para verificar como aconteceram as articulações entre eles, a Prefeitura e a iniciativa privada. É evidente que não tomaremos a escrita da ata como verdade da história do Shopping Park, e sim como uma possibilidade de trazer para a pesquisa o texto escrito naquele momento das reuniões, cabendo interpretar essa fonte.

Durante a leitura da ata da Associação, percebímos diversos assuntos pertinentes para evidenciar na realização deste texto. Dentre outras reportagens jornalísticas que nos foram mostradas, a única que estava literalmente colada nas páginas da Ata é intitulada “Moradores apresentam reivindicações a Zaire”. Essa matéria ressalta as relações políticas e sociais estabelecidas com o poder público e, à medida que os moradores conseguiam estreitar as relações com a Prefeitura, as reivindicações eram concretizadas no bairro, sobretudo aquelas

que não demandavam gastos para esse órgão público. Notadamente, outras reivindicações como o asfaltamento levaram mais tempo para ser obtidas.

O direito à educação, não era uma realidade para os adolescentes, dado que muitos estudantes iam (vão) de transporte coletivo para as escolas localizadas no setor central da cidade para concluir o ensino médio. Na reportagem abaixo visualizamos crianças e adolescentes sentadas ao redor da mesa, o que parece ser uma prática recorrente para destacar a atenção dada a elas no momento da reunião.

Figura 4. Reportagem anexada à ata de reunião dos moradores



Fonte: Acervo da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park.

Deve-se ressaltar que as reivindicações (ASFALTAMENTO, CAMINHÃO-PIPA PARA AMENIZAR A POEIRA, POSTOS DE SAÚDE E DE SEGURANÇA E DUAS SALAS DE AULA) descritas no texto jornalístico já eram solicitadas há alguns anos. Entretanto, as negativas do poder público eram constantes e, na reportagem, fica claro que algumas solicitações seriam atendidas de imediato. Dessa maneira, tem-se que tal fato está de algum modo documentado publicamente, ou seja, caso não sejam atendidas as reivindicações, as exposições delas no jornal são uma maneira de os moradores continuarem o diálogo com a Prefeitura, a partir do conhecimento do público leitor.

Quando fazemos uma leitura geral, percebemos que há um caráter denunciativo sobre a falta de interesse da Prefeitura em relação ao Shopping Park. Entretanto, quando adentramos

na leitura do corpo do texto, começamos a perceber que a luta foi em conjunto, ou seja, os moradores tiveram de se unir para que seus direitos fossem atendidos. Além disso, é estranho como o texto jornalístico destaca somente a participação de mulheres e crianças na reunião com o prefeito, na qual estariam também os companheiros, os trabalhadores, os maridos, ou seja, o gênero masculino. Qual o motivo dessa exclusão? Afinal, quais as intenções que o jornal quer passar para o leitor?

O trabalho de Silva nos alerta para que estudemos as “[...] imagens sobre o viver em Uberlândia que vão sendo construídas pela imprensa, pelas administrações municipais e até pela academia” (CARDOSO; SILVA, 2014, p. 55). É certo que a reportagem do jornal demonstra a luta dos moradores do Shopping Park por melhores condições de vida e por uma moradia própria que tenha o mínimo de infraestrutura.

Não podemos nos esquecer que a moradia própria significa sair do aluguel. Para isso, os trabalhadores encontraram nos limites urbanos do Shopping Park, nas décadas de 1980 e 1990, a oportunidade de pagar mais barato pelos terrenos. Entretanto, tiveram de reivindicar os serviços básicos, como escola, posto de saúde, posto policial, asfalto etc., já que eles eram, muitas vezes, negados pelo poder público. As dificuldades decorrentes dessa situação podem ser visualizadas na fala abaixo:

Milton: Então, a dificuldade que você falou. Mas a oportunidade que nós compramos é a oportunidade de terreno mais barato, terreno desacreditado pela população. E a gente, como tem a renda baixa, procura esse lugar mais longe. No meu caso, eu comprei um terreno, não queria pagar mais aluguel, é complicado. Aí eu fiz um barracozinho bem no fundo, aqui dentro no mato; comecei a morar com minha esposa e a dificuldade foi chegando, né? E escola pras crianças não tinha, não podia porque era rural, você já imaginou criança que não pode estudar? Cinco quilômetros, tinha de estudar na Babilônia, 36 quilômetros. Eles davam um ônibus e uma perua pra levar pra Babilônia.⁵⁰

A fala de Milton é bem significativa, pois expressa a condição do trabalhador assalariado ou que ocupa trabalhos temporários (formais ou informais) em vagas como pedreiro, auxiliar de serviços gerais, entregador, cozinheira e catador de materiais recicláveis. O único lugar onde tais trabalhadores poderiam comprar o lote diz respeito ao Shopping Park, localizado nos limites da cidade, sem nenhuma infraestrutura ou transporte coletivo – ressaltamos este último aspecto porque ele é um dos únicos meios para o trabalhador se locomover para seu emprego.

⁵⁰ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 2, grifos nossos.

Nos anos 1990, tais moradores tiveram que praticamente caminhar ao bairro próximo para terem acesso ao transporte coletivo. Mesmo assim, muitos trabalhadores compraram seus lotes no Shopping Park e começaram a construir suas moradias. Somente dessa maneira, vivendo em lugares sem as mínimas condições de vida urbana, é que trabalhadores como Milton conseguem sair do aluguel.

Esta narrativa explica o motivo de trabalhadores como Milton irem morar no Shopping Park nos anos 1990: “[...] a oportunidade que nós compramos é a oportunidade de terreno mais barato, terreno desacreditado pela população. E a gente, como tem a renda baixa, procura esse lugar mais longe”. São, de fato, espaços que estão localizados nos limites urbanos da cidade em que “tudo” referente à infraestrutura tem de ser construído pelo poder público, o qual muitas vezes não atende a população de maneira imediata.

Muitas pessoas, cuja intenção era valorizar os terrenos, os venderam, pois, com o “terreno desacreditado pela população”, não havia perspectivas de valorização, e muitos que também começaram a morar no Shopping Park nos anos 1990 se mudaram para outros bairros ou cidades. Nessa conjuntura, diversos trabalhadores compraram seus terrenos e começaram a morar no bairro porque “[...] não queria pagar mais aluguel, é complicado”.

Diante desse contexto, questionamos também o motivo pelo qual a Prefeitura não podia levar as crianças do Shopping Park às escolas municipais no âmbito da zona urbana. Muitos pais ficavam indignados, tal como pode ser percebido no trecho citado, quando Milton diz: “[...] já imaginou criança que não pode estudar?”. A Prefeitura já fazia o deslocamento dessas crianças para uma escola que estava localizada em uma região denominada Babilônia⁵¹, na zona rural de Uberlândia, distante 36 quilômetros da cidade.

Adiante, as narrativas indicam com quem e como os moradores começaram a se organizar:

Milton: Aí eu peguei, juntei com as famílias que estavam aqui e com a associação de moradores. Não, não tinha associação ainda não, é com os empresários, cada um pagou. Lá no DVD, você vai ver um micro-ônibus pequenino, nós pagava [sic] pra levar as crianças de sete anos [...]. Engraçado, pode levar as crianças aqui por cinco quilômetros, mas a Prefeitura não podia. A Prefeitura levava por 36 quilômetros, e isso que eu ficava maluco, sabe? Aí eu peguei, junto com o pessoal, essas 24 famílias na época, juntei mais umas 20 do Patrimônio que o presidente do bairro cedeu pra nós e nós fomos sentar e conversar com a secretaria de Educação. O

⁵¹ Escola Municipal Carlos Tucci, localizada na fazenda Cachoeirinha, na estrada Harmonia.

problema aqui é educação. Se não tinha água, a gente dava um jeito, né? A luz também a gente dava um jeito, mas a educação, não, não tinha como.⁵²

Essa narrativa de Milton mostra os problemas que os moradores podiam resolver ou não. A educação escolar de seus filhos era algo que não poderia ser resolvido pelos próprios moradores, pois, diferentemente de água e energia, eles não podiam improvisar. De fato, uma escola, além da estrutura física (salas de aula, secretaria, cozinha, banheiros), necessita de profissionais da educação (professores, supervisores, diretora, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, secretárias).

A passagem “[...] nós pagava [sic] pra levar as crianças de sete anos [...]. Engraçado, pode levar as crianças aqui por cinco quilômetros [...], mas a Prefeitura não podia” evidencia as dificuldades enfrentadas pelos moradores no tocante à educação de seus filhos. Ademais, também demonstra a perplexidade dos pais diante do fato de que a Prefeitura não podia disponibilizar às crianças um ônibus para irem a uma escola mais próxima, mas sim a uma mais distante. Para esclarecer e reivindicar uma instituição de ensino no bairro, os moradores se reuniram e contaram também com o apoio dos residentes do Patrimônio. Dessa forma, eles começaram a “dialogar” com a Prefeitura.

No diálogo com os moradores, alguns mencionavam que “está escrito na ata”, o que demonstra que eles dão importância aos relatos que foram escritos quando os fatos ocorreram. Logo, providenciaram as atas da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park para que as lêssemos.

Quando nos remetemos à escrita da ata da Associação de Moradores, notamos que eles buscavam estreitar contatos com a Prefeitura e sugerir propostas. Mas como esse órgão público recebia tais sugestões? Cabe citar, nesse ponto, a ata da reunião ocorrida em 6 de novembro de 1999:

Uberlândia, 6 de novembro de 1999. [...] deu início às 20h14. Foi resolvido que, nesta semana, fizemos várias propostas às secretárias de Educação: pedimos à Prefeitura que doasse o terreno e a manutenção da escola, enquanto os moradores ofereciam a mão de obra e o dinheiro do material. E nós, moradores, oferecemos um prédio de 92 metros quadrados para o ensino das crianças de 6 a 8 anos que a Prefeitura garantisse da mesma [sic]. Oferecemos também uma casa de 145 metros quadrados com 3 banheiros, foi oferecido um lote, doado por um empresário, para a construção da associação e que seria cedido para ser utilizado como escola, para, assim, a prefeitura manter a manutenção. Propomos também que a Prefeitura cedesse o transporte até a Escola Mario Porto, localizada no Bairro Patrimônio,

⁵² Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 4.

devido a mesma [sic] manter 4 (quatro) salas vagas. **Estas propostas foram encaminhadas à secretaria municipal de Educação, mas as mesmas [sic] não foram aceitas.** E também com vontade, luta e perseverança conseguimos a doação do terreno lote 37 (trinta e sete), quadra 32 (trinta e dois) e frente: 10,00 m p/ rua SP, 30,00 m lado direito: 30,00 m lado esquerdo: 30,00 m p/ lote 36, fundo 10,00 m p/ lote 12. Área total em metros quadrados: 300,00 metros quadrados. Valor real da venda gratuita (doação) de 29/10/1999 foi doado pelo senhor Carlos Roberto Sabbag, dono da Construtora e Empreendimentos Americana Ltda. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 1999, p. 5, grifos nossos).

Nessa ata, percebe-se que a Prefeitura de Uberlândia, apesar do esforço e engajamento dos moradores, não aceitava as propostas realizadas. Outro ponto importante a ser ressaltado é o fato de que tais moradores estabeleceram relações com o empresário que comercializava os lotes do Shopping Park, chamado Carlos Roberto Sabbag; isso demonstra que havia um interesse, por parte do empresário, em fazer com que o Shopping Park tivesse a infraestrutura construída e, assim, apresentar as características de um bairro.

Com isso, os moradores buscavam estabelecer relações sociais com diversos setores da sociedade, em virtude das frequentes negações da Prefeitura no que diz respeito às propostas realizadas por eles, o que indica que o poder público não queria assumir tais demandas no orçamento do município. Diante desse fato, é conveniente que nos perguntemos sobre como era a reação dos moradores, quando seus direitos eram negados:

Aos 19 de novembro de 1999, quinta-feira, às 20h29, deu início a mais uma reunião [...]. Foram discutidos o atraso do cascalhamento, pois já se passaram 60 dias e nada, e estamos esperando, e ficou resolvido tomar providência c/ a TV, [...] e também foi falado sobre a creche do nosso bairro que o Sr. Carlos Sabbag não fez nada, apenas respondeu que tá esperando a planta. O Sr. José dos Reis fez vários ofícios sobre área de esportes e ainda não recebeu as respostas, que serão dadas mais ou menos dia 20/12 do ano corrente. Ontem aconteceu uma assembleia com a presença do vereador Geraldo Jabbur, o diretor do Pró-pão Ramus. À diretora e à professora da escola do Mario Porto na assembleia foi mostrado todo nosso trabalho que está sendo feito no mesmo [sic], foram debatidos assuntos sobre o asfalto, escola e a cesta básica. O Sr. Geraldo Jabbur assumiu que vai ajudar a gente na luta com a escola, o transporte escolar e tudo que nós moradores precisar [sic], e também sobre o cadastramento e a inscrição escolar pra levar pra escola Mario Porto no bairro Patrimônio, nada mais a declarar, dou fim às 21h47 à reunião (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 1999, p. 6).

Quando a Prefeitura não atendia ou nem mesmo respondia às reivindicações dos moradores, eles buscavam, de algum modo, dar visibilidade de suas ações por meio da mídia televisiva, denunciando o descaso do poder público com o bairro. Por outro lado, havia a

presença de políticos, como o vereador Geraldo Jabbur, em reuniões da Associação dos Moradores do Bairro Shopping Park, além do diretor do Pró-pão e da diretora da escola Mario Porto. Os assuntos tratados eram referentes ao asfaltamento, à cesta básica e à escola, que são pertinentes e continuam a ser retomados na pauta das reivindicações da ata.

A passagem “[...] na assembleia foi mostrado todo nosso trabalho que está sendo feito [...]” indica que, ao apresentar as ações diante dos “convidados” na reunião, se reforçavam as reivindicações não atendidas e se dialogava com outros setores, mostrando as articulações dos moradores diretamente com as pessoas que poderiam “ajudá-los”. No trecho seguinte, pertencente à ata da reunião ocorrida no dia 4 de fevereiro de 2000, há uma demonstração da luta e da busca do diálogo entre tais indivíduos e as autoridades públicas:

[...] e sobre a escola, fizemos reuniões, uma com a secretaria de Educação e várias com suas assessoras. Pedimos que a secretaria, junto com a direção das escolas municipais, entrasse em conjunto que pudesse fazer um melhor entendimento para os alunos do Shopping Park, pedimos então que eles liberassem um ônibus para a Escola Estadual Mario Porto, já que a Superintendência de Ensino nos disse que é dever deles nos liberar o ônibus e nos disseram que estão fazendo um favor em conduzir os alunos para as escolas do município. Pedimos, então, mais um ônibus, eles também nos alegaram que o município não tinha verba. Então, com a ajuda do vereador Geraldo Jabbur, ele requereu à tribuna a participação direta da nossa diretoria com o poder legislativo no uso da tribuna da Câmara Municipal. Falamos das reivindicações feitas às Secretarias Municipais, principalmente a de Educação, que se tratava da questão de vagas e transporte escolar. Na nossa fala tivemos a participação de todos os senhores vereadores presentes que, durante um geral período, apoiaram a nossa manifestação e defenderam as nossas reivindicações, então tivemos mais uma reunião com a secretaria de Educação, Irmã [...], sua assessora Tânia e o diretor do transporte. Eles vão colocar mais um ônibus, também não esquecendo que estavam também os vereadores Misac Lacerda, Aniceto Ferreira e o assessor da vereadora Liza Prado, Ismar – nesta reunião ficou decidido que iriam aumentar, ou melhor, colocar mais um ônibus escolar para atender as escolas municipais e também dariam o alvará de funcionamento para uma escola provisória (no lote que o Sabbag doou para associação) que será construída até o fim de julho, nada mais a dizer, dou fim a esta reunião (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 8).

O excerto “[...] alegaram que o município não tinha verba” consiste na justificativa da Prefeitura em não atender às reivindicações, ou seja, a questão financeira do município era, na maioria dos casos, o impedimento para a realização das benfeitorias. Essa foi uma negativa constante, inclusive para o transporte escolar das crianças do Shopping Park. Entretanto, em contato com lideranças políticas, os moradores solicitaram a participação no poder legislativo

da tribuna na câmara municipal, para pressionar e falar a respeito de vagas nas escolas e do transporte escolar, os quais eram negados pela secretaria de Educação.

Em apoio aos moradores do Shopping Park, os vereadores defenderam as reivindicações, principalmente no que tange ao acesso à escola. Outra reunião, na Secretaria de Educação, foi realizada após a manifestação na Câmara, em que os moradores, em conjunto com alguns vereadores e lideranças políticas, conseguiram um ônibus escolar e o alvará de funcionamento de uma escola provisória no bairro.

Na ata do dia 20 de fevereiro de 2000, consta a seguinte descrição sobre o transporte escolar, o qual foi atendido somente na esfera municipal:

[...] fizemos uma reunião com os moradores do bairro Shopping Park, tendo a presença do vereador Geraldo Jabbur e os assessores da Liza Prado, e ficou decidido nesta reunião que os pais que quisessem colocar seus filhos na Escola Estadual Mario Porto deveriam pagar, sendo que o vereador Geraldo Jabbur irá ajudar com R\$ 5,00 para cada criança. Também no dia 22/2 começaria a roda mais um ônibus escolar para as escolas municipais (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 8).

A fala acima demonstra que a presença de lideranças políticas foi constante. O diálogo entre os moradores e a “oposição” da Prefeitura fazia com que relações fossem estabelecidas entre as partes, sendo que cada uma tinha seus interesses – os moradores, no âmbito de suas reivindicações e pressões, e os políticos buscavam dar visibilidade às ações para que, no período eleitoral, fossem lembrados. É claro que, apesar de terem objetivos eleitoreiros, as lideranças da oposição contribuíam de algum modo para o desenvolvimento do Shopping Park.

Não obstante, diversas reivindicações ficavam muitos anos sem resposta do poder público. Uma delas se refere ao asfaltamento, como é explicitado na ata da reunião do dia 20 de janeiro de 2000:

[...] discutimos o assunto sobre o asfalto que já há 12 anos habitado nunca a Prefeitura se preocupou em nos atender sobre esse assunto. Ficamos sabendo também que a antiga diretoria não fez nenhum ofício ou qualquer outro tipo de requerimento sobre esse tão desejado e esperado asfalto. Ficou concluído, então, que faremos um ofício (já que o prefeito só entende a nossa língua se fizermos isso) para que possamos então conseguir este feito. Sem mais a declarar, dou fim à reunião de hoje (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 7).

Na passagem “[...] já que o prefeito só entende a nossa língua se fizermos isso”, percebe-se como ocorreu o aprendizado de que a comunicação com os departamentos públicos deve passar “por papel”, para que tome um caráter documental. Dessa forma, o requerimento fica registrado tanto na Prefeitura como na Associação de Moradores, sendo que os moradores puderam cobrar suas reivindicações, já que solicitam os prazos para que as reivindicações fossem atendidas pelo poder público.

Na tentativa de buscar apoio e entender sobre como dialogar com os diversos setores da sociedade, os moradores expuseram as dificuldades e escutaram a experiência de bairros vizinhos, como o Patrimônio. Além disso, outros moradores que participaram de outras reivindicações puderam auxiliar nessa situação. Nesse ponto, é conveniente que retomemos a narrativa de Milton:

Milton: No Patrimônio eu conversei com o presidente do bairro. Que a dificuldade era muita, não tinha como atravessar pra cá, a gente tinha que pegar ônibus lá na entrada, né? Que é do Caça e Pesca, então era muito longe pra ficar, andar de ônibus e ir pra lá [...]. Era uma dificuldade, nós tinha [sic] ônibus era de manhã, meio-dia e de tarde, só.⁵³

O Shopping Park, ao final da década de 1990, ainda não tinha acesso às estradas para que os veículos pudessem entrar no bairro. Para os trabalhadores que moravam no bairro os horários para utilização do transporte coletivo eram limitados – “[...] de manhã, meio-dia e de tarde, só” –, o que, de certa forma, limitava o acesso às oportunidades de trabalho. Diante desses horários, os trabalhadores não podiam, por exemplo, fazer uma hora extra no emprego, pois corriam o risco de não voltar para casa naquele dia.

Ademais, são percebidas, naquela região, outras empresas do ramo imobiliário, como a Gávea Empreendimentos S/A, a qual tinha, em uma de suas propriedades, terrenos que davam acesso ao Shopping Park. Na ata do dia 5 de março de 2000, há a seguinte informação:

[...] conseguimos autorização para a abertura de via de acesso ao Shopping Park pela área de propriedade de Gávea Empreendimentos S/A, com a abertura da Av. Nicomedes Alves dos Santos para o acesso no bairro e nada mais (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 9).

⁵³ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 3.

Nota-se que a autorização da empresa não ocorreu sem interesses. Percebendo que os moradores do Shopping Park procuravam o desenvolvimento do bairro, a Gávea Empreendimentos S/A também visualizou a ampliação de seus projetos comerciais.

Para fortalecer as reivindicações, o diálogo, as trocas de experiências e o apoio entre os moradores do Shopping Park e do Patrimônio foram fundamentais. Em 1997, como informado anteriormente, houve a criação da Associação dos Moradores, advinda da necessidade de uma organização legalizada, na qual os trabalhadores do Shopping Park pudessem reivindicar seus direitos e assim pressionar o poder público. Isso pode ser percebido na fala de Milton:

Rosana: 1997?

Milton: Em 1997 fundamos a Associação de Moradores. A menina que foi candidata também trouxe um grupo dela do Guarani. Ela morava no bairro Guarani. E eu com um grupo aqui, mas nós era, já tava [sic] 80, não nós tava [sic] em 42 famílias ainda, e aí 80 e poucas pessoas [...]. Ela teve 42 votos, 41 votos, então ela foi presidente por um ano, deu problema porque a Prefeitura não aprovava o pedido. Ela me entregou a Associação, aí já veio mais gente em 1998. Em 1998, eu pedi à Prefeitura para aprovar, mas foi a maior dificuldade [...].

Rosana: E quanto tempo demorou?

Milton: Olha, demorou 1996, 1997, né, e de 1998 pra 1999, que foi aprovado isso aqui, Shopping Park II.⁵⁴

Assim, em 1997 aconteceu a primeira eleição para a Associação de Moradores do Bairro Shopping Park. Foram apresentadas duas chapas: uma com a representante Zuleida, que havia mudado do bairro Guarani para o Shopping Park, sendo apoiada pelos moradores do seu antigo bairro na formação do grupo; e outra com Milton, que organizou sua chapa com a ajuda dos moradores do Patrimônio.

A primeira reivindicação levada por Zuleida à Prefeitura se referia à regularização do Shopping Park II. Isso era fundamental, já que, após o reconhecimento legal do bairro, seria possível reivindicar serviços como educação, asfalto, água, saúde, posto policial, dentre outros. Entretanto, algumas narrativas, como as de Milton, indicam que a legalização do Shopping Park II somente aconteceu em 1999.⁵⁵

⁵⁴ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 6.

⁵⁵ É conveniente explicitar que tentamos fazer contato com a moradora Zuleida, já que seu depoimento seria de grande valia para a pesquisa, em virtude de ter desempenhado a função de presidente da Associação de Moradores. Entretanto, nossas tentativas foram marcadas por desencontros, e, até o momento, não foi possível entrevistá-la.

Na ata de setembro de 1999 é ressaltada a relevância dos trabalhos realizados pela primeira gestão da Associação de Moradores. Aqui já se notam alguns serviços urbanos, os quais foram implementados ao final dos anos 1990:

O 1º tesoureiro, Rogério J., membro efetivo da Associação fundadora, abriu a reunião agradecendo a todos os presentes participantes. Ressaltou a importância dos trabalhos realizados na primeira gestão da Associação, tais como o aterramento na grota, possibilitando o tráfego na época de chuvas; a roçagem periódica nos lotes vagos, feita pela prefeitura; a reabertura de ruas que haviam se transformado em trilhos; a coleta de lixo nas duas partes do bairro; os telefones públicos e, principalmente, a linha regular do ônibus no bairro (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 1999, p. 2).

Algumas reivindicações foram atendidas com mais rapidez, como os serviços de aterramento da grota, roçagem, reabertura de ruas, coleta de lixo, telefones públicos e linha regular de ônibus, sendo executados pela Prefeitura a partir de 1999, diante de pressões dos moradores.

Apesar de a ata ter sua data inicial registrada em 10 de setembro de 1997, outras páginas passaram a compor a descrição das reuniões da Associação em setembro de 1999, quando houve a segunda eleição para o cargo de presidente. Tanto as reuniões como as eleições da Associação eram realizadas em vários locais determinados pelos associados, visto que à época ainda não havia um lugar definido para tais atividades.

O primeiro tesoureiro, Rogério J., então passou a discutir com os moradores presentes sobre o processo da eleição que ficou assim resolvido: A eleição será realizada no domingo, dia 12 de setembro de 1999, no campo de futebol situado à Av. "B", esquina com a Rua 35. Será composta por mesário e um fiscal de cada chapa, sendo, portanto, dois fiscais. O voto secreto devidamente depositado em uma [...]. O presidente da eleição será (50%+1) cinquenta por cento mais um dos votos válidos (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 1999, p. 3).

Com o estabelecimento da Associação, outros trabalhadores foram morar no Shopping Park. Isso pode ser comprovado pela quantidade de votos na segunda eleição para presidente da Associação, ocorrida em setembro de 1999: foram 221 votos, o que representa aproximadamente três vezes o número de votos obtidos na primeira eleição.

Durante a realização da entrevista com José dos Reis da Silva que era, à época, o presidente da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park, tivemos acesso à ata da Associação na qual são descritas as ações dos moradores, bem como as dificuldades de

comunicação com os departamentos da Prefeitura. As reivindicações populares, na maioria das vezes, não eram ouvidas pelos responsáveis dos órgãos públicos.

É interessante perceber que os moradores começam a estabelecer suas comunicações com a Prefeitura por meio de práticas burocráticas como o ofício, pois perceberam que, se não fosse desse modo, não obteriam respostas do poder público. Ademais, era uma exigência da Prefeitura em receber as reivindicações dos moradores por meio desse documento.

Na narrativa de José, são citadas as dívidas da primeira diretoria:

José: [...] e também sou aposentado, depois a gente precisa de dinheiro pra liquidar essas contas da Associação, porque isso aqui, quando peguei essa Associação, estava só tendo dívida pra pagar [...]. Por que se a Associação não tem o alvará pra funcionar, não funciona, se não tiver aqueles impostos pagos daquelas taxinhas, sabe? Todo ano tem que pagar, se não paga, não funciona de jeito nenhum, a gente não tem subvenção, e pra correr atrás das coisas da Associação é difícil, porque a Associação não tem diesel, o que vai fazer?⁵⁶

Em fevereiro de 2011, quando José dos Reis da Silva assumiu a presidência da Associação de Moradores do Bairro Shopping Park, as dívidas da diretoria continuaram a ser um problema interno. Como exemplo disso, há as taxinhas referentes às contas de água e energia elétrica, bem como ao registro das páginas escritas da Associação no cartório. De fato, ela não tem nenhum recurso financeiro advindo de outros setores para a manutenção interna. Apesar das dificuldades de locomoção para a Prefeitura em razão da falta de recursos próprios, os associados buscavam participar das reuniões agendadas previamente com os setores responsáveis.

A dificuldade de locomoverem é ressaltada também pela distância de aproximadamente 11 quilômetros do Shopping Park até a sede da Prefeitura de Uberlândia, o que indica um percurso de cerca de duas horas a pé e, de ônibus, de aproximadamente 40 minutos. Nesse sentido, destacamos alguns pontos de referência próximos ao Shopping Park ao final dos anos 1990, o que nos auxilia a localizar o bairro na dinâmica urbana:

[...] e também conseguimos mudar o itinerário do ônibus que o mesmo [sic] deixou de passar no Ubershop e na Unit, e a roçagem foi feita e o desmatamento das áreas institucionais também foram realizadas [sic]; e os pedidos de iluminação do bairro até a Icasu também foi aceito [sic] (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 1999, p. 6).

⁵⁶ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 3.

O Ubershopping, a Unit e a Icasu são/eram instituições⁵⁷ localizadas em bairros próximos ao Shopping Park. Atualmente, onde se localizavam o Ubershopping⁵⁸ (que funcionava nos anos 1990), no bairro Jardim Karaíba e a Faculdade Politécnica de Uberlândia (FPU)⁵⁹ há uma ampliação dos campos de atuação na rede de ensino superior e um estabelecimento do supermercado D’Ville; enquanto isso, o Centro Universitário do Triângulo (UNITRI, que antes era UNIT)⁶⁰, continua desde 1999 no bairro Gávea, com atividades relacionadas ao ramo da educação superior; e a Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia (ICASU)⁶¹ possui dois endereços em Uberlândia, sendo uma delas no Centro da cidade e a outra, descrita na ata, se refere ao bairro Gávea e fica a cerca de cinco quilômetros do bairro Shopping Park.

Convém salientar que foi reivindicada a iluminação nas ruas do bairro em virtude de os últimos postes de rua com energia elétrica estarem localizados nos referidos estabelecimentos e por causa da “escuridão” com que os moradores do Shopping Park conviveram até as instalações desse tipo de serviço.

Em relação ao itinerário do ônibus no trecho citado, Milton recorda sobre como foi conviver com pessoas de outros bairros que também usavam o mesmo transporte coletivo (linha do ônibus 141): “[...] você vê que ônibus era uma briga, nós tinha [sic] na época [...], nós éramos discriminados pelos estudantes da Unitri”⁶². Mais adiante, na entrevista com esse morador, visamos entender o tipo de discriminação sofrida: “Da sujeira, do cheiro, as pessoas cheirando suor, né?”⁶³.

No início do período noturno, em que muitos trabalhadores estavam retornando para suas moradias no Shopping Park, os universitários usavam o transporte coletivo para se locomoverem à Unitri. Há de se destacar que haviam diversos estudantes que se deslocavam de seus empregos para estudarem à noite, e o conflito gerado dentro do ônibus não foi

⁵⁷ Atualmente, outras construções como Uberlândia Shopping, Castelli Hall e Castelli Master, Faculdade de Marketing e Negócios (UNIESA), Faculdade Pitágoras de Uberlândia, Gávea Business Center (com 12 lojas e 117 salas), Gávea Office, World Business Center (WBC) (28 salas), Village Altamira (16 lojas) são alguns dos empreendimentos recém-inaugurados no setor sul de Uberlândia. Eles são lugares de possibilidades de trabalho para os moradores do Shopping Park.

⁵⁸ Alguns fatores podem explicar o encerramento das atividades do Ubershopping (Shopping Center): nos anos 1990, não havia diversos condomínios no setor sul como hoje; a distância em relação ao Centro da cidade naquele momento histórico; a inauguração do Center Shopping no bairro Tibery, região de fácil acesso e próxima à Universidade Federal de Uberlândia e à sede da Prefeitura.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.faculdadepolitecnica.com.br/index2.php>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

⁶⁰ Disponível em: <<http://unitri.edu.br/>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.icasu.org.br/unidades>>. Acesso em 4 dez. 2015.

⁶² Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 11.

⁶³ *Idem*, p. 12.

simplesmente em virtude das condições de um trabalhador ao findar de seu trabalho, e sim pela discriminação com as pessoas que moram nos limites urbanos.

Quando retomamos a ata do dia 2 de outubro de 1999, percebemos que a falta de verbas para o funcionamento da Associação era um assunto recorrente nas reuniões anteriores dos membros:

Foi realizada uma reunião com o intuito de arrecadação de doações para que fosse quitada a dívida da antiga diretoria. Em seguida, foi decidida a hora e o dia que a chapa União será realmente lançada e escriturada. Foi lido e relembrado cada dever e obrigação de cada um dos membros da chapa (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 1999, p. 4).

A falta de pagamento das “taxinhas” que José ressaltou em 2013, durante a entrevista, já se referia a assuntos que percorriam nas reuniões da Associação em 1999. Não obstante, outras perspectivas foram vividas nos momentos de reivindicações. Diante disso, é plausível perguntar: Quais atitudes foram tomadas pelos membros da Associação? Podemos buscar as respostas na interpretação da ata da reunião ocorrida em 4 de abril de 2000:

[...] e também dissemos que nós da Associação estamos muito contentes e cansados, pois, desde que nós recebemos a diretoria, as coisas mudaram bastante, mas às vezes ficamos decepcionados com certas atitudes de pessoas que não veem o esforço que nós fazemos. Lutamos e continuamos lutando e persistindo, e hoje o nome do bairro é lembrado na Prefeitura. Hoje, o nosso presidente Milton foi chamado com urgência nas seguintes secretarias: planejamento e obras. A ex-presidente [do bairro] entrou com um pedido de anulação da escola, querendo ela que, no lugar da escola, construa um poliesportivo, graças que o pessoal das duas secretarias avisaram [sic] e ficou menos complicado. Dou fim nesta reunião (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 9).

Nesse entremeio, as contradições entre os moradores do Shopping Park começaram a ser expostas até na Prefeitura. Isso porque Zuleika, primeira presidente da Associação de Moradores, discordava da construção de uma escola no bairro e defendia a ideia da construção de um poliesportivo. Tal fato ia de encontro ao que pais e mães lutavam: a construção de uma escola no bairro. O poder público, além de ter sido avisado sobre as ações de Zuleika, também defendia a construção de um estabelecimento de ensino; para isso, as Secretarias de Planejamento e Obras entraram em contato com Milton, que era o presidente da Associação em 2000, para comunicar a respeito das atitudes de moradores que defendiam ideias opostas à construção da escola.

A passagem “[...] o nome do bairro é lembrado na Prefeitura” demonstra que, depois das tentativas de diálogo com as secretarias e os vereadores, os contatos entre a Associação de Moradores e a Prefeitura foram estabelecidos, sobretudo quando o presidente da Associação foi chamado na Prefeitura quando outra moradora se opôs à construção da escola no Shopping Park.

No trecho abaixo, referente à ata de 19 de maio de 2000, membros da segunda gestão da Associação descreveram as ações realizadas a respeito das “ideias contrárias” de alguns moradores que tinham outras perspectivas:

No dia 19 de maio do corrente ano, começamos nossa reunião discutindo o assunto de maior importância, sendo que estamos sendo caluniados, ridicularizados, ou melhor dizendo, injustiçados por parte da ex-presidente e de alguns dos seus seguidores. Pedimos uma área para construção da escola, e esta senhora tentou, com todos os esforços, atrapalhar os nossos planos. Então, fomos obrigados a emitir uma carta para o gabinete do prefeito municipal, para o senhor Sergio Ribeiro, para que fosse anulado [sic] todos os pedidos feitos por essa senhora, sendo que a mesma [sic] não tem mais nada a ver com a atual diretoria (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 10).

As tentativas de anular a construção da escola por parte da ex-presidente seguiram no mês de maio de 2000. Os membros da Associação reagiram tanto indo e enviando uma carta ao poder público para anular as solicitações da ex-presidente, e assim eles prosseguiram com o andamento das estratégias para a construção da escola, ao estabelecer diálogos com o proprietário dos lotes no Shopping Park.

Conforme dito anteriormente, a imobiliária C. R. Sabbag Empreendimentos Ltda. comercializou os lotes do Shopping Park ao final dos anos 1980. Na ata são relatadas as pressões dos moradores em relação ao proprietário dessa empresa na cláusula de infraestrutura, principalmente no que se refere à construção de uma escola. Por sua vez, ele colocou como responsabilidade dos moradores a busca pela legalidade das ações para construir tal instituição.

Diante disso, é pertinente perguntar: Como os moradores realizaram essas ações e de que maneira eles buscaram o entendimento para a legalização da construção? Nesse ponto, devemos retomar um trecho da ata de reunião de 20 de março de 2000:

[...] estivemos em reunião com o empresário e proprietário do loteamento do bairro Shopping Park, Carlos Roberto Sabbag, onde [sic] ficou claro e decidido que o mesmo [sic] fará a doação de todo material para a construção de uma escola creche no bairro Shopping Park, que será construída ainda

neste mesmo ano por mais voluntários dos próprios moradores. A Associação achou que esta seria a melhor forma de fazer com que esse empresário pagasse aos moradores o que ele comprometeu, quando redigiu o contrato da infraestrutura que, até então, todos acreditavam que seria feita [...]. Procuramos, então, a pedido do Sérgio, as Secretarias de Ação Social e de Educação – a secretaria de Ação Social, Josefina, para dar andamento ao projeto da escola, e a secretaria de Educação, para sabermos até qual série poderia funcionar nossa escola, e ficou decidido que será da 1^a a 4^a série de ensino fundamental, tendo por enquanto apenas três salas atendendo a 360 crianças. Finalizo essa reunião (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 9).

No “diálogo” com o empresário que se comprometeu com a infraestrutura no Shopping Park, havia certo tom de cobrança, sendo que o resultado foi a disponibilização dos materiais de construção para construir a escola. Entretanto, foi preciso conhecer os trâmites burocráticos pelos quais a construção de uma instituição de ensino deve passar, dado que Carlos Sabbag doou apenas os materiais, enquanto os associados eram responsáveis pelas medidas burocráticas e pelo mutirão para construir a escola.

A oficialização da construção desse estabelecimento de ensino aconteceu após todos os trâmites legais serem providenciados pelos moradores na Prefeitura. Isso aconteceu em uma reunião no escritório do proprietário dos lotes, no dia 16 de maio de 2000:

[...] dia 16/5 fizemos uma reunião sobre a construção da escola no edifício 2000, no escritório do Carlos Roberto Sabbag, com a presença dos representantes das secretarias de Educação, Planejamento e Obras, e ficou resolvido que a escola será construída com 200 metros quadrados, tendo três salas de aula, uma cantina, uma sala dos professores e uma área de lazer. Essa escola vai ser construída em regime de mutirão feito pelos moradores. O empresário Carlos Sabbag doará também 20 cestas básicas para os colaboradores mais frequentes (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 11).

Nas discussões sobre o asfaltamento e a construção da escola ocorridas nas reuniões na Prefeitura e no escritório do empresário, além do andamento dessas reivindicações, houve outras demandas expostas na reunião de 11 de junho de 2000:

Hoje, dia 11 de junho de 2000, estivemos em reunião com a população do Shopping Park para tratar dos assuntos relacionados ao asfalto que já foi prometido pelo prefeito local, Sr. Virgílio Galassi, apenas na linha do ônibus por enquanto, e discutimos também sobre a escola que será construída no bairro pelos moradores que, por sua vez, trarão tábua e ferramentas de seu uso, porque o proprietário do loteamento e empresário, Carlos Sabbag, não doará esses instrumentos. Então, mostramos onde será construída a escola, creche, quadras de esporte etc., fica, então, conhecida por todos os

moradores esta área. Sem mais nada a declarar, finalizo (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK, 2000, p. 11).

Diante disso, as narrativas mostram que a motivação para organizar o mutirão voltado a construir a escola partiu dos moradores, já que a Secretaria de Educação não tomava as providências cabíveis. A fim de concretizar essa construção, moradores do Shopping Park começaram a se reunir em 1999:

Rosana: A partir de que ano começou o mutirão que o Milton Teixeira falou?

José: O mutirão começou em 1999 pra fazer a escola, né?

Rosana: De quem foi a ideia do mutirão?

José: O mutirão foi da própria comunidade, para fazer o mutirão da escola, porque o Sabbag fazia parte até da Associação de Moradores ali também. Aí fizemos uma reunião com a comunidade e achamos que era de acordo fazer esse mutirão, porque as crianças estavam saindo, daí [...]. Tinha que estudar lá no Patrimônio [bairro], estudar numa fazenda daqui pra cá, esqueci o nome da fazenda [área denominada como Babilônia].⁶⁴

O processo de mutirão começou em 2000, sendo que, além da escola, foi construído o posto policial dessa maneira. Os moradores do bairro participaram diretamente da construção da escola, aos fins de semana e feriados. Nesses dias, em que os trabalhadores estavam de folga de seus empregos, eles se reuniam para realizar atividades como metragem da área, elaboração da massa do cimento com areia e água, levantamento das paredes e lajes. Todo esse processo pode ser verificado na entrevista de Milton:

Milton: Ele [Carlos Sabbag] doou o material de uma construção de 215 metros quadrados. Aí, como eu mexo na construção civil, fui ver os documentos, provei para ele que eu sou mestre de obra, que tinha capacidade de fazer. Contratamos o engenheiro, fui à Prefeitura pegar o projeto mínimo. Esse projeto levei para o engenheiro, o engenheiro trabalhou em cima desse projeto. Levei lá e eles aprovaram [...], o projeto em 1999 a 2000 é incrível, né? Eles aprovaram. Juntei eu e a comunidade, gastamos um ano e dois meses para fazer essa escola, chama Anexo CAIC Laranjeiras, que não podia também, aqui não podia ter escola, então foi eu que entreguei para o secretário.⁶⁵

Como informado anteriormente, Milton era trabalhador rural em Pirapora. Aqui em Uberlândia, buscou trabalho na construção civil e, com a experiência anterior como pedreiro, passou a liderar a construção da escola.

⁶⁴ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 3.

⁶⁵ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 8.

As inúmeras idas à Prefeitura para reivindicar a construção de uma escola não foram inicialmente atendidas pelo município. As dificuldades de agendamentos e diálogos com as pessoas responsáveis e as visitas sem uma resposta positiva dos departamentos responsáveis foram desgastantes para os moradores do bairro. Desse modo, foi uma surpresa o fato de o projeto da escola ter sido aprovado e a construção, finalizada.

Ademais, as doações de materiais realizadas por Carlos Sabbag para a construção da escola indicam os interesses imobiliários com vistas à valorização dos lotes do Shopping Park e à posterior venda. Ou seja, as ações relacionadas à infraestrutura, como escola, postos de saúde e policial, além de agregar valor aos lotes, eram fundamentais para despertar o interesse de outras pessoas pelo bairro.

É óbvio que a construção desses estabelecimentos era também um objetivo de moradores e lideranças políticas que participavam da Associação. Um exemplo dos interesses dos residentes é demonstrado pela narrativa de Francisco. Vindo de Bom Princípio do Piauí-PI para Uberlândia, pensava no futuro de seus filhos. Em suas vindas à cidade na época em que trabalhava em São Paulo, sempre buscou colaborar no processo de mutirão da escola. Como tinha emprego longe de seus três filhos, quando a esposa era responsável integralmente por eles pela casa, sua preocupação era relacionada à educação que eles receberiam:

Francisco: Aqui em Uberlândia não trabalhei na construção civil. O que eu trabalhei na construção civil aqui na época, eu ajudei a construir o colégio [escola], mas quando eu ajudei a construir o colégio aí, o Milton fez toda a frente desse colégio, [...] quando eu vinha de São Paulo, eu ia ajudar. A gente fazia o mutirão. A gente convidava as pessoas que tinham no bairro, que tinham filhos. A gente trabalhava sábado e domingo. Eu estava aqui porque tinha vindo de São Paulo e ia lá ajudar, bater uma laje, embaixo quando precisava. Mas pouco ajudei, porque vinha só nas minhas viagens, na época eu não estava mesmo aqui, trabalhava mesmo em São Paulo quando tava construindo [...], mas minha família morava aqui.⁶⁶

Um aspecto importante a ser ressaltado é que muitas famílias eram numerosas, compostas principalmente de filhos e netos que moravam na mesma moradia. Ao invés do descanso em fins de semana, a prioridade foi construir rapidamente a escola, para ter um local próximo para que as crianças pudessem transitar com segurança e sem preocupações entre a escola e a casa dos pais.

⁶⁶ Entrevista concedida por Francisco das Chagas Araújo à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 20 abr. 2013, p. 7.

A importância de construção de escolas e de outras entidades que proporcionassem segurança e saúde é inegável. Entretanto, o mutirão, apesar da iniciativa popular para o bem comum, proporcionava um espaço de divergências e desconfianças entre os moradores:

Rosana: E o senhor lembra quanto tempo durou o mutirão?

José: O mutirão durou mais ou menos [...] quase um ano esse mutirão, todo dia tinha [...]. Todo sábado, domingo tinha gente trabalhando lá.

Rosana: E o senhor participou do mutirão da escola?

José: Participei, fui um punhado de vezes lá, mas parecia que as coisas [...]. Tinha dia [...]. Por causa das coisas irregulares, até larguei de participar. A gente chegava cansado, nessa época trabalhava na vila olímpica. A gente chegava cansado e ainda ia mexer com mutirão, foi mais de uns quatro meses ajudando [...]. Teve umas coisas que aconteceu [sic] ali que eu achei incrível.⁶⁷

Esse movimento de mutirão envolveu muitas pessoas que vêm de diferentes lugares, com concepções e experiências diferentes. Apesar de estarem unidos em função de um bem comum, o convívio entre os trabalhadores gerava divergências no modo de organização ou até mesmo na maneira de distribuição e utilização de materiais nas construções.

Rosana: Babilônia?

José: É lá na Babilônia, e era desses meninos sair de noite pra lá [...]. Esses problemas esquisitos, aquelas brigas danadas. Aí Carlos Sabbag, na época, entrou com R\$ 70.000,00 pra comprar material pra fazer a escola ali. Aí nós começamos a fazer essa escola ali [...]. Não teve como terminar a escola aqui, eu acho que teve algum desvio de alguma coisa. [risos]

Rosana: Desvios? [risos]

José: Eu creio que teve, porque não teve condições [...]. Quem acabou de terminar a escola foi o Zaire Resende, que foi prefeito na época e terminou de fazer a escola, cercou ao redor, pegou o que tinha de rebocar e rebocou.⁶⁸

Os conflitos internos também são percebidos no mutirão, sobretudo no que tange à destinação do material que não findou a construção da escola. As reivindicações para tal ação não foram atendidas na Prefeitura, mas, depois de os moradores terem se reunido, o município se dispôs a participar da finalização da obra. Isso não retira o caráter peculiar da iniciativa por parte dos trabalhadores do Shopping Park.

Na fala a seguir, pertencente à narrativa de Milton, há um ponto importante a ser destacado: a vinda de novos moradores após a construção das escolas no bairro:

⁶⁷ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 4.

⁶⁸ *Idem*, p. 3-4.

Rosana: E essa escola?

Milton: Primeira.

Rosana: De frente à casa do senhor?

Milton: É. A primeira fui eu que fiz mais o povo.

Rosana: Certo.

Milton: A segunda foi o Zaire Rezende, o segundo pavimento.

Rosana: Ah, tá, dessa escola.

Milton: E o terceiro foi o Odelmo Leão. Mas quem fundou e criou foi a comunidade. Eles fizeram a ampliação, mas eles não aceitam isso, não aceitam. Então aconteceu que, quando as pessoas saíram na televisão e rádio que o **Shopping Park tava com escola e tal, aí começou a vir gente.**⁶⁹

Percebe-se que, se antes a divulgação para a compra de terrenos no bairro era feita entre parentes e amigos, depois da construção da escola ela foi realizada pela mídia televisiva e escrita. Isso tomou grandes dimensões nas quais o bairro foi palco de muitas atividades relacionadas a ONGs e a instituições religiosas católicas, protestantes, espíritas e outras.

Durante a pesquisa, algumas entrevistas indicaram evidências de mutirões de moradias realizados entre os moradores do bairro e a ONG Missão Sal da Terra. Logo, buscamos localizar as fontes que poderiam ser agregadas ao estudo. Em contato com o pastor da Igreja Sal da Terra do bairro Karaíba, foi disponibilizado o Relatório do Projeto Novo Lar, no qual é descrita a construção de aproximadamente 36 moradias em processo de mutirão.

Na parte introdutória deste projeto, a fotografia da atual Escola Municipal do Bairro Shopping Park⁷⁰ é ressaltada e acompanhada pela seguinte frase: “Através de uma iniciativa da Associação de Moradores foi construída uma escola, com recursos dos moradores e em regime de mutirão”. Isso parece destacar as relações de solidariedade entre os moradores.

As relações com as instituições fortaleciam o processo de mutirão, sendo que havia, inclusive, doações de cestas básicas realizadas por Carlos Sabbag. Além disso, a alimentação durante as obras da escola era realizada no local. Alguns levavam suas próprias refeições, mas também havia aqueles que cozinhavam juntos, servindo galinhada, salada e refrigerantes.

Rosana: E tinha almoço, janta durante o mutirão?

José: Tinha, tinha almoço, janta. Todo mundo almoçava e jantava.

Rosana: Lá no mutirão?

José: Lá no mutirão, mesmo. Todo sábado e domingo tinha [...]. Todo mundo ia pra lá trabalhar.

Rosana: E quem fazia a comida de vocês?

José: Uns traziam de casa e comiam lá mesmo, outros comiam, faziam lá na obra, mesmo. Ali eram mais ou menos 30 pessoas direto. E também o Carlos Sabbag pegou e fez isso [...]. Pras pessoas que ajudava ali, ele pegava e dava

⁶⁹ Entrevista concedida por Milton Teixeira de Oliveira à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 mar. 2013, p. 7-8, grifos nossos.

⁷⁰ Localizada à Rua Ivete Cordeiro da Silva, 450, Bairro Shopping Park II.

uma cesta básica pra elas. Todo mês ele mandava uma cesta básica para aquelas pessoas que estavam ajudando.⁷¹

Além das doações de arroz, feijão e refrigerantes, o proprietário da Imobiliária contribuía com cestas básicas para quem participava frequentemente no mutirão da escola. Dessa maneira, ele defendia seus interesses comerciais de valorização (aumento no valor dos lotes) no bairro. A construção de uma escola indicava que os moradores teriam um lugar para seus filhos estudarem enquanto eles trabalhavam. Além disso – e talvez o faro mais importante para o proprietário da Imobiliária –, mais pessoas iriam morar no Shopping Park a partir dessa construção.

Mediante o aumento da população no bairro, outras reivindicações, como roçagem e água tratada, tornaram-se benfeitorias conquistadas. Surgiram ainda outros mutirões para a construção do posto policial e de casas, e a alimentação era, muitas vezes, oferecida nessas ocasiões:

Rosana: O que a senhora cozinhava durante os mutirões?

Leide: Fazia galinhada, né? Mas era galinhada, porque rendia muito. E era uma coisa fácil de fazer, não demorava, mas às vezes fazia arroz, feijão e frango. O que mais tinha era frango, carne era mais difícil.

Rosana: Tinha salada?

Leide: Salada, vinagrete, tudo direitinho, mandioca que não podia faltar.

Rosana: O que mais?

Leide: Aí tinha refrigerante, eles traziam refrigerante, às vezes suco, né? Mas era mais refrigerante, o trazia assim era doação, mesmo. E igual [ao que] estou falando, eles trazia [sic], eu fazia.

Rosana: Entendi, e aí vinha o gás também junto?

Leide: O gás também, tudo era doação.⁷²

As esposas, noras e filhas também contribuíam para o mutirão. Com as doações de alimentos como arroz, feijão, frango e mandioca, os almoços eram feitos durante tais ocasiões. Dessa forma, as mulheres se envolviam na elaboração das refeições a fim de participar, estar presentes. Durante o mutirão para construir a casa da Belmira, refeições foram feitas por ela:

Rosana: A senhora lembra como aconteceu o mutirão da sua casa?

Belmira: Mutirão da casa [...]. Ah, eu lembro mais ou menos. Quando começou a construir, nós morávamos lá de aluguel.

⁷¹ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 5.

⁷² Entrevista concedida por Leide Leonice Pereira da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 6-7.

Rosana: Sei [...].

Belmira: Aí a gente fez fogão de lenha no terreno pra fazer a comida, pra dar ao pessoal que estavam [sic] trabalhando aqui na casa.

Rosana: A senhora ofereceu almoço para o pessoal que estava fazendo mutirão da casa da senhora, né?

Belmira: [...] Mutirão, aí eu dava almoço para eles.

Rosana: A senhora lembra quantos dias foi o mutirão da casa da senhora?

Belmira: Em uma semana eles terminaram.

Rosana: E o material, de onde veio?

Belmira: O material foi o pessoal da Igreja que me deu, eles compraram todo o material. Veio o pessoal da igreja e fez o mutirão com meu genro, construiu e me deu a casa.⁷³

Com as doações de materiais de construção da Igreja Sal da Terra e de outros setores, construiu-se a moradia de Belmira. À época, ela era viúva e cuidava de Aederson, seu neto, desde a infância. Aederson, quando se casou e teve filhos, continuou morando na casa que foi construída no mutirão.

É válido afirmar que as instituições contribuintes buscaram também a visibilidade no âmbito social, bem como a demarcação de seu espaço no bairro, com a finalidade de ampliar as dimensões de atividades futuras.

Além das relações estabelecidas com tais instituições, os moradores buscaram outras possibilidades de adquirir os materiais para a construção de suas moradias, como explicita Maria:

Rosana: Como vocês compraram a casa de vocês aqui no Shopping Park II?

Maria: Nós compramos [...]. O pessoal da Sal da Terra arrumou para nós o terreno. A gente começou a pagar, eu e minha mãe compramos em sociedade. A gente pagou umas cinco, seis prestações, aí eles pegaram e quitaram para nós.

Rosana: Como foi construída a casa de vocês?

Maria: A minha, na época, meu marido trabalhava na Unitri, aí a Igreja construiu a da minha mãe, e o meu [marido] não tinha como fazer a nossa. Ele [esposo] fez acordo na Unitri, o dinheiro que ele recebeu de lá ele comprou tijolo, telha e cimento. Não deu para terminar, aí a Sal da Terra ajudou a terminar, deu o restante do material pra terminar.⁷⁴

A possibilidade de adquirir o terreno em conjunto com a mãe foi a saída para Maria ter a casa própria, pois assim começava também a construção de uma moradia nessa área. Ela e o esposo tiveram de buscar outra possibilidade para construir sua casa. Com o acordo feito em

⁷³ Entrevista concedida por Belmira Pereira dos Reis à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 4.

⁷⁴ Entrevista concedida por Maria Aparecida de Souza Lemes à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 13 abr. 2013, p. 2-3.

seu trabalho, o marido comprou os materiais de construção. Essa foi a circunstância em que tal família construiu sua moradia.

As narrativas evidenciam que a Igreja Sal da Terra contribuiu de maneira direta para que algumas moradias tivessem as mínimas condições de higiene e conforto. Assim, cabe trazer neste momento do texto o Projeto Novo Lar, para que entendamos como ele foi realizado.

Além das moradias de alvenaria que já existiam no Shopping Park, outras compunham a conjuntura do bairro nos anos 1990 e 2000. Isso é explicitado nas narrativas e no projeto da Igreja que parece ter sido realizado a partir de 2000 até 2013. Parece que esse fato ressaltaria a ação dessa instituição no bairro e proporcionaria uma visibilidade social de suas concretizações. É evidente que o morador seria beneficiado, mas não podemos perder de vista que a Igreja também possui intenções.

Rosana: Teve casas que foram construídas pelo mutirão também?

José: Teve [sic] mais ou menos 37 casas que foi feito construído [sic] de mutirão. Também foi a Sal da Terra.

Rosana: A Sal da Terra doou material dessas casas?

José: Doou material, comprou terreno. Doou material e fez mutirão pra construir essas casas.

Rosana: O senhor lembra o ano?

José: Foi em 2000, 2001 até [...]. Eles estavam mexendo nessas construções [...]. Eles comprou [sic] os terrenos, os material [sic], construía e dava [sic] para o pessoal morar, mas aí no começo que o pessoal tava morando, eles começaram a participar da Igreja. De repente o povo sumia, não ia então. Nós fomos construindo, fazendo [sic] 37 casas aqui. Hoje eu acho que dessas 37 casas, capaz que deve [sic] tá aí nem 20 pessoas vai [sic] na Igreja mais. Hoje só ganha o terreno e casa, não vai na Igreja mais. O povo hoje, acho que é muito ingrato; ganha as coisas quando tá precisando e depois mete o pé na sorte.

Rosana: E o senhor participou do mutirão dessas casas?

José: Não, só com duas eu tive ajudando, nessa época eu era evangélico, agora de uns tempos pra cá tô meio afastado de uns problemas que eu tô aí. Mas eu até participei, fiquei na Igreja 15 anos.

Rosana: Na Sal da Terra?

José: Na Sal da Terra, é.

Rosana: O senhor sempre frequentava a Igreja?

José: Frequentava, gosto de ir lá.⁷⁵

Essa narrativa mostra que, mesmo com o fato de as pessoas terem ganhado as moradias no projeto da Igreja, isso não as fazia permanecer. Isso indica ingratidão, segundo José, pelo fato de eles não terem retribuído com a participação na Igreja, sendo que alguns se

⁷⁵ Entrevista concedida por José dos Reis da Silva à Rosana Kasue Kuniya. Bairro Shopping Park, Uberlândia-MG, 18 mar. 2013, p. 6-7.

mudaram para outros bairros. No caso de José, a moradia não foi construída no movimento do mutirão, mas sua participação tanto na Igreja como na Associação aparecem em nossas narrativas constantemente. Fazer parte dessas atividades significou participar do processo de construção do Shopping Park.

É expressivo notar como, no projeto, a Igreja descreve suas ações como algo primordial para essas pessoas:

A ONG Missão Sal da Terra foi movida por um espírito de adoção das vidas do bairro Shopping Park. O Projeto Novo Lar faz parte desse sonho. Nesse período, já foram construídas 35 casas para famílias que moravam em casas de plásticos ou de compensado, ou ainda para aquelas que não tinham onde morar. O nome Novo Lar tem um significado bem mais amplo do que apenas uma nova casa física, pois este projeto é de adoção e promoção dessas pessoas. Os voluntários do projeto fornecem os materiais de construção e as casas são construídas em mutirão (BARROZO, 2013, p. 3).

Nos anos 2000, o cenário de moradias de alvenaria e de materiais recicláveis (plásticos ou compensados) continua fazendo parte das evidências que caracterizam os bairros localizados nos limites urbanos, sobretudo quando estão no início de processo de constituição. A falta de infraestrutura e de transporte coletivo é uma circunstância que caracteriza os imóveis com valores baixos.

O oneroso valor do aluguel e as condições enquanto trabalhadores assalariados ou temporários são fatores que excluem esses trabalhadores para bairros mais distantes, além da prática da especulação do mercado imobiliário da cidade. Visando seus interesses, os empresários pressionam e “obrigam” as pessoas a morarem em lugares longínquos em relação ao centro da cidade, para excluir os pobres, deixar “vazios urbanos” no cenário de Uberlândia e, assim, obter a consequente valorização de suas propriedades.

Nesse entremeio, os materiais podem ter sido advindos de doações de voluntários que a igreja intermediava para as construções. Cumpre salientar que os entrevistados afirmam que as moradias foram construídas por intermédio de quem já havia sido beneficiado e, mesmo aqueles que moravam no Shopping Park, nos fins de semana ajudavam no mutirão.

Na sequência do projeto, há a descrição dos moradores que foram beneficiados. Evidenciaremos algumas delas para que possamos trazer outras perspectivas da Igreja e evidenciar o fato de que as pessoas dessa instituição e, principalmente, os próprios moradores do Shopping Park participavam do processo de mutirão:

[...] a família de uma viúva (D. Sônia) que morava em um barraco de placas de madeira, com seus nove filhos, um neto, uma nora e a sogra (13 pessoas).

Quando conhecemos esta família o pai tinha falecido há uma semana e o filho mais velho (Francisco) estava com lepra. Após a semente lançada, o Francisco foi curado da lepra e hoje é um trabalhador da construção civil e um dos líderes da comunidade (BARROZO, 2013, p. 3).

A passagem “[...] é um trabalhador da construção civil e um dos líderes da comunidade” é significativa, já que a igreja busca colocar em destaque as pessoas que alcançam determinada mudança positiva, nomeadamente quando as que são consideradas “líderes” tomam a frente dos objetivos de indivíduos do bairro e/ou da instituição (neste caso, da Sal da Terra). Ao que parece, Francisco tinha lepra e estava desempregado por motivo dessa doença. Após a construção em alvenaria de sua moradia (que antes era de materiais de plástico e compensado), por intermédio da Igreja, ele supostamente foi curado da lepra e começou a trabalhar na construção civil, o que foi uma mudança significativa para quem não tinha nenhuma perspectiva de vida.

É notável também que, nessas descrições, as pessoas que vivem nas moradias tomam um caráter estritamente numérico. Isso porque a quantidade de membros na família e a idade deles estão detalhadas pelo grupo familiar. Essas descrições enfatiza quem são esses moradores.

[...] a casa do Sr. Valdeci e da D. Ângela. Esta é a quinta casa do Projeto Novo Lar. O casal Valdecir e Ângela tinha cinco filhos na época da construção: Tamires (11 anos), Paloma (9 anos), Dennis (7 anos), Michelly (5 anos) e Jonatan (3 anos). O pai (Valdecir) era deficiente, não tinha uma das pernas (usava uma prótese) e a mãe (Ângela) buscava ajuda para solução para os seus problemas (BARROZO, 2013, p. 6).

As famílias eram compostas por vários membros: pai, mãe, filhos e agregados (como primos, sogras, netos, cunhadas e sobrinhos). Isso evidencia as circunstâncias em que tais moradores viviam nas moradias improvisadas e com poucos recursos, porque muitas dessas pessoas sobreviviam da coleta de materiais recicláveis. A partir das descrições feitas no projeto da Igreja, constatamos havia diversas crianças no Shopping Park, o que reforça ainda mais os motivos da construção de uma escola no bairro.

Adiante, outras famílias com vários componentes são citadas:

A décima casa foi construída através de uma oferta de um morador do bairro Karaíba. A família atendida é composta pelo Sr. João, D. Solange e seus oito filhos. A Solange tinha apenas 23 anos na época da construção e o primeiro filho ela teve com 14 anos. A situação dessa família é crítica. Os pais desempregados e os oito filhos sobrevivendo pela misericórdia do nosso Deus [...], bem como o filho mais velho (9 anos) de nome Michel coletando

garrafas Pet para ajudar no sustento de sua família (BARROZO, 2013, p. 11).

Nesse viés, a participação dos moradores nas construções das moradias é um aspecto destacado nas descrições:

A vigésima sexta casa foi construída para um jovem casal (Aline e Adriano) e seu filho. O pai de Aline (Sr. Manoel) tem sido uma pessoa que tem participado com muito amor de todos os mutirões de construção das casas do Projeto Novo Lar (BARROZO, 2013, p. 20).

Para dar continuidade ao Projeto Novo Lar, eram primordiais a mão de obra, o material de construção e o terreno. A participação dos próprios moradores na construção das casas – e, porque não, do bairro Shopping Park – é destacada de diversas maneiras, tanto no projeto como nas narrativas, seja na construção das casas ou em atividades da Associação de Moradores. Os primeiros moradores foram, de fato, os agentes históricos que participaram ativamente na construção do Shopping Park.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o processo de constituição do bairro Shopping Park foi um exercício para mostrar como os trabalhadores estabelecem suas relações de convivência em prol de um objetivo: construir um bairro. Para isso, buscamos as reflexões na História Social, sendo que as pressões do mercado imobiliário da cidade excluem os trabalhadores para os limites no perímetro urbano. Evidentemente, as condições enquanto trabalhadores assalariados ou temporários (formais ou informais) os levam para a periferia de Uberlândia, onde o preço do lote é acessível por não ter infraestrutura adequada. Vale ressaltar que os programas de habitação excluem os sujeitos advindos de outras regiões do Brasil e priorizam aqueles que comprovam, no mínimo, de três anos de moradia na cidade.

A distância e a falta de transporte coletivo isolam esses lugares em relação aos centros comerciais e campos de trabalho. Essa distância entre o Centro da cidade e os limites urbanos são notórios os espaços denominados de vazios urbanos. Esses vazios urbanos fazem parte da especulação imobiliária feita por proprietários de terras e políticos que cada vez pressiona o trabalhador para os limites da cidade, deixando extensas faixas de terras até chegar aos lotes destinados aos trabalhadores. Por exemplo, os trabalhadores que começaram a viver no Shopping Park nos anos 1990 e 2000 se viram numa situação em que construir o bairro foi primordial para permanecerem no local.

As narrativas indicam que tais sujeitos se sentem construtores do Shopping Park, uma vez que eles construíram suas próprias moradias e constituíram a Associação de Moradores para que pudessem dialogar sobre as reivindicações e, ao mesmo tempo, pressionar o poder público. Essas práticas revelaram aprendizados antes e depois da chegada desses moradores ao bairro.

As trajetórias desses moradores dizem muito acerca de aspectos culturais e sociais. Muitos eram trabalhadores de origem rural, ou seja, o sustento de suas famílias se relacionava ao trabalho em fazendas ou aos pequenos proprietários de terras, vindos do norte de Minas, do Nordeste e de cidades vizinhas a Uberlândia. Eles chegaram à cidade pelo fato de já terem parentes e amigos que aqui trabalhavam e moravam; entretanto, a inserção no mercado de trabalho na cidade não foi tão simples quanto parecia.

De fato, as experiências de nossos entrevistados mostram como foi viver essa realidade. Chegaram aqui e foram trabalhar como pedreiros, auxiliares de serviços gerais, entregadores, vendedores, cozinheiras e catadores de materiais reciclados. Esses foram os

meios para a sobrevivência que, muitas vezes, ficava comprometida devido ao pagamento dos aluguéis – a alimentação ficava em segundo plano.

Esses sujeitos migrantes construíam as relações sociais em Uberlândia de diversas maneiras. Seja com os parentes que aqui moravam, vizinhos, conhecidos ou colegas de trabalho, sempre trocavam informações a respeito de trabalho e lotes que pudessem adquirir. Esses assuntos são rotineiros em suas vivências desde o momento em que chegaram à cidade e até mesmo depois que conseguem se estabelecer num lote e construir suas moradias. Tais assuntos ainda permeiam as conversas do dia a dia do trabalhador.

Dessa maneira, salienta-se que as trocas de informações foram primordiais nesta pesquisa. Os entrevistados moraram, antes do Shopping Park, em outros bairros também semelhantes em relação à falta de infraestrutura: Lagoinha, Guarani, Granada, Alvorada, Custódio Pereira, Presidente Roosevelt, Santo Inácio. Importante lembrar que esses bairros atualmente possuem infraestrutura, realidade diferente dos anos 1980 e 1990, quando os inquiridos viveram nesses locais pagando aluguel.

O loteamento do Shopping Park I e II foi comercializado ao final da década de 1980 pela Imobiliária C. R. Empreendimentos Ltda. O proprietário dessa empresa e dos lotes os vendia quando o loteamento ainda não era constituído de infraestrutura necessária para a construção de moradias e equipamentos públicos. Não havia asfalto, água, esgoto, energia elétrica, postos de saúde etc., e evidências de narrativas realizadas nesta pesquisa indicam que muitos terrenos inicialmente foram comprados por pessoas que tinham a intenção de investir, ou seja, esperavam a valorização das propriedades para revenda, além da construção de condomínios e casas de classe média.

Com a demora e a percepção de que a Prefeitura não apresentava projetos de infraestrutura para o bairro – onde também não havia investimentos por parte da iniciativa privada –, muitas pessoas venderam seus lotes. Diante dessa situação, os lotes não sofreram valorização no mercado, o que acarretou interesse dos trabalhadores de classes menos abastadas. Muitos deles vislumbraram a oportunidade de adquirir um terreno e construir suas moradias à medida que conseguiam comprar os materiais de construção.

As vivências e as relações sociais estabelecidas no Shopping Park nos dizem bastante sobre como os trabalhadores começaram a morar nos anos 1990 e 2000 numa realidade completamente diferente de hoje: tudo para ser construído. Além das moradias de alvenaria, havia aquelas construídas de material compensado e de plásticos; à época, nem estradas existiam para o acesso ao bairro, em que o transporte de materiais de construção era facilitado por carroças que ali adentravam.

À medida que outros moradores passavam a morar no local, outras pessoas também compraram seus lotes. Com a ausência de infraestrutura – água, energia, educação, saúde, segurança etc. –, os moradores mantinham laços de solidariedade, e o convívio se intensificava conforme as reuniões voltadas a pressionar e levar as reivindicações para o poder público.

Nesse contexto, os laços de convivência são percebidos também no cotidiano dos moradores. O transporte de água de um rio para as moradias, por exemplo, demandava carregar baldes, latas e até tambores, com vistas a suprir aspectos relacionados à alimentação, à higiene, às plantações etc. As hortas cultivadas por alguns moradores também criaram laços tanto comerciais como de solidariedade, dado que ajudavam os vizinhos que não tinham o hábito de plantar.

Assim, as narrativas também indicaram experiências de solidariedade e sociabilidade como fatores que fortaleciam as vivências no bairro, antes e depois da formação da Associação. Mas isso não quer dizer que não havia contradições nas relações estabelecidas, algo constatado no momento em que os moradores buscam lutar por seus direitos juntamente à esfera pública.

O processo de constituição do bairro Shopping Park não é/foi apenas uma luta por moradia, pois inclui o direito à saúde, à educação, à segurança, ao saneamento básico etc. Para que as reivindicações tomassem um caráter coletivo, foi preciso formalizar a Associação de Moradores do Bairro Shopping Park em 1997; por conseguinte, o diálogo e as reivindicações passaram a pressionar o poder público.

Um fato a ser destacado é a luta relacionada à construção de uma escola no bairro. Ela levou os moradores a várias reuniões, inclusive a manifestações na Câmara dos Vereadores, para solicitar tal melhoria. Isso foi negado inúmeras vezes pela Prefeitura devido à falta de verbas.

A construção da escola foi concretizada quando os moradores organizaram um movimento de mutirão. Para isso, o proprietário dos lotes e da imobiliária que os comercializava doou os materiais necessários, além de cestas de alimentação para as pessoas que tinham compromisso nessa empreitada. Evidentemente, o empresário visava à valorização dos terrenos e à sua consequente venda, a partir da construção do estabelecimento de ensino.

Outras reivindicações foram discutidas pelos representantes do bairro e apresentadas à Prefeitura, como aterrramento da gruta, roçagem, reabertura de ruas, coleta de lixo, telefones públicos e linha de ônibus, que não demandavam bastante tempo e dinheiro. Mediante essa conjuntura, as instituições religiosas passaram a estar presentes no Shopping Park, como a

Igreja Sal da Terra, a Igreja Católica etc. – elas também tiveram participação efetiva no processo de constituição do bairro.

Destarte, nos anos 1990 e 2000 não se percebiam ao certo os limites entre o rural e o urbano no Shopping Park, em meio à realidade vivida pelos moradores do bairro e às relações que eles tinham tanto na Prefeitura, quanto nas instituições religiosas e com o proprietário dos lotes.

FONTES PESQUISADAS

Fontes orais

ARAÚJO, F. das C. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 20 abr. 2013. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

BORGES, J. A. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 17 out. 2015. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

CABRAL, J. F. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 11 out. 2014. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

CARMO, D. L. dos S. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 17 out. 2015. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

JUNIOR, O. B. da S. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 17 out. 2015. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

LEMOS, M. A. S. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 13 abr. 2013. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

LOPES, N. R. I. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 11 out. 2014. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

OLIVEIRA, M. T. de. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 16 mar. 2013. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

REIS, B. P. dos. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 13 abr. 2013. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

SANTOS, E. S. dos. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 11 out. 2014. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

SILVA, J. dos R. da. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 18 mar. 2013. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

SILVA, L. L. P. da. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 20 abr. 2013. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

SÔNIA. **Entrevista com moradores do bairro Shopping Park.** Uberlândia, 11 out. 2014. Entrevista concedida à Rosana Kasue Kuniya.

Atas de reunião

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SHOPPING PARK. **Ata da reunião realizada em 2 out. 1999.** Uberlândia, 1999.

_____. **Ata da reunião realizada em 6 nov. 1999.** Uberlândia, 1999.

- _____. **Ata da reunião realizada em 11 jun. 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 19 maio 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 19 nov. 1999.** Uberlândia, 1999.
- _____. **Ata da reunião realizada em 20 fev. 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 20 jan. 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 20 mar. 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 4 abr. 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 4 fev. 2000.** Uberlândia, 2000.
- _____. **Ata da reunião realizada em 5 mar. 2000.** Uberlândia, 2000.

Relatório

BARROZO, M. A. S. **Relatório do Projeto Novo Lar – Bairro Shopping Park.** Uberlândia: Igreja Sal da Terra, 2013.

Projetos de loteamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto para loteamento de uma gleba da Fazenda Ibiporã – Shopping Park 1.** Uberlândia, dez. 1987.

_____. **Projeto para loteamento de uma gleba da Fazenda Ibiporã – Shopping Park 2.** Uberlândia, dez. 1988.

Documentação disponibilizada pela Associação de Moradores do Bairro Shopping Park

CDPP. Comissão de Demanda ao Poder Público. **Demandas criadas por comissão entre os representantes de quadra dos residenciais do projeto MCMV do bairro Shopping Park.** Uberlândia, [s.d.].

REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Uberlândia, abr. 2014.

Documentações de lotes

CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS AMERICANA LTDA. **Cessão e transferência de compromisso de compra e venda n. 3.267 – Loteamento Shopping Park II.** Uberlândia, 20 jun. 2002.

_____. **Pagamento de taxa de transferência do lote 41, quadra 59** – Bairro Shopping Park II. Uberlândia, 2 jul. 2002.

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA ENTRE CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS AMERICANA LTDA. E SINVAL BARBOSA DE FREITAS. Uberlândia, 1 ago. 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Guia de arrecadação de ITBI**. Uberlândia, 1 jul. 2002.

_____. **Guia de informação de ITBI**. Uberlândia, 1 jul. 2002.

SABBAG, C. R. EMPREENDIMENTOS LTDA. **Compromisso de compra e venda de imóvel** – Bairro Shopping Park. Uberlândia, 7 dez. 1987.

_____. **Proposta de aquisição de imóvel** – Bairro Shopping Park. Uberlândia, 7 dez. 1987.

_____. **Carnê de pagamento de lote** (total de 40 prestações) – Bairro Shopping Park. Uberlândia, jan. 1988.

_____. **Recibo da taxa de transferência** – Bairro Shopping Park. Uberlândia, 9 ago. 1989.

_____. **Aditivo contratual** – Bairro Shopping Park. Uberlândia, 10 fev. 1994.

Mapas

EVOLUÇÃO DO PERÍMETRO URBANO (1950-2010). Uberlândia, jul. 2015.

BAIRRO INTEGRADO SHOPPING PARK. Uberlândia, jul. 2015.

BAIRRO SHOPPING PARK COM SEUS RESPECTIVOS LOTEAMENTOS. Uberlândia, jul. 2015.

Ofícios

OFÍCIO N. 008/2015/PPGHI. **Solicitação de informações a respeito do bairro Shopping Park**. Uberlândia, 22 abr. 2015.

OFÍCIO N. 427/SEPLAN/DPI/DU. **Materiais para pesquisa acadêmica**. Uberlândia, 10 jun. 2015.

Constituição

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 jul. 2009.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P. R. de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R. de; KHOURY, Y. (Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- ALMEIDA, P. R. de; MORAIS, S. P.; RESENDE, R. C. Entrevista com Eurípedes Batista Ferreira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Centralina e Araporã/apresentação das transformações sociais e questões ambientais na região do Triângulo Mineiro. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 41, p. 213-227, 2009.
- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
- BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara-MG. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2003.
- BATISTA, S. S. de F. **Buscando a cidade e construindo viveres**: relações entre campo e cidade. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 27, p. 5-17, 1995.
- BIAVATTI, V. T. **Sindicalismo docente e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRITO, J. L. S.; LIMA, E. F. de. **Atlas escolar de Uberlândia**. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2011.
- CALVO, C. R. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios na cidade. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 23, n. 42, [s.p.], 2010.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, C. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: EDUSC, 2005.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos ALE**, Campinas, v. 14, n. 26, [s.p.], 2009.

CHAUÍ, M. **Uma nova classe trabalhadora** – 10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, [s.p.], 2007.

D’ALESSIO, M. M. **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

DE SORDI, D. N. **Moradia, trabalho e luta**: experiências, práticas e perspectivas sobre ocupações de terras urbanas. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

EL BANAT, A. K. **Cidades veladas, cidades desveladas**: uma perspectiva de olhares sobre representações urbanas – Santos 1864-1907. 2000. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

FARIAS, R. de C. P. **Entre a igualdade e a distinção**: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

FENELON, D. R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

_____. **Trabalho, cultura e história social**: perspectivas de investigação. **Projeto História**, São Paulo, n. 4, 1985.

_____. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

FONSECA, M. de L. P. **Forma urbana e uso do espaço público**: as transformações no centro de Uberlândia, Brasil. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Urbanismo da Universidade Politécnica de Catalunha, Barcelona, 2007.

FONTANA, J. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

GOULART, M. G. **Apenas uma fotografia na parede**: caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GOMES, A. M. de C. Justiça do trabalho e trabalho análogo a de escravo: experiências, limites e possibilidades. In: GOMES, Â. de C.; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). **A justiça do trabalho e sua história**. Campinas. Editora da Unicamp, 2013. v. 1.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros** – verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, J. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivo e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

HALL, S. Notas sobre a “desconstrução” do popular. In: _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

IGGERS, G. **La ciencia histórica en el siglo XX**: las tendencias actuales. Barcelona: Idea Books, 1998.

KOSELLECH, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC, 2006.

KHOURY, Y. A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; MACIEL, L. A.; KHOURY, Y. (Orgs.) **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

LEITE, R. P. de S. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LIMA, J. C. A globalização da precariedade: informalidade em tempos de trabalho flexível. In: NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria (Orgs.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

MALERBA, J. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MASSEI, R. **A construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem-natureza**: vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970). 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MESQUITA, O. M de. **La belle vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus. (1850/1900)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MORAIS, S. P. de. **Trabalho e cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia – 1970-2000. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MUSSE, C. F. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercício de memória sobre os anos 1960/1970 em Juiz de Fora. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, M. B. **Cultura e cidade:** prática e política cultural na São Paulo do século XX. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PETUBA, R. M. S. **Pelo direito à cidade:** experiências e luta dos ocupantes de terra do bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, [s.p.], dez. 1996.

_____. **Ensaios de história oral.** Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, [s.p.], fev. 1997.

RIBEIRO, N. R.; JUNIOR, A. V. de M. O ciclo econômico brasileiro nos anos 1990: uma análise com vetores auto regressivos. **Economia & Desenvolvimento**, [s.l.], vol. 4, n. 1, [s.p.], 2005.

ROJAS, C. A. A. **La historiografía en el siglo XX:** historia e historiadores entre 1848 y 2025. Barcelona: Ediciones de Intervención Cultura; Montesinos, 2004.

RUDÉ, G. **Ideología e protesto popular.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SAMUEL, R. Historia popular, historia del pueblo. In: _____. **Historia popular y teoría socialista.** España: Crítica Grupo Grijalbo Barcelona, 1984.

SANDOICA, E. H.; LANGA, A. **Sobre la historia actual:** entre política y cultura. Madrid: Abada, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez (Orgs.) **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

SARLO, B. A história contra o esquecimento. In: _____. **Paisagens imaginárias.** São Paulo: Edusp, 1997.

SAVAGE, M. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho**, [s.l.], v. 3, n. 5, p. 6-33, jan./jun. 2011.

SILVA JUNIOR, R. J. **Direito à memória:** modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

- SILVA, K. N. **Expansão urbana do setor sul da cidade de Uberlândia-MG:** um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- SILVA, R. R. e. **Memórias, imagens e experiências:** o município de Uberlândia a partir de seus distritos (1980-2012). 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan/jun. 2002.
- STROTBEK, K. C. A. **A gente tinha muita vontade de ter um lugar da gente mesmo:** histórias e narrativas de moradores do bairro Santo Inácio (Uberlândia 1980-2000). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade.** Tradução de Denise Bottoman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.
- _____. **A formação da classe operária inglesa – a maldição de Adão.** Tradução de Denise Bottoman. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 2.
- _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erro – uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Cultura e materialismo.** Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- WOOD, E. M.; FOSTER, J. (Orgs.). **Em defesa da história – marxismo e pós-modernismo.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.